

Evaldo Cassol

**A Secretaria dos Negócios do Oeste – SNO: as ações do
Estado no desenvolvimento regional Catarinense
(1963-1992)**

Passo Fundo, Outubro 2007

Evaldo Cassol

**A Secretaria dos Negócios do Oeste – SNO: as ações do
Estado no desenvolvimento regional Catarinense
(1963-1992)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de Mestre em História, sob a orientação do Professor Dr. Adelar Heinsfeld.

Passo Fundo

2007

FICHA CATALOGRÁFICA

351.8164 Cassol, Evaldo
C345s A Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste - SNO:
 as ações do Estado no desenvolvimento do oeste catarinense
 (1963-1992) / Evaldo Cassol. __ Passo Fundo, 2007.

 123 p.
 Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo
 Fundo, 2007.
 Orientador: Adelar Heinsfeld.

 1. Administração pública – Santa Catarina. 2. Secretaria dos
 Negócios do Oeste. I. Título

Ficha catalográfica elaborada por Yara Menegatti
CRB 14/488

DEDICATÓRIA

À Aldrine, minha esposa,
Ao meu filho Éliton Mateus,
Aos meus pais, Genor Vitor Cassol e Maria
Terezinha Cassol (*in memoriam*) pela vida e
pelos ensinamentos que me deram.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Adelar Heinsfeld, pela orientação, sugestões e apoio neste trabalho.

Aos professores do Programa do Curso de Pós-Graduação do Mestrado em História da UPF, pelas significativas contribuições.

Aos(as) funcionários(as) e bolsistas do CEOM-UNOCHAPECÓ, pelo sempre pronto atendimento, quando da minha busca de documentos para a realização da pesquisa. Da mesma forma, as funcionárias da Biblioteca Pública Municipal de Chapecó.

Aos ex-Secretários do Oeste: João Valvite Paganella e Henrique Deiss, pelas suas entrevistas.

Ao Professor José Carlos Ortiz, pela sua colaboração.

Aos colegas e amigos do curso, especialmente Cláudio Luis Orço e Silvia Regina Etges Rabuski, pela solidariedade e companheirismo.

À Aliane Breda pela revisão ortográfica. Enfim, a todos que de uma ou outra forma contribuíram para que este estudo se tornasse realidade.

RESUMO

Este estudo objetiva identificar as razões que concorreram para a criação, implantação e funcionamento da Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste – SNO, bem como analisar o papel do Estado, as ações desenvolvidas pela SNO, suas principais características e os fatores que concorreram para sua extinção. A Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste foi criada pelo Governo Celso Ramos, através da Lei nº 3.283 de 17 de agosto de 1963 e implantada em 1º de dezembro do mesmo ano, abrangendo a área do antigo Chapecó, região que fora objeto de disputas: primeiro com a República Argentina e depois entre os Estado de Santa Catarina e Paraná. Esta região ainda pertenceu ao Território Federal do Iguaçu 1943 a 1946. A criação da Secretaria do Oeste se justifica pela falta de ações ou pelo “abandono” da região pelo Estado de Santa Catarina e em função também do movimento emancipacionista pró-Estado do Iguaçu em 1962. A extinção da SNO ocorreu por ato do então Governador do Estado Vilson Pedro Kleinübig em 1992. Justificou-se tal ato, pelo fato de que a SNO já havia cumprido seu papel na região Oeste.

PALAVRAS-CHAVES: Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, ações do Estado, região, política, integração, emancipação.

ABSTRACT

This study aims to identify the reasons which competed for creation, implantation and operation of Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste – SNO, as well as to analyze the role of the State, the actions developed by SNO as well as its main characteristic, and the factors that competed for its extinction. Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste was created by Celso Ramos Government, through the Law number 3.283 on august 17, 1963 and implanted in December 1, 1963, including the area of ancient Chapecó, which was competed by Republic Argentina, and later by the States of Santa Catarina and Paraná. This region belonged to the Território Nacional do Iguaçu from 1943 to 1946. Secretaria dos Negócios do Oeste started because of the lack of support by the State of Santa Catarina, and also because of the movement to start a new State, Iguaçu State, in 1962. The Governor of the State Vilson Pedro Kleinubig wiped SNO out in 1992. It was justified because SNO had already accomplished its role in that area.

KEY WORDS: Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, the State actions, region, politics, integration, emancipation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Mapa do Velho Chapecó.....	16
Figura 2. Mapa do Brasil com os territórios	39
Figura 3. Mapa atual do Estado com destaque para a SNO.....	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índice de crescimento demográfico.....	17
Tabela 2 – Estrutura fundiária em ha do município de Chapecó	18
Tabela 3 – Secretários da SNO	59
Tabela 4 – Unidades escolares construídas por município	67
Tabela 5 – Reformas de coberturas nos estabelecimentos de ensino	68
Tabela 6 – Escolas reformadas atingidas pelas enchentes de 1983.....	70
Tabela 7 – Ginásios de esportes.....	72
Tabela 8 – Açudes construídos	78
Tabela 9 – Poços artesianos perfurados pela SNO.....	79
Tabela 10 – Poços artesianos perfurados pela Hidroperfurações Damo Ltda.	79
Tabela 11 – Receita e incremento do ICM da SNO.....	86
Tabela 12 – Arrecadação e incremento do ICM da SNO.....	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARESC – Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina
AFUSOESTE – Associação dos Funcionários da Secretaria do Oeste
AMOSC – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
AST – Aliança Social Trabalhista
BESC – Banco do Estado de Santa Catarina S/A
BNH – Banco Nacional da Habitação
BPM – Batalhão de Polícia Militar
BR – Brasil
CAP – Colegiado da Administração Pública
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A
CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNEC – Campanha Nacional das Escolas da Comunidade
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CODEC – Companhia de Desenvolvimento de Chapecó
CODOESTE – Companhia de Desenvolvimento do Oeste
COTESC – Companhia Catarinense de Telecomunicações
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
EB – Escola Básica
EE-RR – Escola Estadual Reunida
EI – Escola Isolada
EMPRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESG – Escola Superior de Guerra
FAB – Força Aérea Brasileira
FAZ – Fundo de apoio ao Desenvolvimento Social
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FUNDESC – Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina
FUNDESTE – Fundação de Ensino de Desenvolvimento do Oeste
Gr – Greenwich
Ha – Hectares
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
JK – Jucelino Kubitschek de Oliveira
Km² – Quilômetro quadrado
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MINTER – Ministério do Interior
OMC – Organização Mundial do Comércio
PALMEG – Plano de Metas do Governo
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDC – Partido Democrático Cristão
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Partido Libertador
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POE – Plano de Obras e Equipamentos
PROCAPE – Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas
PROFASC – Programa de Desenvolvimento da Indústria de Suínos de Santa Catarina
PROGAP – Programa de Açudes e Poços
PRP – Partido de Representação Popular
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RS – Rio Grande do Sul
SC – Santa Catarina

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI – Serviço Social da Indústria

SNO – Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste

SUDESUL – Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul

TCE – Tribunal de Contas do Estado

UDN – União Democrática Nacional

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNOCHAPECÓ – Universidade Regional Comunitária de Chapecó

UPF – Universidade de Passo Fundo

W – West

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O GRANDE CHAPECÓ	16
1.1 A industrialização de Chapecó	18
1.2 Terreno fértil com apoio público.....	21
1.3 Metamorfose genética e financiamentos	25
1.4 Aspectos formais e institucionais da política chapecoense e suas determinantes econômicas	28
1.5 O Território Federal do Iguaçu.....	36
1.5.1 Nomeação do Prefeito Municipal	41
2 A CRIAÇÃO DA SNO E SUAS AÇÕES.....	46
2.1 O Governo Celso Ramos.....	46
2.2 O Governo Catarinense e a Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste – SNO...50	
2.2.1 Personalidade Jurídica da SNO	56
2.3 A atuação da Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste	57
2.4 O PROGAP: seu funcionamento.....	77
2.5 Irregularidades na Secretaria do Oeste	85
2.6 Reorganização da Secretaria do Oeste.....	87
3 O FIM DE UMA EXPERIÊNCIA: O PROCESSO DE EXTINÇÃO DA SNO	89
3.1 O processo de esvaziamento	89
3.2 A resistência	93
3.3 A extinção.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	108
ANEXOS.....	112

INTRODUÇÃO

O processo de “desenvolvimento” capitalista do município de Chapecó e região, o Oeste Catarinense, tem duas etapas definidas: a primeira iniciada aproximadamente em 1920, tem como objetivo a ocupação e o controle territorial. A segunda define-se pelo processo de industrialização, ocorrido a partir dos anos 50.

Esse processo de controle territorial está ligado à política expansionista do Brasil em relação à ocupação pelas armas de territórios de países limítrofes, como o Paraguai e a Bolívia; a ocupação do Uruguai, como província Cisplatina que posteriormente tornou-se independente; à incorporação dos territórios em disputa com a República Argentina, no qual o presidente dos Estados Unidos da América Grover Cleveland em 1895, foi favorável ao Brasil; à questão de Palmas ou Missiones que passariam a formar parte do Oeste de Santa Catarina.

Essa região formava parte do território nacional, entretanto sua população encontrava-se “abandonada” por falta de ações do poder público. Seria o próprio Estado barriga-verde, o tutor das ações para a integração dessas comunidades.

Definidas as fronteiras nacionais, fazia-se necessário políticas de povoamento dos espaços vazios ou pouco habitados. Neste aspecto Santa Catarina aplicaria o mesmo modelo que já era preponderante no Brasil, ou seja, desconsiderar as populações indígenas e caboclas residentes na região. As classes dominantes influenciadas pelo eurocentrismo, apostavam na migração de europeus para o desenvolvimento socioeconômico, consideradas as culturas do trabalho.

Essa visão antropológica produziria os primeiros conflitos, alguns muito violentos, entretanto minimizados pela história oficial.

Incentivou-se a migração de trabalhadores de descendência européia, oriundos do Rio Grande do Sul. Esta corrente migratória era organizada por empresas colonizadoras. Os colonos adquiriam e tomavam posse de suas glebas, legalizadas como propriedade privada, através de escritura pública, enquanto as empresas colonizadoras afixavam-se na hegemonia do processo econômico e político.

Com o assentamento dos colonos e suas famílias nos lotes rurais, para dedicar-se à agricultura, outros empreendimentos econômicos foram surgindo. Para o plantio dos produtos agrícolas, se faz necessário a derrubada da mata. Inicia-se aí o chamado ciclo da

madeira.

Com a chegada das colonizadoras e seu processo “civilizatório”, inicia-se aí um ataque violento contra a natureza: a derrubada sem piedade da floresta. Os elementos de um solo rico e abundante estavam à sua disposição como mercadorias que podiam ser negociadas e exploradas à vontade.

O processo devastatório das florestas, sem qualquer critério e planejamento técnico, a derrubada da vegetação e árvores centenárias para transformar em lavouras e pastagens para a criação de gado, afetaram as encostas dos rios, deixando-os sem proteção.

As propriedades rurais tinham basicamente como força de trabalho as próprias famílias. As terras desmatadas eram férteis, com boa adubação orgânica pelo processo natural, produziam boas colheitas, completadas por um regime regular de chuvas. Desta forma, começa a haver um excedente na produção, o qual passa a ser comercializado. A venda dos produtos agrícolas era adquirida por comerciantes que instalavam-se nos pequenos núcleos e que posteriormente foram se tornando cidades. Os comerciantes, como intermediários, foram os mais favorecidos, conseguindo acumular capital e dinheiro.

Os pioneiros desta incipiente industrialização foram os comerciantes bem sucedidos. Direcionaram seus capitais para a instalação de pequenas indústrias familiares, com reduzido número de operários, direcionando sua produção à indústria alimentícia, com destaque para a industrialização de produtos de origem animal em pequenos frigoríficos.

O poder público, no caso o Governo de Santa Catarina, é o agente fomentador e direcionador da modernização na agricultura. Os capitais acumulados na produção agrícola para o mercado contribuíram para o crescimento da agricultura. Desta forma, o Estado catarinense adequou-se às diretrizes do governo federal, com empréstimos e serviços de extensão rural.

O Oeste de Santa Catarina, relegado nas prioridades desenvolvimentistas do governo estadual, procura alternativas a fim de suprimir e tirar proveito deste isolamento. Através de negociações e pressões políticas de lideranças oestinas, instala-se em Chapecó a Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, sendo um ato político-administrativo inédito em Santa Catarina e até no Brasil.

Com o funcionamento da Secretaria dos Negócios do Oeste, começaria um intenso trabalho no sentido de dotar a região de infra-estrutura necessária para o crescimento industrial de grande porte. Essa política de crescimento econômico incentivada e direcionada pelo Estado, terá como resultado a formação de grandes empresas no ramo agroindustrial, de forma que, com o surgimento das grandes empresas, fez com que

houvesse o desaparecimento das pequenas empresas familiares.

Embora bastante discutida e vários conceitos surgiram, a palavra “região” originou-se do latim “*regenerere*”. Tanto na geografia como na história o conceito de região vem sendo estudado.

Poucos são os historiadores que, até o presente momento, têm se dedicado a discutir sobre a problemática espacial: a maioria tem utilizado os conceitos produzidos pelos geógrafos. Para Edmundo Heredia, a região é inconcebível fora de um espaço geográfico: “*la región, basicamente, es un territorio convertido por el hombre en un espacio cultural*”. Por sua vez, Ana Luiza Setti Reckziegell avança na conceituação ao afirmar que “*o regional é menos um espaço físico e mais um conjunto de relações e articulações estruturadas em torno de identidades singulares*”. Entre as muitas vertentes explicativas para o termo região, há um ponto consensual de que região seria a particularização dos lugares, a sua individualização (HEINSFELD, 2001, p. 19-20).

Dessa forma, pode-se observar a amplitude do termo região, que pode ser uma “região natural”, “política”, “social”, “histórica”, “geográfica”, “econômica” entre outras regiões. Vai depender do ângulo que se olha e de quem dela estiver se referindo.

O desenvolvimento na ótica capitalista é oposição ao subdesenvolvimento, uma vez que o primeiro é sinônimo de prosperidade e crescimento econômico e o segundo identifica-se como atraso, miséria, pobreza, etc.

O desenvolvimento econômico capitalista se faz assim por meio da produção econômica e da produção ideológica. Nesta, o principal papel cabe ao poder do Estado, voltado primordialmente para o crescimento e fortalecimento da economia. A estrutura ideológica capitalista é montada sob a dominância do seu campo ideológico-político, a partir dos aparelhos de Estado, e neste campo a dominância cabe à ideologia econômica, com a formação de políticas destinadas a permitir e a garantir a expansão econômica, com a qual a forma do Estado é condizente (CARDOSO, 1978, p. 88).

Os jornais do período foram as principais fontes de pesquisa, destaca-se também a pouca imparcialidade desses veículos de comunicação, pois referiam-se à SNO de forma elogiosa e também havia vínculo dos jornais com a Secretaria do Oeste, uma vez que esta possuía publicação semanal, uma delas chamada “ação permanente”, além das publicações legais.

Entre as principais dificuldades do meu trabalho de pesquisa, destaco a falta de documentos da própria Secretaria do Oeste, visto que os mesmos encontram-se jogados num compartimento na Secretaria da Agricultura, sem qualquer organização técnica, sem qualquer cuidado e o que é pior, sendo consumidos por insetos e com risco de incêndio.

De maneira mais reduzida, o presente trabalho está dividido em três capítulos: o

primeiro, tratará sobre o Grande Chapecó, desde sua instalação em 1917, até a nomeação do Prefeito de Chapecó-SC, Serafim Enoss Bertaso, pelo então Governador do Território do Iguaçu, João Garcez do Nascimento. Será trabalhado ainda neste capítulo, o processo de industrialização, bem como a política chapecoense.

Já no segundo capítulo, trabalhar-se-á a criação e as ações da Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, o Governo de Celso Ramos, que foi quem a instalou; outros governos de Santa Catarina, como se dava o relacionamento e a influência que tinha na região o Secretário do Oeste e suas principais obras.

O terceiro e último capítulo, abordar-se-á o processo de esvaziamento, resistência e extinção da SNO e das lideranças regionais, contra ou a favor da manutenção da Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste. Movimentos mais intensos, nos períodos dos governos que se sucederam, durante o período de vigência, que foi de 1963 a 1992.

1 O GRANDE CHAPECÓ

A chegada de migrantes no Oeste de Santa Catarina, inicia com o término da Guerra do Contestado, na segunda década do século XX, quando se encerra a disputa de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. Oriundos do Rio Grande do Sul, descendentes de imigrantes europeus, principalmente italianos, alemães e poloneses, espalham-se por toda a região do Oeste Catarinense.

O fluxo migratório impulsiona-se pelas Companhias Colonizadoras instaladas na região e a carência de terras férteis no Rio Grande do Sul, bem como o menor preço dos lotes em relação ao estado vizinho. Migraram em busca de solos férteis para a sobrevivência de suas famílias.

Encerrada a disputa territorial entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, a Lei nº 1.147, de 25 de agosto de 1917 cria os Municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro, atual Joaçaba e Chapecó.

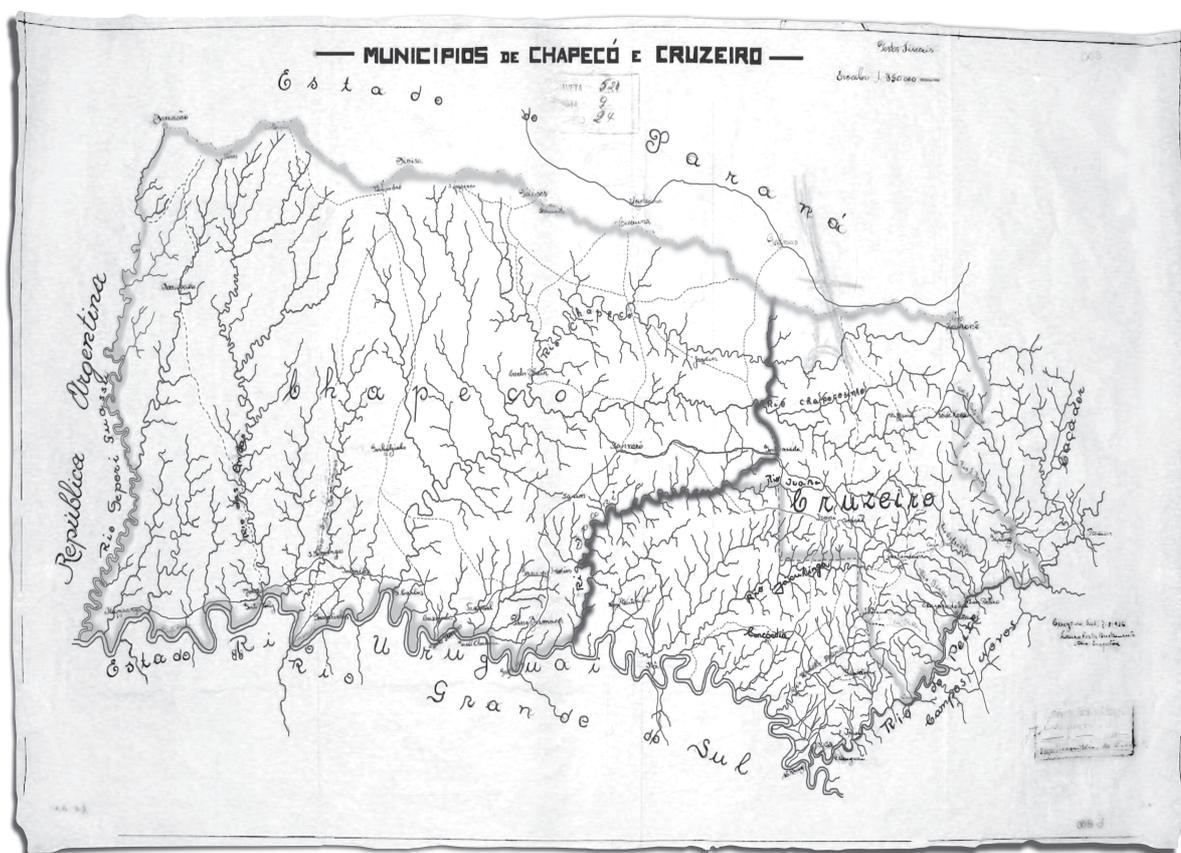


Figura 1. Mapa do Velho Chapecó.
Fonte: CEOM – Centro de Memórias do Oeste de Santa Catarina.

A primeira sede do Município de Chapecó instala-se na localidade de Passo Bormann, juntamente com a Comarca em 1917, e por motivos políticos em 1919 transfere-se para Xanxerê; volta para Passo Bormann em 23 e em 29, retorna para Xanxerê. Definitivamente em 31 é fixada a sede do município na localidade de Passo dos Índios, entre as duas comunidades que a disputavam.

Com uma área territorial de 13.915,27 Km², grafava-se inicialmente com “X”, Xapecó, a exemplo de outras localidades da região como Xaxim, Xavantina, Xanxerê. Por motivos ainda não bem esclarecidos, o Decreto-Lei de n. 86, de 31 de março de 1938 muda a grafia para “CH”, tornando definitivo.

O Governo Federal criou em 1943 o Território Federal do Iguaçu, que incluía além do Município de Chapecó, as regiões Oeste e Sudoeste dos Estados de Santa Catarina e do Paraná. Com a Carta Política de 1946, extingue-se o Território e as regiões envolvidas voltam a fazer parte de seus respectivos estados.

Dados do IBGE, no censo do ano 2000 revelam Chapecó com uma população de 146.967 habitantes. Compõe-se a população urbana de 134.592 representando 91,57% e 12.375 pessoas habitam o campo com 8,43%. A população economicamente ativa é de 76.744 sendo de 52,22%. Segundo o Banco de Dados do Município de Chapecó, o índice anual de crescimento demográfico é o seguinte:

Tabela 1 – Índice de crescimento demográfico

Índice de crescimento	1980 a 1991	3,99%
	1992 a 1996	3,33%
	2000 a 2005	2,97%

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural de Chapecó, março de 2006.

A estrutura fundiária do Município de Chapecó é composta por minifúndios. Das 1.837 propriedades rurais existentes, 93,85% possuem área inferior a 50 hectares.

Tabela 2 – Estrutura fundiária em ha do município de Chapecó

Estrutura Fundiária em (Ha)	Propriedades	% de área
Menos de 05	416	22,65
05 a 09	406	22,10
10 a 19	539	29,34
20 a 49	363	19,76
50 a 99	77	4,19
100 a 199	25	1,36
200 a 499	07	0,38
500 a 999	03	0,16
1.000 a mais	01	0,04
TOTAL	1.837	100

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural de Chapecó, março de 2006.

1.1 A industrialização de Chapecó

O processo da industrialização no município de Chapecó tem início na década de 1960. A base da economia industrial tem como antecedentes a grande produção de milho com excedente produtivo do cereal. Começa a criação de animais, especialmente de suínos. A comercialização era feita em praticamente dois centros consumidores: Curitiba e São Paulo. Este comércio obtém bom resultado econômico e já em 1940, instala-se o primeiro frigorífico, de pequeno porte, mas que determina o futuro industrial do município: a agroindústria.

Na década de 1960 acentua-se uma intensa migração interna no Brasil. A população camponesa procura os centros urbanos, principalmente os grandes centros urbanos. Este fenômeno social tem como causas: a mecanização na produção agrícola dos médios e grandes proprietários, o aumento de pessoas nos núcleos familiares dos pequenos proprietários e a conseqüente migração para as cidades a procura de emprego. Também contribuíram para o êxodo rural as penúrias e dificuldades econômicas da agricultura familiar pelo baixo preço pago a sua produção pelos atravessadores e o mercado.

Chapecó no começo de 1960 era um município pequeno com escasso desenvolvimento industrial, comparado a outros pólos regionais como Blumenau, Criciúma e Joinville, por exemplo, mas tinha significativa importância comercial no Estado e na região do Oeste Catarinense; começava a despontar como pólo mais importante desta região.

Crescia o comércio com outros municípios da região, com capitais e também para o exterior: para o Rio de Janeiro vendia-se feijão; para a capital paulista, conjuntamente com

o feijão, comercializava-se produtos frigoríficos; para o vizinho estado do Rio Grande do Sul erva-mate e madeira. Estes dois últimos produtos também se exportavam para a República Argentina. E foi, precisamente, o comércio de madeira, que pela sua importância foi a base econômica para o desenvolvimento de Chapecó. Nesta época o município contava com quatro agências bancárias: o Banco do Brasil, o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, Banco da Indústria e Comércio de Santa Catarina e Banco Nacional do Comércio.

O censo de 1960 detalha a infra-estrutura da indústria chapecoense. Havia 61 empresas e 467 operários que trabalhavam nas mesmas. A maior produção era no ramo da indústria alimentícia que representava 82% da produção e utilizava 263 trabalhadores como mão-de-obra. A indústria madeireira já havia sido superada economicamente e contribuía com 10,8% da economia, empregando 161 operários; em terceiro lugar a indústria de bebidas com 2,3% e 18 funcionários. Complementavam este desenvolvimento industrial outros pequenos ramos como, olarias, moinhos, curtumes, carpintarias, entre outros (IBGE, 1965).

A matéria-prima basilar que deu início o processo da industrialização foi o suíno, em 1964 representava quase a metade da produção. Sendo os principais produtos derivados para o setor alimentício a banha refinada, salsicha, carne defumada e toucinho.

Para construir um mercado com características capitalistas, ou seja, acúmulo de riquezas, antes produzia-se para a subsistência, com a nova ordem passa-se a produzir com intuito de vender o excedente e ganhar dinheiro. Ocorreu previamente, uma profunda mudança no sistema de propriedade da terra. Foi o projeto de colonização que começou em 1917. Até essa época a terra era ocupada por caboclos, índios e grandes fazendeiros. Era um sistema produtivo de subsistência e os pequenos excedentes produzidos eram trocados por outros produtos nas mesmas comunidades. Os caboclos que cultivavam pequenas áreas de terras não possuíam nenhuma documentação legal que lhes outorgasse direitos sobre a terra. Era o direito de posse.

Chapecó possuía naquela época uma reduzida população, mas a partir da colonização em 1917, com a comercialização das terras e madeiras na região começa uma permanente expansão. O povoamento colonizador ocorreu por famílias migrantes do Rio Grande do Sul, de origem européia, principalmente italianos, alemães e poloneses.

Implementou-se a venda de pequenas glebas, legalizadas através de títulos de propriedades registrados em cartórios. Caboclos e índios, habitantes ancestrais da região, foram sendo expulsos das terras agora legalizadas e empurrados para as encostas mais

íngremes dos rios. Seus sistemas de vida e sua produção primitiva não são considerados importantes e não contribuem para o sistema de produção capitalista que se expandia para o mundo todo.

As empresas colonizadoras criaram mecanismos para divulgação das terras. Foram enviados vendedores para as regiões agrícolas de colonização italiana e alemã do Rio Grande do Sul [...]. Os colonos que compravam as terras no Oeste Catarinense queriam que elas estivessem limpas, ou seja, sem moradores. Para a “limpeza” da região, os caboclos e os poucos indígenas que ainda viviam foram expulsos de suas terras, pois eram considerados improdutivos. Esses povos, ou foram empurrados para áreas distantes das matas, ou para as cidades, quando não eliminados (PAIM, 2003, p. 14-15).

Os novos proprietários das pequenas propriedades legalizadas, os colonos culturalmente influenciados pela sua ascendência européia de características capitalistas – chamadas “culturas do trabalho”, discurso construído no início da imigração européia no Brasil, principalmente na Itália – organizam-se em pequenas comunidades. Sua produção estava voltada à subsistência e o excedente para a venda. A circulação comercial começava adquirir cada vez mais importância.

A proposta do colono italiano *afável, disciplinado, econômico, educado, forte, incansável, perseverante, sóbrio, trabalhador, valente, respeitador das autoridades* fazia parte da retórica das elites peninsulares, já que facilitava a expatriação das massas expulsas da península e das ilhas pela falta de trabalho e de terras. No Sul do Brasil, desde os primeiros tempos, essa linguagem esteve presente na fala dos representantes consulares (MAESTRI, 2001, p. 41).

As novas comunidades organizavam-se em pequenos vilarejos para atender as novas relações sociais, organizar o sistema produtivo e adequá-lo às necessidades do incipiente comércio.

As pequenas propriedades tinham como força de trabalho o núcleo familiar e eventualmente, em época de colheitas, contratava-se mão-de-obra de trabalhadores rurais (índios e caboclos). Costuma-se fazer também mutirões entre a vizinhança, principalmente em situações emergenciais, provocadas por fenômenos climáticos.

A base do capital foi o próprio comércio; nas pequenas comunidades foi instalando-se a figura do comerciante – intermediário – o qual comprava o excedente dos colonos e vendia-lhes os produtos que não tinham como produzir: sal, açúcar, tecidos, roupas, artigos de couro etc., e outros produtos para a utilização na lavoura como ferramentas, implementos agrícolas, armas e munições. Este comércio foi se intensificando, na medida que os núcleos urbanos começavam a crescer expandir-se, formando cidades de pequeno

porte na região Oeste Catarinense.

Outra mudança importante foi o regime da propriedade, a terra. Para os antigos habitantes – caboclos e índios – não tinha valor de compra ou venda, era de posse comunitária ou coletiva. As políticas das empresas colonizadoras, autorizadas e incentivadas pelo Estado, adotam às glebas as necessidades que mais interessavam ao capitalismo no meio rural; a propriedade particular, legalizada passa a ter valor como qualquer objeto que possui condições de ser comercializado.

A terra perde sua função social, e o essencial era produzir renda para o proprietário. Mas também foi um elo importante para enriquecer as empresas colonizadoras, os intermediários e com a expansão da agroindústria como fornecedora de matéria-prima.

Desde o século XIX, os relatos indicam que a escassa população do território catarinense no Velho Município de Chapecó utilizava a via natural de comunicação: o Rio Uruguai.

Devido à inexistência de opções de transporte para o escoamento de sua produção madeireira, os produtores regionais incrementaram o aproveitamento da via aquática do Rio Uruguai, utilizando a balsa, como meio de transporte.

Esse tipo de transporte não se constituía numa alternativa no período intensivo da colonização que se desenvolveu no Oeste de Santa Catarina, pois era o único existente.

Hugo Campos, um dos que realizou mais de uma dezena de viagens, nascido e criado no Porto Goio-En (1908), às margens do Rio Uruguai, na parte catarinense no município de Chapecó, relata que seu falecido pai, mesmo antes do nascimento dele, já trabalhava no rio. Transportava erva-mate em piráguas¹ para a Argentina. No mesmo tempo também atava madeira em balsas, no lado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Nonoai e Irai (BELLANI, 1991, p. 201).

Em resumo, o crescimento industrial da região de Chapecó começou com talado das florestas e a produção de erva-mate que eram exportados para a Argentina. A importância do comércio de madeiras para a região, sendo estas transportadas por balsas, construídas com as próprias toras, que eram levadas através do Rio Uruguai até o vizinho país. Posteriormente à chamada colonização, onde as pequenas propriedades rurais, devido à fertilidade das terras-irrigadas, recém desmatadas e um apropriado regime pluviométrico, aliado ao desejo de lucro dos colonos, ofereciam uma boa produção de milho, feijão e mais tarde a soja.

1.2 Terreno fértil com apoio público

Na década de 50 que começam as grandes mudanças. Até esta época a região rural

¹ Embarcação feita de tábuas, empregadas no Alto-Uruguai para transporte de erva-mate e de outros artigos.

era hegemônica nas relações sociais, econômicas e políticas. Ainda existia a figura do coronel como a figura determinante nos acordos e decisões políticas; a agricultura tradicional e empírica era de subsistência.

Os comerciantes faziam o intercâmbio dos produtos agrícolas para os consumidores locais ou de outros centros urbanos. Como intermediários foi a categoria que possivelmente mais se favoreceu economicamente. Visando aumentar seus lucros, parte desses comerciantes, direcionaram suas atividades econômicas para o processo industrial.

A atividade industrial nas regiões que tem se desenvolvido, em regra, procura contar com matéria-prima produzida em sua própria área de abrangência, para suprir as necessidades do processo produtivo. A abundância do milho, de suínos, de lenha, de água facilitou a instalação dos primeiros frigoríficos; eram empresas familiares de pequeno porte.

A partir de 1930, é dada ênfase à industrialização. Durante a Segunda Guerra Mundial a industrialização se intensifica, para suprir os produtos que eram importados dos países industrializados, e envolvidos no conflito, e cuja produção estava voltada para a indústria bélica.

O desenvolvimento industrial dá-se através da intervenção do próprio Estado. Foi o grande projeto político da chamada era Vargas que contava com o apoio da burguesia industrial brasileira, enquanto a velha oligarquia do café-com-leite perdia a hegemonia política.

Em outras palavras, propunha-se um avanço mais acentuado da industrialização por meio da proteção tarifária e com base na infra-estrutura a ser proporcionada pelo Estado, mantida a importância do setor exportador enquanto fornecedor, tanto das divisas para as crescentes importações brasileiras, quanto das matérias-primas e alimentos requeridos pela expansão urbano-industrial; tudo isso orientado e sincronizado pelo planejamento estatal (MANTEGA, 1991, p. 27).

A industrialização iniciou-se nas grandes capitais; São Paulo foi a mais privilegiada seguida pelo Rio de Janeiro, Belo Horizonte e foi estendendo-se de acordo com as características das diferentes regiões do país.

Na década de 50 a região de Chapecó entra neste novo ciclo produtivo, mas com uma produção ainda modesta, ainda que o número das pequenas empresas em relação a outras cidades catarinenses era razoável.

A ideologia do desenvolvimentismo industrial apregoado pelo governo federal teve o apoio dos estados. Esta presença cada vez mais abrangente e controladora começa com os chamados governos populistas, fenômeno político que aparece em diversos países da

América Latina a partir da década de 1930.

Para capitanear essas transformações, que deveriam resultar em economias nacionais sólidas e autônomas, com maiores níveis de renda e de consumo para toda a população, CEPAL sugere a decidida participação do Estado na economia, enquanto principal promotor do desenvolvimento e responsável pelo planejamento das modificações que se faziam necessárias. Assim, o Estado é tido como o centro racionalizador da economia, com a incumbência de intervir até mesmo como agente econômico direto, provendo a necessária infra-estrutura para a expansão industrial e a canalização dos recursos nacionais para as novas atividades prioritárias. [...] Na verdade, a maior intervenção estatal e o planejamento significavam o fortalecimento das economias locais e um maior poder de barganha em face aos banqueiros internacionais, que lucravam com a fraqueza e subdesenvolvimento periférico (MANTEGA, 1991, p. 39).

Há necessidade de aparelhar o Estado com uma infra-estrutura que desse suporte para a industrialização e a preparação dos recursos humanos, através de uma reforma curricular no ensino. Esta foi a primeira meta do governo de Getúlio Vargas. Criaram-se as grandes empresas estatais com empréstimos e recursos públicos. Este modelo de Estado Nacional que surge a partir de 1930, começa a ser implantado a partir da década de 50 no Oeste Catarinense.

No processo de expansão capitalista, nesta região, observa-se os limites das pequenas empresas agroindustriais, absorvidas pelas de grande porte – algumas se transformam em multinacionais – e em grandes cooperativas.

As ações estatais na região Oeste de Santa Catarina foram fundamentais para a expansão capitalista no campo, pelo seguinte: a) possibilitaram a expansão do capital em mais um departamento econômico – a agricultura – ainda não adequadamente explorado, abrindo, assim, novos espaços para o capital. b) Através desta nova ação do capital no Oeste Catarinense, não ocorreu apenas a sua expansão, mas acima de tudo a reprodução do modo de produção capitalista, através de novas relações burguesas que se estabeleceram entre agricultores, empresa e Estado (ALBA, 2002, p. 46).

A intervenção do Estado catarinense nas políticas de desenvolvimento econômico foi direcionada previamente para a modernização da agricultura, pois temos que levar em conta que a agricultura brasileira teve e tem uma grande importância no desenvolvimento econômico. A modernização agrícola não foi incompatível com a industrialização.

O setor agrícola ocupa uma importante posição na produção agropecuária, e contribuiu de maneira significativa no PIB (produto interno bruto). A modernização agrícola foi relevante para a implementação do parque industrial e a produção para o mercado externo permitiu gerar divisas para a aquisição de equipamentos industriais. Para atingir estas metas, começaram a ser estabelecidos os serviços de Extensão Rural e os

créditos agrícolas supervisionados.

Em Santa Catarina a Extensão Rural e a assistência técnica foram de responsabilidade da ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina) e paralelamente gestavam-se políticas públicas para o financiamento ou a modernização dos parques industriais catarinenses.

A ditadura militar nos anos 70 adotou a política de favorecer aos interesses econômicos e sociais dominantes em desfavor dos setores subordinados, os quais procurou desarticular socialmente; as restrições às liberdades civis; utilização de métodos drásticos de controle social e político, e em determinadas épocas usou o terrorismo de estado contra os opositores do regime. Na política econômica investiu no desenvolvimento da agricultura e na industrialização do Estado. Em Santa Catarina, de acordo com estas diretrizes desenvolve-se projetos de apoio e incentivo como o FUNDESC (Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina); o PROCAPE (Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas); o PROFASC (Programa de Desenvolvimento da Indústria de Suínos de Santa Catarina).

O objetivo da extensão rural visava superar os métodos tradicionais na produção agrícola. A região dependente de uma agricultura com estas características é uma região pobre. Por isso a necessidade de aumento da produtividade, apoiada nas modernas técnicas de produção agrícola. Esta agricultura tradicional para ser superada dependia basicamente dos investimentos técnicos e econômicos.

Nos empreendimentos estatais para o desenvolvimento da agricultura e a industrialização que o estado brasileiro realizou, observa-se a eficácia da burocracia administrativa no Plano de Metas; os projetos de longo alcance foram progredindo por etapas. Primeiro foi necessário criar uma infra-estrutura estatal (transporte, comunicações, energia, portos etc.); grandes empresas direcionadas para a extração (minérios, combustíveis, águas) e para a produção. Neste projeto, o Estado foi hegemônico, ainda que houvesse a participação das empresas privadas, algumas de caráter multinacional e grandes empréstimos de bancos privados, estatais ou instituições multilaterais. Há que se destacar, que o estado brasileiro deu conta deste gigantesco projeto.

Em síntese, o Plano de Metas objetivava remanejar os recursos do país de modo a canalizá-los para o prosseguimento e ampliação da escala de acumulação industrial, por meio da atuação do Estado prioritariamente em duas fontes: a) na coordenação e integração dos vários setores da economia, detectando as deficiências de infra-estrutura e as lacunas deixadas pela chamada iniciativa privada, e procurando solucionar esses problemas pela ampliação ou criação de empresas estatais; b) no incentivo direto à produção privada por meio da criação de linhas de crédito, principalmente junto ao BNDE, com longos prazos de restituição e juros negativos, pela concessão de avais estatais a empréstimos contraiados no exterior, pela facilitação de importação de máquinas, equipamentos e insumos básicos com a cessão de taxas cambiais favorecidas, pela concessão de isenções fiscais e tributárias e pela reserva de mercado às indústrias em implantação via tarifas protecionistas (MANTEGA, 1991, p. 73).

As pressões e as resistências de um projeto desenvolvimentista requerem uma decisão política firme para poder enfrentá-los e superá-los. Este foi o mérito do governo que implantou o plano de metas. Os benefícios trazidos pelo projeto foram usufruídos, principalmente por uma classe: a burguesia comercial e industrial.

1.3 Metamorfose genética e financiamentos

Na região de Chapecó a extensão rural organizou novos métodos para melhorar e aumentar os cultivos, mas também investiu no melhoramento genético de suínos e aves. Aparentemente o objetivo era contribuir com o crescimento e aperfeiçoamento da produção agrícola dos pequenos e médios agricultores, mas o planejamento macroeconômico estatal tinha como objetivo superior preparar e organizar a estrutura necessária para a industrialização que estava direcionada à agroindústria. Assim, a obtenção de empréstimos para os agricultores ficava subordinada a estes objetivos.

Os empréstimos bancários, para serem disponibilizados aos produtores rurais, deviam ter previamente a anuência dos órgãos de extensão rural, que eram estatais, enquanto os recursos financeiros eram outorgados pelo Banco do Brasil que intermediava os grandes recursos de agências internacionais interessadas em promover a revolução verde nos países subdesenvolvidos.

Inicialmente essas ações provocaram um intenso desenvolvimento agroindustrial da região, com incorporação de uma significativa parcela dos produtores familiares. Todavia, os incentivos não alcançaram o conjunto dos produtores agrícolas de forma homogênea e, num momento posterior, intensificaram a diferenciação sócio-econômica já existente. O crédito rural subsidiado, por exemplo, colocado à disposição dos produtores, acabou sendo tomado de forma diferenciada entre os mesmos. Os produtores que detinham melhores condições de acesso ao crédito, quer pela quantidade de terra disponível, quer pelo seu nível de instrução e/ou formação técnica, acabaram por se beneficiar e passaram a investir em atividades como a avicultura e a suinocultura, muitas vezes, em detrimento das demais (TESTA, 1996, p. 46).

Órgãos públicos como ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina), CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina) e EMPRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) foram destaque nas pesquisas para desenvolver novas tecnologias de produção: rações concentradas, melhoramento genético e técnicas de adaptação das aves e suínos, determinando o crescimento num espaço de tempo mais breve que os naturais, para adaptar os animais a um processo industrial mais rápido e eficiente no planejamento de abate, com hora e dia marcado. Também se reduziu a quantidade de banha ou gordura nos suínos, aumentando desta forma a quantidade de carne, mais valorizada no mercado. Em contrapartida, os agricultores integrados nas agroindústrias foram proibidos de criar paralelamente suas próprias aves nativas ou caipiras como popularmente são conhecidas, devido às baixas defesas orgânicas naturais, das aves para a industrialização. Esta deficiência pode ser compensada com antibióticos adicionados nas rações alimentares. Acredita-se que há adição de hormônios na dieta alimentar dessas aves, porém, as empresas negam.

Na década de 80, as agroindústrias e a própria imprensa elogiavam as novas técnicas de produção, trazidas à região, gerando crescimento econômico e progresso. O ecologista José Lutzembguer, numa notável palestra para os próprios profissionais da área envolvidos nas novas técnicas de produção, alertava sobre as conseqüências para a saúde, a forma de criar aves geneticamente modificadas em cativeiro ou confinadas.²

Esta denúncia foi profética. Atualmente a peste das aves se alastra pelo mundo, e pode produzir o caos econômico na região de Chapecó.

O crescimento econômico de Chapecó intensificou-se a partir da década de 60, e já no final nos anos 90 a região Oeste se configurava como maior parque agroindustrial da América Latina. Com uma política de produção voltada para a exportação, Chapecó é considerado o pólo econômico regional.

Este notável crescimento só seria possível com uma maciça ajuda do Estado de Santa Catarina e da própria União. O modelo de desenvolvimento era o idealizado pela ditadura militar. Os empréstimos eram direcionados para as empresas de grande porte o que gerou uma concentração de renda.

² Informação confirmada pelo professor de História e Literatura José Carlos Ortiz, que se encontrava presente na palestra de Lutzembguer, proferida em Chapecó.

Conforme Decreto nº SF 14-11.68/7.378, publicado no Diário Oficial de 19.11.68, o Governo do Estado concede vantagens fiscais às cooperativas. Diz o art. 2º do referido Decreto: “E concedido às cooperativas, um crédito fiscal em importância equivalente ao ônus a elas transferido por estabelecimentos industriais deste Estado, pela fruição do benefício instituído pelo artigo 2º do Decreto nº SF-20.05.68/6.693”.

[...]. O Decreto autoriza as cooperativas recolherem 20% do ICM devido para a aplicação nas subscrições de cotas partes de cooperativas centrais e federação de cooperativas (FOLHA D’OESTE, 14/12/1968, p. 6).

Devemos lembrar que, durante o regime militar diversos projetos foram elaborados para a América Latina nos Estados Unidos da América; assistência técnica era prioritária para o setor agrícola, e os militares brasileiros aliados naturais da grande potência do Norte, aderiram com entusiasmo ao projeto, para conter o avanço do comunismo durante a Guerra Fria e preocupados com a revolução cubana. Para Belato (1995, p. 7):

[...] essas ações não são casuais, nem nascem de uma bondade humanística em relação aos países pobres. São ao contrário, uma percepção clara e pioneira por parte das organizações Rockefeller e Ford das possibilidades de intervenção política geral sobre as populações rurais dos países subdesenvolvidos.

Com as políticas econômicas, para favorecer os monopólios, resultou que das 23 pequenas agroindústrias existentes no Estado, na década de 80, restaram 7, incluindo os grandes frigoríficos com sistemas de cooperativas.

Uma característica muito importante, no processo produtivo das agroindústrias, são os pequenos agricultores, chamados de integrados que formam parte orgânica na divisão social e espacial do trabalho. O espaço de produção é a própria propriedade privada do agricultor, mas faz parte de um planejamento global da empresa. Participa no cronograma produtivo que tem como meta o produto final, já pronto ou industrializado para ser distribuído no mercado.

O agricultor está subordinado técnica e economicamente à empresa agroindustrial, à qual fornece ao integrado para alojar em suas instalações a matéria-prima, principalmente na criação de aves. Há uma fiscalização técnica rigorosa a fim de obter o máximo de resultado na produtividade na relação entre o peso final para o abate e a alimentação consumida, denominada tecnicamente pela empresa de conversão alimentar. Na criação de suínos em regra, o integrado possui as matrizes, animais com alta produtividade e melhoramento genético. Outra grande preocupação é evitar possíveis contaminações ou doenças nos lotes.

A relação econômica é unilateral, já que é determinada pela empresa que fixa o preço da produção e controla o peso na entrega de cada lote.

Esta parceria entrou numa profunda crise com o sistema neoliberal, impondo as regras comerciais no mundo globalizado, de acordo com a OMC (Organização Mundial do Comércio). Atualmente os novos investimentos impostos pelas empresas aos integrados em suas unidades produtivas, para prevenção de epidemias das aves, por exemplo, que começa a estender-se pelos continentes, é incompatível com o retorno financeiro.

No processo de produção agroindustrial, a participação dos pequenos agricultores – integrados – é uma peça importante para complementar a cadeia produtiva, pela necessidade de uma mão-de-obra sem horário de trabalho determinado e dedicação laboral exclusiva por parte do integrado no cuidado e manejo dos animais, como se dele fosse. Além de garantir à empresa o fornecimento de matéria-prima sem temer a falta ou escassez da mesma, ademais do controle técnico e econômico, existe o controle ideológico. Esta relação assimétrica determinou uma profunda diferença de renda e como consequência a diferença social.

Na relação das agroindústrias com seus operários, inseridos na produção fabril, há um rígido controle disciplinar de suas atividades, enquanto as técnicas do toyotismo disfarçam as relações de exploração como: colaborador da empresa, o orgulho de ser funcionário da empresa “X”; a escolha do operário padrão e outros. A atividade sindical dos operários é controlada de forma policialesca pela burocracia hierárquica das empresas.

Em rápida cerimônia realizada ontem na Prefeitura Municipal de Chapecó, o prefeito Ledônio Migliorini agraciou os “operários-padrão” do município homenageando-os com medalhas e diplomas. Os agraciados foram Severino João Gerelli, o “operário-padrão” escolhido em 1983, da SAIC Eorides Pompeo da Maia, da CASAN; Vivaldino Ribeiro de Andrade da CELESC; Eugênio Zambiazzi, da Coopercentral; Valdir Antonio Ecco da Sadia Avícola; Natal Nadaletti, da SIPAL e Antonio Elias Valacchi, da TELESC.

[...] Primeiramente, eles são indicados dentro de suas empresas, posteriormente no município e após a nível estadual e nacional (DIÁRIO DA MANHÃ, 04/01/1984).

Nota-se, porém, que esta exploração disfarçada dos operários é enaltecida pela imprensa regional.

1.4 Aspectos formais e institucionais da política chapecoense e suas determinantes econômicas

Para estudar o processo político de Chapecó a partir das décadas de 50 e 60, é necessário associá-lo intimamente com seu desenvolvimento econômico, com destaque

para o agroindustrial.

Três partidos políticos se notabilizaram no cenário nacional: O PTB – Partido Trabalhista Brasileiro; a UDN – União Democrática Nacional e o PSD – Partido Social Democrático. Tinham significativa representação em Santa Catarina; também participavam partidos menores, com expressão estadual ou regional.

Os partidos hegemônicos na política chapecoense, e da região, eram as agremiações partidárias de expressão nacional. Mas as tomadas das decisões partidárias importantes como alianças, acordos e projetos passavam pelo Estado, onde se concentravam as maiores lideranças, tanto no Poder Executivo, como na Assembléia Legislativa.

Este alinhamento partidário decorreu pela própria ação do Estado brasileiro, como promotor dos projetos desenvolvimentistas. Esta política de desenvolvimento contemplava profundas transformações na produção agropecuária. A expansão do capitalismo urbano devia ser complementada pelas riquezas e farturas oriundas do campo.

Mas a Revolução Verde³ não contemplava as pequenas propriedades produtivas modernizadas com tecnologias, como já havia acontecido na Europa Ocidental. A mudança consistia em adaptá-las tecnicamente às agroindústrias que surgiam potentes e mitológicas: pois, poderiam resolver o “atraso” econômico regional. Era o progresso chegando à região para transformá-la em “primeiro mundo”.

Para concretizar estas ações eram necessários consideráveis somas financeiras e assistência técnica, e o estado brasileiro foi generoso e coerente com seus projetos.

Nas décadas de 60 e 70 a economia da região, com Chapecó sendo o centro do processo, passa a fazer parte do milagre econômico tão propalado pela ditadura militar que governava a nação. Desta forma, o município transformou-se numa vitrine da ideologia do regime.

A elite chapecoense identificou-se plenamente com a proposta. Criou-se um imaginário da cidade: progresso, trabalho, pioneirismo, crescimento econômico, riqueza... Isso atraiu muita gente à procura de empregos. Chegavam operários, camponeses, profissionais liberais, professores para o ensino superior, técnicos, consultores para as fábricas. A instituição de ensino superior FUNDESTE – Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste se apressava em preparar profissionais para uma região em crescimento e expansão econômica.

³ A chamada Revolução Verde, foi o período do também conhecido Milagre Econômico ocorrido no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, onde houve crescimento econômico em meados da última década de até 14% ao ano.

Como a preocupação dos fundadores da FUNDESTE era formar mão-de-obra especializada para as indústrias e atividades afins, em 1973 começaram a funcionar os cursos de Administração de Empresas e Ciências Contábeis. Os novos cursos passaram a responder às necessidades dos municípios da região (PAIM, 2003, p. 63).

Até o golpe militar de 1964, os partidos atuantes no município, sem grandes diferenças políticas e ideológicas, apostavam na industrialização. As disputas acirradas eram pelo poder: o governo municipal e os cargos legislativos em suas respectivas esferas.

O PTB com seu projeto populista tinha como alicerce, a figura mítica de Getúlio Vargas; o PSD defendia o desenvolvimento industrial com a ajuda do capital internacional e sua liderança principal era Juscelino de Oliveira Kubitschek, o construtor na nova capital, Brasília; a UDN de Carlos Lacerda, alinhava-se como os Estados Unidos da América na Guerra Fria. O anticomunismo era seu estandarte de luta, acusava João Goulart de pró-comunista e de querer transformar o Brasil em uma república sindicalista.

Com a derrota do nazi-fascismo em 1945, o Estado Novo, regime autoritário que governou o país desde a década de 30, começa a ser profundamente questionado. A oposição o acusava de ditadura com práticas fascistas. A nova conjuntura mundial, e a situação política interna determinaram o fim do Governo Vargas.

Com o decreto de 29 de maio de 1945, regulamenta-se o novo Código Eleitoral. Pela nova Lei devia-se formar partidos políticos com abrangência nacional.

Não aconteceu um rompimento drástico na transição política. Getúlio Vargas e seus ministros deixavam o poder, mas preparavam-se e organizavam novas estratégias para continuar influenciando ou participando diretamente na política nacional:

O novo quadro partidário foi estruturado sob o comando, quer do líder-de-posto, quer das elites políticas oposicionistas, permanecendo em vigor até 1965. [...]. Do lado das forças getulistas ocorre um processo de formação de duas correntes: o PSD e o PTB. Inicialmente, Vargas e todo o aparato oficial do Estado Novo, lançam-se na construção de um forte partido de sustentação oficial: o Partido Social Democrático. Este partido surge a partir da força das interventorias estaduais (os governadores nomeados por Vargas) e representa uma tentativa de centralizar as forças oligárquicas locais fiéis a Vargas (HASS, 2001, p. 145).

No ano de 1945, também em Chapecó tem início a transição política. Além dos três grandes partidos de perfil nacional; PSD; PTB e UDN, se constituem no município o PRP (Partido de Representação Popular); o PSP (Partido Social Progressista); PL (Partido Libertador) e o PDC (Partido Democrata Cristão). O PSB (Partido Socialista Brasileiro) e o PCB (Partido Comunista do Brasil), partidos de esquerda, não conseguiram estruturar-se

pela falta de lutas e tradições operárias na região.

O primeiro partido político a organizar-se em Chapecó foi o PSD em 1945. Seu primeiro presidente foi o engenheiro Serafin Enoss Bertaso. A família Bertaso na época tinha grande influência no município e na região, face seu poder econômico. A empresa Ernesto F. Bertaso foi a colonizadora da região de Chapecó. Incentivou a corrente migratória, ou seja, a vinda de gaúchos principalmente colonos para o Oeste Catarinense, através da venda de glebas de terras numa extensa região do “Antigo Chapecó”. No momento da formação do PSD, era o Coronel Ernesto Francisco Bertaso quem comandava a política local. E através do PSD a família Bertaso apoiava Getúlio Vargas.

A agrupação política UDN surgiu em Chapecó como consequência de uma dissidência interna do PSD, controlada pela família Bertaso no calor da campanha eleitoral de 45 para Presidente da República, Governador do Estado, Senadores, Deputados Federal e Estadual. As velhas rivalidades políticas do município voltaram à tona no processo de democratização do país. Através dos dissidentes peessedistas, percebe-se que o mandonismo e a hegemonia política dos coronéis ainda eram uma prática comum no Oeste Catarinense.

Devemos lembrar que o Município de Chapecó fez parte do Território Federal do Iguaçu. Com o seu fim, Chapecó passa novamente a integrar o Estado de Santa Catarina, em setembro de 1946.

Definida esta nova situação geográfica do Oeste, Chapecó alinha-se politicamente com a capital do Estado, Florianópolis. Como a nova conjuntura pós Estado Novo, os chefes políticos da Ilha Capital e o litoral agrupam-se nas siglas partidárias de representação nacional: O PSD é criado em 1945, liderado pela família Ramos do Município de Lages. Destacam-se entre outros, Nereu Ramos, que depois de ter ocupado vários cargos públicos no cenário catarinense e brasileiro – Deputado Estadual, Federal, Governador do Estado, Senador da República, Ministro da Justiça no Governo de JK e assumiu interinamente a Presidência da República, de novembro de 1955 a janeiro de 1956, Celso Ramos, que foi Governador do Estado no período de 1961 a 1966.

A UDN surge em junho de 1945 como consequência da união das famílias Konder e os Bornhausen que haviam sido alijadas do poder pelo movimento getulista dos anos 30.

O PTB é fundado no Estado em março de 1945; na ata de fundação figuram Saulo Ramos, Telmo Vieira e Carlos Gomes de Oliveira.

Os três partidos eram de tendência conservadora. O que diferenciava o PTB, era sua base operária, pequena no início, mas teve posteriormente um considerável crescimento. O

partido identificava-se com as reformas trabalhistas de Getúlio Vargas, e o surgimento de grandes lideranças como Doutel de Andrade no Estado, João Goulart e Leonel de Moura Brisola em nível nacional deram uma tendência de esquerda ao partido.

No final do ano de 1945, continuando a tendência estadual, surge em Chapecó a UDN e o PTB. Ambos partidos foram formados por dissidentes ou rebeldes do PSD. As disputas ou brigas internas não eram doutrinárias, já que o conhecimento e o nível político-ideológico dos “chefões locais” poderia ser limitado:

Ressalta-se o caráter oposicionista local em detrimento do caráter ideológico, na formação da UDN e do PTB de Chapecó, onde a União Democrática Nacional e o Partido Trabalhista Brasileiro criados “contra” os Bertaso, ou seja, em oposição ao grupo que detinha o privilégio do poder político municipal. O aspecto oposicionista na formação partidária já transparece na UDN nacional, pois sua organização representou, principalmente, um movimento de oposição a Vargas e ao Estado Novo, do que uma mobilização ideológica de cunho mais definido (HASS, 2002, p. 156).

Esta era a estrutura política formal ou institucional quando o município de Chapecó começou a despontar na região, implementando uma estrutura que lhe permitia transformar-se num dos maiores pólos agroindustriais do país.

Mas para chegar a uma profunda transformação econômica, o município passaria por um período de violentos enfrentamentos políticos. Os três maiores partidos, PSD, PTB e UDN alternaram-se no governo municipal. As rivalidades, discussões e acusações fizeram surgir uma imprensa. Os jornais partidarizaram-se e atacavam com violentas detratações os adversários e defendiam as agrupações as quais estavam ligados politicamente. As acusações centralizadas em determinadas lideranças procuravam desmoralizá-las ante a opinião pública.

As impunidades dos desmandos partidários agravavam a situação dos mais humildes ou mais fracos econômica e politicamente pela suposta partidarização das autoridades. A “democratização”, significou uma acomodação dos coronéis que mandavam nos municípios, onde os poderes se subordinavam na figura do chefe de uma nobre, distinguida e pioneira família do próprio município.

À medida que novos extratos sociais assentavam-se no município, buscando seu espaço econômico e político, mais se acirravam os conflitos que se expressavam através das agremiações partidárias.

O PSD era o partido dos madeireiros e os colonizadores, que era o setor hegemônico no desenvolvimento econômico da região. A extração e comercialização de

madeira nobre e a venda de terras eram os negócios mais importantes da época:

A estrutura do poder chapecoense deste período, expressa o domínio político dos setores economicamente dominantes da época e demonstra ao mesmo tempo, a existência de acirrados conflitos político-partidários dentro das elites urbanas locais, ou seja, entre colonizadores, industriais madeireiros, comerciantes e profissionais liberais.

[...] Evidencia-se, ainda, que, em 1947, os três principais partidos da região apresentavam uma nítida composição social na Casa Legislativa, embora diferenciada. Enquanto o comando do PSD está integrado pelos empresários ligados à atividade colonizadora e a exploração madeireira, na UDN e no PTB predominam os comerciantes (HASS, 2002, p. 220-21).

Na relação entre a população urbana e a camponesa, apresentava esta última um número maior de habitantes, pois a migração de gaúchos na década de 40, realizada através das colonizadoras, era de agricultores, que chegavam ao Oeste Catarinense para adquirir terras e continuar na atividade agrícola. Ao adquirir a terra legalizada individualizam-se como proprietários.

As atividades sociais estavam restritas às comunidades, em função do processo cultural de origem européia: o culto religioso, a escola, as festas tradicionais, etc. Enquanto que a atividade política subordinava-se a elite política urbana por falta, muitas vezes, de organização política ou recursos financeiros ou estruturais dos próprios agricultores. “A disputa político-partidária polariza setores da elite e exclui o seguimento de agricultores, numericamente expressivo, mas que não possui um espaço representativo no poder municipal de Chapecó” (HASS, 2002, p. 220).

Mas esta situação mudará posteriormente, como consequência, primeiro do Concílio Vaticano II ocorrido em Roma (1962-1965) e posteriormente com a Conferência de Medellín na Colômbia (1968) e Puebla (México) dos bispos da Igreja Católica Latino-Americana. Os prelados começaram uma política de ajuda, organização, e conscientização das classes mais humildes – a opção pelos pobres.

Através da CPT (Comissão Pastoral da Terra), Pastoral Operária, entre outros organismos ligados à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), iniciou-se um trabalho de organização comunitária, social e sindical com o incentivo e assessoria dos padres. Na região Oeste, o bispo Dom José Gomes teve uma atuação destacada nesta proposta da igreja. Como consequência surgem lideranças comunitárias com maior poder de argüir assuntos do cotidiano: política, religião, economia etc. e os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais. Este processo terá sua continuidade na elevação da consciência e organização política da classe, de forma tal que obtiveram consideráveis avanços em suas

reivindicações e lutas. Os camponeses tiveram avanços mais significativos que os trabalhares urbanos, principalmente os das agroindústrias. Estas exerceram um rigoroso controle e repressão sobre as atividades sindicais de seus operários.

Quanto à Conferência de Medellín, houve um avanço das idéias de renovação do Vaticano II no sentido da igreja latino-americana assumir um compromisso em dar voz e vez aos oprimidos [...].

A Igreja como um todo passou, na década de 1970, por um profundo momento de reflexão e renovação das práticas pastorais, incentivando a participação de leigos. No âmbito da diocese de Chapecó, adotou-se a “criatividade comunitária” que era uma metodologia que tinha como princípio básico a formação de lideranças [...]. Segundo o padre Tedesco, a criatividade comunitária foi um método de cima para baixo, mas que ajudou o clero a “abrir-se, visto que era fechadíssimo em tudo e, então, a igreja reconheceu a importância da mulher e dos leigos na comunidade”.

Nesse contexto, já estava presente a concepção de que a igreja deveria ser a voz das populações marginalizadas. Toda essa efervescência vivida pela Igreja, aliada à postura pessoal de D. José fez com que ele se preocupasse em incentivar a renovação catequética. [...] Ele tinha uma sensibilidade muito grande para com os grupos sociais “sem voz e sem vez”. Ao chegar em Chapecó, ele tinha presente essas inquietações e tratou de implementar as discussões, diretrizes e mudanças propostas pelo Vaticano II. Ele se apresenta na comunidade, por exemplo, sem batina, deixando muitas pessoas espantadas com os novos comportamentos (UCZAI, 2002, p. 141-142).

Em outubro de 1960, a agitação política era intensa no Brasil. Estava ocorrendo eleição para escolher o Presidente da República. Seria a última eleição direta para eleger o cargo máximo da nação, antes do golpe militar de 64. Os militares, possivelmente apoiados pelos Estados Unidos da América do Norte, dariam o golpe de Estado aliados às elites dos países latino-americanos para preservarem “nossos valores democráticos, ocidentais e cristãos” contra “o perigo vermelho”.

Nesta eleição de 1960, foi eleito o candidato da UDN e do PDC Jânio Quadros a Presidente da República, um político polêmico e imprevisível, e como Vice-Presidente da República João Belchior Goulart do PTB.

No Estado barriga-verde formou-se a Aliança Social Trabalhista, composta por diversos partidos: o PSD do candidato a Governador Celso Ramos; o PTB do candidato a Vice-Governador, o trabalhista Doutel de Andrade; mais o PRP, PDC, PL e o PSP. Esta legenda saiu vitoriosa no pleito.

No âmbito municipal, também a Aliança Social Trabalhista ganhou as eleições, com o apoio de outros pequenos partidos. O Prefeito eleito foi João Destri, filiado no PTB.

Na Câmara Municipal de Vereadores a AST (Aliança Social Trabalhista) elege a maioria. Num total de 13 vagas consegue 8, enquanto que a oposição com a UDN e outros pequenos partidos elege 5 vereadores.

Esta aliança realizada em Chapecó entre o PTB e o PSD, tinha como referencial os acordos políticos em nível de Estado. Era a estratégia do PTB para crescer no âmbito estadual. Contava com sua maior liderança, que era Doutel de Andrade, um grande orador, liderava a ala progressista, com uma proposta de renovação do partido, em que havia resistência dos históricos, remanescentes do Estado Novo.

[...] o apoio do PTB ao PSD em 1960, no pleito para o governo do Estado, inseria-se numa estratégia ampla de crescimento do partido; o acordo com o PSD incluía também a coligação nos pleitos municipais concorrendo como candidatos a prefeitos em muitos municípios, elementos do PTB, apoiados pelo PSD. É através dessa estratégia que o PTB elege em 1960 – além dos prefeitos de Criciúma e Mafra, onde concorreu sozinho – 12 prefeitos entre os quais os de Joinville, Lages, Chapecó, Rio do Sul, Laguna, Canoinhas e Videira (CARREIRÃO, 1990, p. 81).

A história política de Chapecó tem um componente importante: os acordos, negociações, conchavos entre as classes dominantes, cuja influência e dominação devem-se a seu poder econômico. Não havia discussões nem propostas ou se haviam, limitavam-se a alguns dirigentes dos diretórios partidários. Sua função era aprovar formalmente os acordos nas convenções que já tinham decidido à portas fechadas. Estes requisitos formais, as convenções partidárias, eram exigência da Justiça Eleitoral.

Essas práticas políticas mudavam de figura de acordo com a evolução econômica do município. Primeiro foram às madeireiras; posteriormente as empresas ligadas à venda de glebas de terras. A colonizadora, em Chapecó e outros municípios da região que hegemonizou este lucrativo negócio foi a Empresa Bertaso.

Com a instalação da indústria frigorífica, serão seus proprietários que determinarão os rumos na política e em outras esferas nos municípios sobre sua influência. Ressalta-se os De Nês em Chapecó e os Fontana no Município de Concórdia. Plínio Arlindo De Nês, diretor-presidente do Frigorífico Chapecó, conglomerado industrial no ramo da agroindústria que abrangia várias empresas e ocupou o 4º lugar no *ranking* das exportações brasileiras. Exerceu vários mandatos públicos, foi Vereador, Prefeito de Chapecó e Secretário de Estado da Secretaria dos Negócios do Oeste. Atílio Fontana do Município de Concórdia, do Grupo Sadia foi Senador da República, Vitor Fontana, Vice-Governador do Estado, Deputado Federal e Secretário de Estado da Agricultura.

A influência das lideranças ligadas à agroindústria, não se limitava apenas na vida político-partidária, mas também se dava na ocupação de cargos públicos eletivos ou não.

ELEIÇÕES ACONTECEM DEPOIS DA PALAVRA DE PLÍNIO DE NÊS

A maior preocupação do presidente do Conselho Deliberativo da Associação Chapecoense, José Mozart Sperry, para a escolha do sucessor de Enir Hartmann, na presidência do clube, é que o novo mandatário deverá ter o apoio do patrono Plínio Arlindo de Nês.

“Vou esperar a palavra do seu Plínio”, afirma Passarinho, que não quer empossar um presidente e depois vê-lo vetado pelo principal suporte do clube, sem o qual o futebol já estaria morto em Chapecó. Pode ser até que seu Plínio tenha um nome de sua preferência, diz Sperry (DIÁRIO DA MANHÃ, 06/01/1984, p. 2).

As agroindústrias receberam somas consideráveis de investimentos públicos, em função dos interesses do capitalismo de penetrar no campo. Concretizados os projetos, as empresas transformam-se em monopólios. Mas as disputas pelos mercados e sua sobrevivência econômica dependem de grandes investimentos. A lei do capitalismo é impiedosa: ou se cresce ou há falência. Por estes motivos, para as empresas, foi fundamental ter seus representantes políticos:

Para os empresários das agroindústrias não bastou administrar apenas as suas empresas e a economia do lugar, voltaram-se também para as atividades político-partidárias. Conforme vimos anteriormente, cidades como Chapecó e Concórdia raramente foram administradas por políticos que não fossem da confiança do senhor Plínio Arlindo de Nês (Organizações Chapecó) ou do senhor Atílio Fontana (Sadia) (ALBA, 2002, p. 33).

No panorama político do Estado de Santa Catarina, surge Celso Ramos. Os Ramos, erradicados na região do Planalto Serrano mais especificamente no Município de Lages, são família tradicional de políticos, e é no Governo de Celso que se implanta a SNO.

1.5 O Território Federal do Iguaçu

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial o governo decide desmembrar cinco territórios estratégicos de fronteira do país para administrá-los diretamente: Amapá, Rio Branco (Roraima), Guaporé (Rondônia), Ponta Porã (Mato Grosso do Sul) e Iguaçu.

Visando uma maior compreensão acerca do Território do Iguaçu, faz-se necessário, contextualizá-lo no tempo e no espaço, verificando os fatores que permearam o seu surgimento, bem como, analisar a coerência ou não de sua existência.

O Território Federal do Iguaçu, criado por Getúlio Vargas em 1943, abarcou a região Oeste Catarinense (Velho Chapecó), Sudoeste e parte do Oeste Paranaense. É oportuno dizer que nesta ocasião foi necessário trocar o interventor do Paraná, General Mário Tourinho, que era paranaense e contrário ao desmembramento do Paraná para a

criação do Território Federal. Nas palavras de Wachowicz (1985, p. 145), Mário Tourinho foi substituído por um parano-gaúcho nascido em Ponta Grossa, mas radicado no Rio Grande do Sul: Manoel Ribas, conhecido por Maneco Facão.

A respeito das atitudes dos interventores dos dois estados com relação à criação do Território, Luiz Carlos Pereira Tourinho, em sua obra que trata sobre a república no período de Getúlio Vargas comenta:

Ao invés da oposição do carrancudo General Mário Tourinho, Getúlio contou com a docilidade de Manoel Ribas. Não só do interventor do Paraná. Também de Nereu Ramos interventor de Santa Catarina, que não piou nem mugiu, como diz o povo. Parecia que os políticos de Florianópolis estavam ansiosos de se verem livres daquele fardo incômodo que era a região Oeste. Até então só exigia, nada dava. Quanto ao povo dos dois estados, tinha a mente embotada pela propaganda estadonovista (TOURINHO, 1991, p. 542).

Incluem-se entre as razões que levaram Getúlio Vargas à criação do Território, Wachowicz (1985) a pressão exercida por capitalistas gaúchos, interessados em ampliar seus negócios através das companhias colonizadoras. Dessa forma, através das companhias imobiliárias que já atuavam em Santa Catarina e algumas menores no Paraná, se preparavam para realizar grandes negócios de terras. Soma-se a isso, a amizade de Vargas pelos interessados, o que o tornava sensível aos argumentos dos capitalistas gaúchos.

Outro argumento, citado por Wachowicz (1985), seria a disputa de São Paulo pela hegemonia política na região Sul do país. Os gaúchos divisavam a possibilidade através da criação de dois territórios federais: Iguazu e Ponta Porã.

O Território do Iguazu, situado na parte Centro-Occidental do Sul do Brasil, apresentava limites internos com o Território de Ponta Porã e os estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e limites fronteiriços com a Argentina e Paraguai.

A criação dos territórios teve grandes repercussões favoráveis ao ato do Presidente Getúlio Vargas em todo país. As manifestações otimistas recebidas da população se davam por que isto,

[...] veio assegurar as regiões visadas administração mais direta e eficiente, possibilitando-lhes mais seguro desenvolvimento econômico e social e ao mesmo tempo preencher as suas finalidades de zonas de fronteiras. As mensagens assinadas por destacados elementos do país, inclusive dos interventores dos Estados desmembrados deixam claro e favorável repercussão do ato presidencial em todo país (A NOTÍCIA, 18/09/1943).

Através do Decreto-Lei 5.812 de 13 de setembro de 1943, o Governo Federal criou

o Território do Iguçu. A princípio não estabeleceu quais seriam os municípios e a respectiva capital. Isso só veio acontecer dias depois, através do Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943. Cujo decreto estabeleceu que:

O Território do Iguçu será dividido em quatro municípios, com as denominações de Foz do Iguaçu, Clevelândia, Mangueirinha e Xapecó; o primeiro compreenderá a área do Município de igual nome, que pertencia ao Estado do Paraná, e partes do Município de Guarapuava, do mesmo Estado; o segundo compreenderá a área do Município de igual nome que pertencia ao mesmo Estado; o terceiro compreenderá parte do Município de Palmas, do mesmo Estado; e o quarto compreenderá parte do Município de igual nome, do Estado de Santa Catarina (Art. 1º, alínea “e”).

Ao que tudo indicava a capital do Território Federal do Iguçu, seria Foz do Iguçu, uma vez que o Decreto-Lei 5.839/43, estabelecia em seu artigo 2º que a capital seria a cidade de igual nome. Considerando que os municípios que pertenciam à região do Território Federal eram: Clevelândia, Foz do Iguçu, Mangueirinha e Chapecó, não restava dúvida. Porém, em 31 de maio de 1944 foi baixado um novo decreto, o de número 6.550, que definia em seu artigo 5º, que a capital era Iguçu, ex-vila do Xingu e ex-Laranjeiras.

Entretanto, o território do município da ex-Laranjeiras do Sul não fazia parte do Território do Iguçu. Através do Decreto 6.550, a fronteira foi alinhada pelos rios Restinga Grande e Cavernoso, passando desta forma, a fazer parte do território.

Este Decreto incluía, em seu artigo 3º, o município do Iguçu como o 5º município do Território Federal do Iguçu.

Uma vez definido Laranjeiras do Sul como capital do Território Federal, com denominação Iguçu, foi necessário montar a estrutura para início do funcionamento do governo do Território. O primeiro governador do Território Federal do Iguçu foi o Major João Garcez do Nascimento, paranaense responsável pela instalação do Território, bem como da capital em Laranjeiras.

O relatório das necessidades foi organizado pelo governador João Garcez do Nascimento. De acordo com ele precisava-se construir a sede do governo; a secretaria geral do estado; residência do governador; residência do secretário geral; um grupo escolar; uma escola complementar; presídio; fórum e as residências dos funcionários.

Diante de tais necessidades, Iguçu tornou-se um verdadeiro canteiro de obras, crescia e expandia-se rapidamente.

Conforme as colocações de Camargo (1999, p. 118-120), a capital foi instalada no dia 7 de setembro de 1944 e, “[...] respondia como secretário geral do governo do Território Federal do Iguçu, o major Raul Gomes Pereira. Segundo Camargo, o

governador Garcez foi substituído, acusado de não ter afinidade com os interesses dos sul-rio-grandeses”.

O Território teve apenas dois governadores, sendo o segundo o major Frederico Trotta, político militante do Rio de Janeiro, que trouxe consigo e empregou toda sua família. A respeito do governador, Camargo (1999, p. 122) afirma: “procedente do Rio de Janeiro trouxe para a capital cerca de duzentos funcionários”.

Em entrevista, a Sra. Rita Geni⁴, que conhecera pessoalmente os dois governadores faz as seguintes observações: “o governador Garcez era mais, mais do povo, mais amigo do povo, o outro não é que fosse ruim, mas, era mais de gabinete”.

Ao todo, a área do Território do Iguçu correspondia a 65.854 km². O Paraná que possuía 199.897 km² cedeu 51.452 km², o que representa 25,74% de seu território. Santa Catarina cedeu 14.402 km², equivalente a 15,16% dos 94.998 km² que possuía antes da criação do Território Federal do Iguçu.

O **Território do Iguçu** foi extinto em 18 de setembro de 1946 pela Carta Política do mesmo ano. Durante seus três anos de existência foi governado por dois militares: João Garcez do Nascimento e Frederico Trotta. Com a extinção, a área territorial voltou ao domínio de Santa Catarina e do Paraná.



Figura 2. Mapa do Brasil com os territórios.

Fonte: <http://www.wikipedia.org>.

⁴ Apud LIBERALI, Ricardo Vergílio. **Território Federal do Iguçu**: a página esquecida de nossa historiografia regional. Chapecó: UNOESC, 2000, p. 45.

A partir da criação do Território Federal do Iguaçu, Chapecó passou a pertencer a esta nova unidade federativa. Com a difícil situação acentuada no município, houve, por parte da população, uma boa aceitação, com vistas nas melhorias da região. Já com relação às atitudes do governo catarinense acerca do desmembramento da Região Oeste para a formação do Território Federal, Augusto Barella⁵, um dos colonizadores de Chapecó assim se pronuncia: “É difícil dizer alguma coisa, os políticos da época tinham o Oeste na conta do esquecimento”. Quanto à reação do governo do estado que perdera parte de sua área para a formação do novo território, diz apenas: “Não, não houve uma reação forte. Na época, embora de forma pacífica, houve grandes repercussões”.

Acredita-se que a repercussão mencionada por Augusto Barella, é no sentido de novas expectativas, a favor da região, como por exemplo maior investimento em obras por parte do poder público, agora federal.

A notícia da criação do Território do Iguaçu compreende quase que inteiramente o município de Xaçupé, deste Estado, sendo imperativo constitucional e atualmente, como nunca, uma exigência da defesa nacional, foi entusiasticamente recebida. O município de Xaçupé constituía na economia estadual uma força bastante ponderável, cujo desenvolvimento se acelerará nos últimos anos. [...] De todos os pontos do Estado, a propósito desse decreto, tem sido enviados ao presidente Vargas mensagens de congratulações e aplausos (A NOTÍCIA, 26/09/1943).

Cumprido observar que a satisfação demonstrada decorria do descaso, até então, atribuído à região do Oeste Catarinense em especial.

O Território Federal do Iguaçu motivou ainda mais os gaúchos a migrarem para esta região, onde as perspectivas de progresso se alastravam. Agregava-se a esta vantagem as terras férteis que a nova unidade dispunha.

Cristóvão Leite de Carvalho, presidente do Conselho Nacional de Geografia, faz uma importante declaração ao jornal **Gazeta** de Curitiba em 15/09/1943, numa manchete intitulada *Significativo passo na Marcha para Oeste*. De acordo com ele tratava-se de uma lei que encarando os mais patrióticos objetivos viria ao encontro dos vitais interesses do país e contribuiu de maneira decisiva na efetivação da proclamada marcha para oeste. Ainda, no seu entendimento, a criação dos territórios representava um grande passo na educação e povoação do Brasil, tornando-se efetiva a integração do interior do Brasil, na vida nacional. Acrescentou, por fim, que a criação dos Territórios permitiria uma ação rápida e direta do governo na colonização, povoação e desenvolvimento econômico em

⁵ Apud LIBERALI, op. cit., p. 48.

longínquas regiões.

1.5.1 Nomeação do Prefeito Municipal

O governador do Território Federal do Iguaçu, João Garcez do Nascimento, nomeia para o cargo de prefeito municipal, o engenheiro Serafim Enoss Bertaso, filho do coronel Ernesto F. Bertaso. Com a referida nomeação, Serafim inicia sua carreira política. Sobre o assunto Hass (1997, p. 97), comenta que a partir de 24 de maio de 1944, acontece a aproximação definitiva dos Bertaso com o governo de Getúlio Vargas, firmando-se a partir daí um representante da Colonizadora Bertaso como liderança política da região.

Com grande expectativa, a população chapecoense esperava as mudanças que a criação do Território do Iguaçu vislumbrava para impulsionar o progresso da região.

No contexto das mudanças ocorridas, Arno Sírio Palma⁶, morador da antiga cidade do Iguaçu declarou: “Foi pouco tempo, e foi três anos de duração o território. Houve umas mudanças significativas aí, mas não deu tempo para fazer o que eles queriam”.

Na ocasião da implantação do Território, o primeiro governador, João Garcez do Nascimento, havia feito visita na região, visando conhecer as condições da região e verificar que providências deveriam ser tomadas.

A criação dos Territórios [...] não foi resultado de improviso, ao contrário, resultou de cuidadosos estudos das condições de nossas zonas fronteiriças com países estrangeiros, [...] contra a indiferença de todos os antigos governos catarinenses e paranaenses pelo Oeste de seus respectivos territórios, o governo federal trouxe assistência, estradas, escolas, fazendo mais em dois anos do que aqueles em todos os tempos... abriu-se um surto de progresso, animação dos negócios, de desenvolvimento industrial [...] (A VOZ DE CHAPECÓ, 21/01/1946).

É oportuno salientar que nessa época decorria a Segunda Guerra Mundial, o que veio ocasionar muitas dificuldades para a população da região, e conforme constata o senhor Augusto Barella⁷, morador antigo de Chapecó, em entrevista: “foram muitos os problemas. Faltava combustível, até mesmo faltava comida, sal, café, enfim, tudo que dependia do transporte rodoviário. Outro problema enfrentado na região era a falta de energia elétrica”.

A criação dos Territórios, na concepção de Viana (1991, p. 367-369), foi

⁶Apud LIBERALI, op. cit., p. 50-51.

⁷Apud LIBERALI, op. cit., p. 50-51.

considerada como lógicas, necessárias e um ato de amor à pátria, uma vez que tinha como objetivo ocupar os espaços vazios e integrar a nação ao Estado. Em contrapartida estruturá-la para ser uma grande potência. As estratégias usadas pelo governo, alcançou alguns objetivos, ou seja, é possível que a postura adotada tenha beneficiado alguns segmentos econômicos e regionais, porém, causando danos em outros. No prolongado período de Getúlio Vargas no poder, aconteceram muitas reivindicações, umas aceitas, outras negadas. Privilegiando sempre, as favoráveis para manter o domínio e o poder federal estabelecidos.

A existência do Território do Iguaçu, portanto, é resultante de uma política muito ampla. O Município de Chapecó iniciava seus primeiros passos, rumo ao crescimento econômico e demográfico. Em uma visita do governador Major Frederico Trotta à cidade mostrou seu empenho e apoio as causas de Chapecó.

O governador Trotta, homem de visão elevada, de grande discernimento, tato e patriotismo a toda prova, empolgado pelo que lhe foi dado observar, certificado das nossas realizações e necessidades, esclarecido de nossos anseios e certo da nossa cooperação e solidariedade dedica com a sua obra fecunda e realizadora, por várias vezes ressaltou o seu entusiasmo e hipotecou o seu apoio as causas de Chapecó, demonstrando um pensamento sincero e dominante de amor e felicidade de seus habitantes (A VOZ DE CHAPECÓ, 29/06/1946).

Diante de tais colocações, sugere o referido jornal que Chapecó despontava como o município mais progressista do Território.

Na preocupação dos habitantes da região, a mais relevante se dava em torno da possível extinção do Território. O Jornal **A Voz de Chapecó** publicou artigo escrito por Ribas, do referido jornal, em 28 de julho de 1946: “Muito se tem ouvido dizer ultimamente, através da imprensa falada e escrita, sobre a reintegração das duas metades do Território Federal do Iguaçu, a seus Estados de origem”.

Ribas apontava a bancada dos deputados paranaenses junto a Assembléia Nacional Constituinte, como sendo a mais interessada na concretização deste objetivo, considerando que a bancada catarinense não demonstrava interesse. Propõe, ainda, como o Território Federal do Iguaçu não dispunha de representantes na Constituinte para defendê-lo, que caberia a população, num gesto democrático decidir sobre o seu futuro:

E isto se saberá através de um plebiscito, única maneira eminentemente democrática de se decidir sobre o destino de uma coletividade. E se assim suceder, o povo do Iguaçu responderá categoricamente: Não queremos... voltar aos ninhos antigos, nem tão pouco saudades deles (A VOZ DE CHAPECÓ, 28/07/1946).

Ao mesmo tempo em que Ribas criticava duramente os deputados que defendiam a extinção do Território, reconhecia as melhorias verificadas na região, posterior a sua criação. De acordo com as manifestações externadas através dos artigos publicados, conclui-se que os pertencentes à área do Iguaçu, que fora desmembrada do Estado de Santa Catarina, não demonstravam desejo de voltar a pertencer àquele Estado. Da mesma forma que os oriundos do Oeste e Sudeste do Paraná demonstravam desinteresse pela reintegração do Iguaçu aos seus Estados de origem.

Por outro lado, há visões contrárias. Ou seja, aparecem outras formas de avaliar o processo de extinção. Nas palavras de Zimmermann (apud LOPES, 2002), “passada a noite tenebrosa que foi para Chapecó o nefasto Território do Iguaçu, começou a nossa cidade o seu desenvolvimento e, como era de se esperar, as construções tem tomado vulto, após o início da gestão do governo catarinense”.

A criação do Território Federal do Iguaçu, decorreu de ações políticas que tinham como meta promover o desenvolvimento econômico e social, além de proteger as fronteiras brasileiras de uma possível invasão estrangeira. Porém, aparece um terceiro objetivo, que embora não tenha surgido explicitamente, parece ter sido o mais relevante, que era a exploração dos recursos da região em questão. Vale dizer, que neste período, nos anos 40 o país encontrava-se em razoável crescimento econômico, época em que está se reorganizando na economia capitalista e por conta disso à exploração dos recursos naturais existentes, surge como necessidade para impulsionar o crescimento da região. Na época o Território Federal do Iguaçu significou a reorganização espacial e o ponto de partida para o desenvolvimento econômico-social de uma região que hoje representa uma grande potência na área industrial.

Dessa forma, quando cogitada a idéia do retorno do Estado do Iguaçu, juntamente surgem várias expectativas, sendo que de um lado, em menor número, os que acreditam que ocorreria, com esta criação, maior desenvolvimento econômico, e de outro, os que demonstram resistência por terem convicção de que o Estado de Santa Catarina não apenas perderia parte do seu território, como poderia também, perder uma de suas maiores fontes econômicas.

Muitos autores escreveram sobre a criação do Território Federal do Iguaçu, a exemplo temos Wachowicz (1982), que tem como ponto de vista, a criação do Território, como uma “jogada” política, que objetivava favorecer as companhias gaúchas que atuavam na região. Para ele o objetivo maior era:

[...] abrir caminho para a expansão do capital e colonização gaúcha [...]. Mas o objetivo do grupo que controlava o governo federal, chefiado por Getúlio Vargas, era subtrair o controle desses estados a sua parte Oeste, para que melhor atendessem aos interesses dos capitalistas e em consequência das companhias colonizadoras gaúchas (WACHOWICZ, 1982, p. 147).

Nesse contexto, o governo privilegiava os empresários com doações de terras, que em troca prestavam serviço ao Estado. O que não deixava de ser um mecanismo interessante, uma vez que fortalecia a estruturação dos espaços distantes dos centros, instigados pelo desenvolvimento. É oportuno lembrar, que a maioria da população do Território do Iguaçu ou pelo menos parte dela, estava satisfeita e não queriam sua extinção. Ao contrário, queriam a permanência pois, viam-se abandonados antes de sua criação, e a partir dela passaram a ser assistidos. O próprio descaso do Governo, promoveu os movimentos, e agora que a região Oeste havia prosperado, ele requeria sua volta ao Estado. O que gerava insegurança à população do Iguaçu, culminando no medo que após sua reintegração, voltaria a ser esquecida.

Com base nisto, conclui-se que o Território ajudou de certa forma, para o crescimento e desenvolvimento de uma sociedade, principalmente no tocante às ações do poder político.

Considerando que a criação do Território Federal do Iguaçu não encontrava receptividade nos meios políticos catarinense, fortalecia, assim, o retardamento no desenvolvimento desta área. Nos anos 40, Chapecó era reconhecido como sendo o município mais populoso do Território do Iguaçu.

Em 1945, com o fim da era Vargas ocorre a reversão aos Estados de origem às áreas que integravam o Território. Chapecó, portanto, foi reintegrado ao contexto catarinense. Porém, no espaço de tempo que Chapecó esteve vinculado ao território do Iguaçu repercutiu no seu afastamento do restante do Estado. A população, sentindo o isolamento da comunidade catarinense, “apelou para uma campanha separatista, com a intenção de criar um estado independente, o Estado do Iguaçu” (CABRAL, 1970). Mas a tentativa falhou, e os ânimos foram acalmados com a intervenção direta do então Governador do Estado, através da criação da Secretaria de Negócios do Oeste, que teve como primeiro Secretário Serafim Bertaso. Soma-se a isso a construção da rodovia asfaltada BR-282, que contribuiu fortemente para a integração do Oeste, permitindo num acesso direto à ligação do extremo-oeste do Estado com o litoral catarinense.

O rompimento da ditadura de Getúlio Vargas, que foi detentor do poder desde 1930, desencadeou a queda dos interventores dos Estados. O movimento de

democratização foi apoiado por políticos e militares, que entendiam o regime ditatorial como uma prática que estava superada e almejavam substituí-lo por um regime democrático.

Os interventores de estados, que eram os delegados da Ditadura de Vargas, foram substituídos por elementos nomeados pelo então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Linhares.

Nereu Ramos que era o interventor de Santa Catarina foi substituído por Luis Gallotti, cidadão catarinense que conforme Cabral, “promoveu em clima de absoluta tranqüilidade a eleição para as Assembléias Constituintes Nacional e Estadual”.

Santa Catarina foi um dos primeiros estados a organizar um Plano de Governo. Ainda em 1951, no mandato do então Governador do Estado Irineu Bornhausen, foi criado o primeiro plano governamental, o Plano de Obras e Equipamentos (POE), que visava atingir o desenvolvimento através da construção de estradas de rodagem, energia elétrica, agricultura, educação e saúde. Esses seriam os cinco eixos norteadores de todo progresso catarinense.

Posteriormente ocorreu outro Plano no Governo Celso Ramos, o PLAMEG – Plano de Metas do Governo, “com a participação efetiva dos órgãos representativos da economia catarinense e das lideranças políticas regionais”. O referido Plano dividia-se em três grandes blocos: “o homem”, “o meio” e “expansão econômica”.

O acelerado crescimento de Chapecó, em todas as dimensões, passou a demandar órgãos administrativos mais próximos. Ou seja, com poder maior e mais rápido de decisão, para viabilizar a execução dos serviços incumbidos a cada estrutura administrativa no cumprimento dos objetivos sociais.

A prática da política de descentralização implica na reorganização funcional do sistema administrativo, onde prevê melhorias dos serviços públicos, redução dos gastos administrativos, bem como a redução de custos nos órgãos da administração indireta que vieram a ser criados. Para a obtenção de resultados positivos uma reforma administrativa tende necessariamente ter planejamento, descentralização e coordenação.

A criação das secretarias contribui favoravelmente para agilizar os trabalhos, uma vez que proporciona rapidez e harmonização entre os setores.

2 A CRIAÇÃO DA SNO E SUAS AÇÕES

Nos anos 60, na vida político-administrativa de Santa Catarina, cabe um destaque especial ao governo de Celso Ramos, que marcou na forma de governar. Entre suas ações nos interessa neste momento, a criação da SNO.

2.1 O Governo Celso Ramos

Em função do desastre de avião ocorrido em 16 de junho de 1958, onde foram vitimados entre outros, o então Governador de Santa Catarina, Jorge Lacerda juntamente com Nereu Ramos, vaga a liderança estadual do Partido Social Democrático – PSD. Com o falecimento de Nereu Ramos, principal líder do partido, a cúpula do partido investe em Celso Ramos, visto a proximidade do pleito eleitoral de 1958. O PSD lança Celso Ramos, como candidato ao Senado da República. Nesse ano, sai vitorioso da disputa o candidato da UDN, Irineu Bornhausen.

Celso Ramos até este momento atuava na iniciativa privada. Fundou a Federação das Indústrias de Santa Catarina, sendo presidente por vários anos. As eleições gerais de 1960 estavam chegando. O PSD percebe o bom desempenho de Celso nas eleições para o Senado da República e preocupa-se agora em articular um candidato ao Governo do Estado.

1. Em março de 1959, na Cidade de Blumenau, dezenove meses antes das eleições gerais de 03 de outubro de 1960, o **nome do Senhor Celso Ramos é lançado como candidato a governador** pelo Partido Social Democrático. Os correligionários que lembram o nome do Senhor Celso Ramos pedem, à mesma ocasião, que o Partido se reúna, defina uma plataforma, consagre um candidato e parta para a campanha eleitoral (ABREU, 1997, p. 34). (Grifo do autor).

Lançado como candidato, Celso Ramos começa traçar o plano de governo, suas metas, tratar de possíveis alianças que compunham a coligação e outras tratativas inerentes ao processo eleitoral. Programa um Seminário Socioeconômico no Estado de Santa Catarina, patrocinado pela Confederação Nacional da Indústria e viaja pelo Estado no sentido de diagnosticar os eventuais problemas econômicos, sociais, dificuldades, limitações, enfim, uma radiografia nas diversas áreas. Durante dois meses são distribuídos 3.000 questionários a

lideranças em geral, como comerciantes, profissionais liberais, agricultores, vereadores, prefeitos, industriais, sindicatos, funcionários públicos entre outros, com intuito de alcançar todos os segmentos da vida social do Estado. Objetivou-se cerca de 2.000 contatos, abrangendo a representação da totalidade dos municípios catarinenses divididos em regiões. Os temas elaborados e trabalhados versavam sobre: educação, energia, crédito, saúde pública, planejamento regional, indústria, turismo, carvão, transporte, mate, madeira, pesca, mão-de-obra, agricultura, integração do Oeste. Realização de mais de quinze encontros/reuniões regionais, com participação em torno de duzentas pessoas e duração de no mínimo sete horas para debates abertos entre técnicos e seminaristas, presididos por Celso Ramos. A imprensa local dava destaque a estes seminários:

Domingo à tarde, na sede do Clube Recreativo Chapecoense, realizou-se em Chapecó, a primeira reunião informal do Seminário Socioeconômico de Santa Catarina, com a presença de quase uma centena de representantes de todas as classes laboriosas do oeste catarinense, e que se concentraram naquela cidade, vindos de todos os municípios daquela região.

Da Capital Federal em avião especial da FAB, vieram o Sr. Celso Ramos, presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina e idealizador do Seminário, e acompanhado do dr. Jacy Montenegro Magalhães, Diretor da Divisão de Estudos e Planejamento da Confederação Nacional da Indústria e supervisor administrativo do Seminário; coronel Antonio de Lara Ribas, diretor da Divisão de Administração do SESI Nacional e supervisor administrativo do Seminário, dr. Heis Godtman, economista do Departamento Econômico da CNI. Procedentes de Florianópolis, já se encontravam em Chapecó, com a finalidade de participar na reunião em apreço, o dr. Eurico da Costa Carvalho, economista da Divisão de Estudos e Planejamento do SESI Nacional e coordenador da FARESC; prof. Alcides Abreu Diretor do SENAI e coordenador-técnico regional do Seminário; dr. Ruv Souto Barreto, Diretor do Serviço de Estatística do SESI Nacional e assessor do Seminário, dr. Paulo Bauer Filho, assistente da direção regional do SESI de Santa Catarina; dr. Newton Nogueira, inspetor Regional do IBGE no Estado e dr. Alexandre Evangelista, representante da Federação do Comércio de Santa Catarina (A VOZ DE CHAPECÓ, 21/12/1959).

O questionário aplicado visava obter um panorama radiográfico situacional acerca dos mais diversos problemas, bem como, perceber nos debates a linha de pensamento da opinião pública através das manifestações de cada região e seus respectivos seguimentos. Para se ter uma idéia do teor do diagnóstico, são propostas as seguintes questões: a) quais os elementos produtivos com que se conta ou de que elementos se utilizam no setor analisado? b) quais os usos a que se destinam e qual a eficácia com que deles se ocupam? c) quais as formas de organização que imperam no setor? d) qual o destino dado aos bens e serviços produzidos? De posse dessas informações, revelam-se, então, os problemas relativos a vários segmentos

consultados ou não. Diante do resultado investigatório, trabalhado tecnicamente em grupos e comissões, devidamente tabulados e analisados, resultou em duas comissões: uma de desenvolvimento econômico, relativos aos temas educação, energia elétrica, saúde pública, agricultura, transporte, crédito, mão-de-obra. A outra comissão tratou de problemas especiais como integração do Oeste, planejamento regional, turismo, mate, carvão, madeira e pesca.

CELSO RAMOS: “DOCUMENTO ÚTIL AO PROGRESSO DO ESTADO”

A mesa que dirigiu os trabalhos, foi presidida pelo sr. Celso Ramos e compostas das personalidades acima mencionadas, além do Prefeito anfitrião sr. Plínio De Nês [...] O sr. Celso Ramos, após convidar o professor Alcides Abreu para secretariar os trabalhos, disse aos presentes, inicialmente, que **se despiu totalmente de sua roupagem política**, para que todos o vissem como um catarinense que não deixa fugir a grande oportunidade que o Seminário apresentava: de deixar um documento de utilidade ao progresso do Estado, na qualidade de presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina.

Fez a seguir breve retrospecto sobre como nasceu a idéia do Seminário, pois estava a ler no ano passado, revista especializada da Fundação Getúlio Vargas, que continha artigo sobre nosso Estado e que expressava que de 1951 a 1955 a parcela de contribuição desta unidade à renda nacional era de 2,4%. Concluía, então, que “Santa Catarina estava parada” e era preciso fazer algo para que nosso Estado continuasse a progredir (A VOZ DE CHAPECÓ, 21/12/1959, p. 2) (Grifo do autor).

No entanto, apesar de Celso Ramos dizer que estava despido totalmente de roupagem política, em 24 de maio de 1959, é escolhido na Convenção de seu Partido PSD, para concorrer a Governador no pleito de 03 de outubro de 1960. Nota-se que Celso Ramos fala em Chapecó em dezembro de 1959, quase um ano antes, portanto da eleição de 03 de outubro de 1960. Coligado com vários partidos, tendo como seu oponente o Senador Irineu Bornhausen da UDN, para quem perdera pouco tempo atrás em 1958 a eleição para o Senado Federal. Celso Ramos sai vitorioso nas eleições para o mandato correspondente ao período de 1961-1966. Fizeram parte da coligação vencedora além do PSD, que era o partido do governador; o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB que indicou o Vice-Governador Doutel de Andrade, o Partido de Representação Popular – PRP, o Partido Social Progressista – PSP, o Partido Libertador – PL e o Partido Democrata Cristão – PDC.

Com a posse do novo Governo, põe-se em prática a plataforma de campanha. Entre outras, com a Lei n. 2.722 de 21 de julho de 1961, é criado o Plano de Metas do Governo – PLAMEG. Inédito no país, dentre outras medidas, adota orçamento plurianual de investimentos para todo o exercício, ou seja, 1961-1965. Neste particular, tem o Governador autorização da Assembléia Legislativa para poder comprometer recursos além de um exercício

financeiro, facilitando dessa forma a contratação de obras com garantia de cobertura orçamentária. Através do Gabinete de Planejamento, revela-se exclusivo no gerenciamento de investimentos públicos. O Tribunal de Contas controla os investimentos e despesas após e não antes, possibilidade de antecipação das dotações mediante movimentação de conta em banco, autoriza a contratar empréstimos com garantia de títulos públicos – Letras do Tesouro do Estado de Santa Catarina até 30% do montante dos investimentos programados, cria um Conselho de Desenvolvimento Econômico com a participação dos segmentos indústria comércio e agricultura, bem como federação de trabalhadores, canaliza recursos para fazer frente aos investimentos do PLAMEG nos seguintes Fundos: saúde pública, educação, aparelhamento da justiça e segurança pública, assistência aos municípios, desenvolvimento agropecuário, industrial, obras e equipamentos.

O PLAMEG destinava-se à execução, aperfeiçoamento e atualização das obras e serviços públicos para o desenvolvimento social e econômico do Estado (SCHMITZ, 1982, p. 5), cujos recursos financeiros foram gerados através de fundos, orçamento-programa, representando 35% da arrecadação do período 1961/1965. Para SCHMITZ, o PLAMEG era explicitação do planejamento, cujo processo era encarregado exclusivamente como o meio mais rápido de promover o crescimento econômico. A SNO foi, neste caso, a executora da política do PLAMEG no Oeste catarinense (OLIVEIRA, 1999, p. 59).

Segue-se a partir destes, vários planos de acordo com a prioridade de cada governo. A exemplo, o segundo Plano de Metas do Governo Ivo Silveira com nova divisão setorial. O plano ficou conhecido como PLAMEG II, que priorizou “melhoria dos meios administrativos”, “valorização dos recursos humanos”, “expansão econômica” e “melhoria das condições sociais”.

Surge, a seguir o “Projeto Catarinense de Desenvolvimento”, organizado no Governo Colombo Salles, onde as prioridades comunitárias dividiam-se em doze programas. E assim, consecutivamente, à medida que o desenvolvimento é impulsionado, surgem novas necessidades que demandam projetos e ações que correspondam de forma satisfatória as emergências.

A Lei do PLAMEG é, portanto, antecipatória de métodos administrativos que vieram a ser institucionalizados mais tarde, pela Constituição Federal de 1967 (planejamento público, orçamento plurianual de investimentos, controle *a posteriori*). A Lei, de outro lado, tendo criado o Conselho de Desenvolvimento do Estado, deu-lhe a função de supervisão do Gabinete de Planejamento, isto é, fez do Conselho (que era uma representação paritária da Sociedade e do Estado), o órgão motor das aplicações do Plano e controlador imediato dos resultados (ABREU, 1997, p. 38-39).

Nesta esteira do modelo de gestão do Governo Celso Ramos, lançam-se as bases estruturais do poder público como: crédito, energia elétrica, assistência técnica, rodovias para o escoamento, fontes de financiamento para as empresas, Banco do Estado, CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A, FUNDESC, Companhia Catarinense de Telecomunicações – COTESC, a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina – ACARESC, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, entre outras, como a criação da Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste – SNO.

A integração estadual mereceu destaque ainda pela criação e operação da Secretaria dos Negócios do Oeste, agência dotada de orçamento próprio e capacidade decisória terminal, com sede em Chapecó e jurisdição sobre um território equivalente a um sétimo da superfície do Estado. A descentralização se praticava de fato (não faltou quem dissesse que o Secretário do Oeste pelo poder deferido que detinha era da Região o Vice-Rei) (ABREU, 1997, p. 12).

Nota-se de certa forma, uma espécie de *ciúmes* entre as lideranças regionais e também a nível de Estado, pois nos bastidores denominavam o Secretário do Oeste, como *Vice-Rei* da região.

2.2 O Governo Catarinense e a Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste – SNO

Com a instalação de pequenas indústrias familiares no ramo de alimentos nas décadas de 50 e 60, começa acelerar o crescimento demográfico e econômico da região Oeste. Surge a partir daí uma nova realidade: a população encontrava-se praticamente isolada, ou seja, sem comunicação com a Capital do Estado.

As indústrias crescem em ritmo considerável e se transformam em pouco tempo em agroindústrias de médio e grande porte. Encontrava-se pronta a base do modelo econômico regional a partir das décadas de 60 e 70.

Pronto o produto teria que comercializar, transportar, consumir. Passa-se então a investir em mercados consumidores mais próximos ou com menor grau de dificuldade. Ressalta-se a dificuldade de comunicação, a distância entre a região Oeste e o Litoral, agravava-se ainda mais quando o problema era a falta ou a total precariedade de rodovias ou outro meio de transporte.

Os contatos da população Oestina davam-se com maior frequência entre os vizinhos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul com maior intensidade neste. Desta forma,

industriais, comerciantes e agricultores passam a levar seus produtos *in natura* ou industrializados, para comerciar com os gaúchos e paranaenses, tanto pela distância como pelo menor grau de dificuldade no escoamento da produção. A região Oeste, em termos de distância, privilegia as duas capitais vizinhas em detrimento a Florianópolis. É mais perto chegar a Porto Alegre e Curitiba do que à Capital de Santa Catarina.

O governo do Estado, sediado no litoral, sentia-se muito distante do extremo Oeste, mas sentia também, e acerbamente, a necessidade de se aproximar o mais cedo possível da região, antes que o Rio Grande do Sul ou o Paraná absorvessem de maneira irreparável a economia de uma área que tudo possuía para ser o Celeiro de Santa Catarina (ÁLBUM COMEMORATIVO DO CINQUENTENÁRIO DE CHAPECÓ – Documento Histórico, 1967, p. 34).

A falta de investimentos públicos nos diversos setores, ou a omissão dos governantes do Estado em relação ao Oeste Catarinense, aumenta o grau de insatisfação, gera indignação e revolta entre a população.

As obras, tanto de infra-estrutura quanto de saneamento básico, bem como as de melhorias, concentravam-se mais no Litoral; pouco ou quase nada se fazia no Oeste. É o caso da BR 282 que corta o Estado no sentido Leste/Oeste. Encontra-se ainda nos dias de hoje, cerca de 100 km de trecho sem pavimentação⁸.

Havia pouca distribuição de energia elétrica, ligação de água e esgoto. O Oeste em relação ao restante do Estado consumia quase sete vezes menos energia elétrica.

“[...] O consumo de energia elétrica per capita, na região, em 1965, era de 29,2 KWH/habitante, índice irrisório se considerarmos que a média no Estado no mesmo ano era de 187,9 KWH/habitante” (REVISTA “CHAPECÓ 77”, p. 35).

Segundo Paganella (2006), “todos os municípios da jurisdição da SNO juntos, tinham menos ligações de água que o município de Tubarão [...]”, localizado no litoral Sul do Estado de Santa Catarina.

Pelo estado de abandono que se encontravam os habitantes da região Oeste, lideranças políticas e comunidade, desencadeiam em 1962, uma campanha a favor da criação do Estado

⁸ A retomada das obras de asfaltamento de três lotes inacabados da BR-282, entre os municípios de São José do Cerrito, no Planalto Serrano, Paraíso, no Extremo-Oeste, está na pauta da última reunião extraordinária do ano, no dia 5 de setembro, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional. Os demais lotes – entre São José do Cerrito e Vargem (53 quilômetros), Vargem e BR-470, no município de Campos Novos (17 quilômetros), e São Miguel do Oeste e Paraíso (29 quilômetros) – ainda estão apenas na terra (DIÁRIO CATARINENSE, 29/08/2006, p. 47).

do Iguaçu, no sentido de pressionar ou sensibilizar os governantes para resolver os problemas, ante a discriminação e a lentidão ou a quase ausência de ações governamentais em relação ao Oeste de Santa Catarina.

A falta de investimentos do poder público do Estado de Santa Catarina em relação à gente do Oeste, já é reconhecida em 1929, quando pela primeira vez um Governador do Estado pisa em terras oestinas. O então Governador do Estado, Adolfo Konder, e sua comitiva visita essa região e constata com seus próprios olhos o total descaso do poder público estadual para com a região.

Registrado em um diário, por um dos integrantes da caravana governamental, quando passava pela fronteira do Brasil com a Argentina, mais precisamente em Separação, atual Município de Dionísio Cerqueira – SC e em Barracão - PR, que se quer havia uma escola para o ensinamento das crianças. Os “pequenos patriotas” que quisessem estudar e aprender as primeiras letras, deveriam ir para o lado de lá, no caso, o lado argentino.

Pelo abandono, pelo impatriótico desdém, pelo anacrônico sectarismo que faziam os nossos homens públicos, até a pouco, se babarem diante da bojuda Humanidade, dando de ombros ao Brasil.

Quando voltava do meu primeiro passeio a Barracón, encontrei sobre a ponte de madeira – construída pelos argentinos para sobre ela passar o presidente Konder – algumas crianças brasileiras pasmadas para a bandeira nacional, que viera de Buenos Aires!

Comovido, perguntei-lhes se não achavam bela a bandeira da Pátria.

- Sim – responderam-me. Mas, não é de seda.

- Então um rapazinho trigueiro e de cabelos pretos, com uns olhos em que brilhavam a inteligência e a sagacidade de duas raças, apontando os companheiros, disse:

- Eles não conhecem a bandeira do Brasil!

- Quem te disse isso?

- Um soldado do coronel Claudino. Ele tinha uma porção de bandeirinhas.

Longe, da outra banda do Peperi-Guaçu, estão saindo crianças de uma escola!

- Como tem alunos àquela escola!

- São quase todos brasileiros e moram do lado de cá – exclamou um cavalheiro paraguaio criado em Corrientes, atualmente residindo no Brasil e que me vem servido de cicerone desde meia légua antes de Barracão.

- E freqüentam uma escola Argentina?

- Que fazer não temos escolas brasileiras!

- Assista *usted* – falou-me o amável cavalheiro na sua língua luso-castelhana, passando-me o chimarrão. *Assista usted um exame na “Escuela 49”*.

Quais os grandes vultos da história de nossa pátria? _ pergunta o professor argentino.

- *San Martín, Sarmiento, Rivadavia, Mitre...* – responde, em castelhano, a criança brasileira!

- Entre todas as bandeiras, qual a mais bela e mais gloriosa?

- A Argentina, o sagrado pavilhão de minha Pátria! – continua a criança do Brasil.

- Sabes os nomes de algumas vitórias do Exército argentino?

- ... *Itusaingó, Monte-Caseros, Tuyuty!*

Para que o comentário?

Basta o doloroso registro (D’EÇA, 1992, p. 108-109).

Esta situação não havia modificado muito quando Celso Ramos promove o Seminário Socioeconômico, antes do pleito eleitoral de 1960 e que serve de base para a implantação de seu Plano de Governo. Eleito, ao assumir o Governo do Estado de Santa Catarina em 1961 e ante o quadro situacional da região, institui o PLAMEG, agência que vai nortear ações governamentais para atender os reclamos e não se pode olvidar, sufocar o movimento em favor da criação do novo estado federativo. Dessa forma, através dos tramites legais cria-se a Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste.

Ressalte-se que em 1962, o movimento pró-criação do Estado do Iguaçu, ganha força tanto no lado paranaense como no Oeste de Santa Catarina.

Lançado o movimento e delimitada a área, toda a região passou a ser um “grande trunfo” para barganhas políticas dos administradores e líderes locais, com poder de influência nos gabinetes palacianos. Em Santa Catarina, as lideranças políticas da situação, passaram a cobrar com mais ênfase as promessas de campanha do governador Celso Ramos. Uma delas era a presença maior do governo do Estado no Oeste, através de um escritório de representação, que foi transformado na Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste (SNO) com autonomia financeira e política. Para adotar tal decisão, o próprio governador Celso Ramos esteve na região do Oeste de Santa Catarina e em Pato Branco no Paraná, para avaliar as possibilidades reais do movimento. Poucos meses depois, o decreto 3.283 de 17 de agosto de 1963 criou a SNO, abrangendo toda a área do “velho Chapecó” [...] (OLIVEIRA, 1999, p. 50-51).

A política administrativa catarinense marca historicamente a região Oeste, com a instalação de uma Secretaria de Estado, descentralizada da Capital e com sede no Município de Chapecó, caso inédito no ramo administrativo público brasileiro.

Criada pela Lei Estadual nº 3.283, de 17 de agosto de 1963 a SNO foi instalada em 1º de dezembro do mesmo ano, pelo então Governador do Estado Celso Ramos.

O Art. 1º da mencionada Lei diz:

É criada, diretamente subordinada ao Chefe do Poder Executivo, a Secretaria dos Negócios do Oeste, com ação no Extremo Oeste do Estado (antigo Chapecó).
Parágrafo único – A Secretaria dos Negócios do Oeste, órgão descentralizado do serviço público, dotado de personalidade jurídica própria e autonomia administrativa e financeira, será instalada na cidade de Chapecó, onde terá sua sede, mas manterá Gabinete especial na Capital do Estado⁹.

A Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste – SNO, com sede na cidade de Chapecó e jurisdição político-administrativa sobre 31 municípios divididos politicamente, que

⁹ SANTA CATARINA. Lei 3.283, 1963.

compunham primeiramente o Município de Chapecó, abrangia uma grande extensão territorial, desde o atual Município de Vargeão até Dionísio Cerqueira na divisa com a República Argentina.



Figura 3. Mapa atual do Estado com destaque para a SNO.

Fonte: www.mapainterativo.gov.br

Os municípios até 1º de dezembro de 1963 que fizeram parte da instalação da Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste eram: Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Anchieta, Campo Erê, Caxambu do Sul, Chapecó, sede da SNO, Coronel Freitas, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Faxinal dos Guedes, Galvão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Itapiranga, Maravilha, Modelo, Mondai, Palma Sola, Palmitos, Pinhalzinho, Quilombo, São Carlos, São Domingos, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Saudades, Vargeão, Xanxerê e Xaxim.

Com a Lei nº 941 de 09-12-1963 cria-se o Município de Romelândia, desmembrado de

São Miguel do Oeste. A Lei nº 994 de 04 de dezembro de 1964 dá origem ao Município de Nova Erechim que se desmembrou do Município de Saudades. Com a Lei nº 1.016 de 29 de março de 1965, cria-se o município de Caibi – o mais novo integrante da SNO – pertencente até então a Palmitos. Com emancipação de 3 novos municípios, conta a partir de 1965 a Secretaria do Oeste com 34 comunas. Com uma área de 13.915,27 m² (ver anexo B), absorvendo 14,60% do território do Estado de Santa Catarina e uma população de 305.731¹⁰ habitantes (dados do Censo Escolar realizado em 1964). Os motivos da criação e conseqüente instalação justificava-se pela distância entre a Capital do Estado localizada no Litoral e a região, dificuldades de comunicação, precariedade das estradas e o abandono do Oeste pelo Governo do Estado. Visa-se e tinha como escopo a integração definitiva da região, dentro das perspectivas socioeconômicas do Estado, e sobretudo, melhorar as condições de vida da população do Oeste Catarinense.

A partir de 15 de março de 1971, três municípios que não pertenciam ao Velho Chapecó passam a fazer parte da área jurisdicionada pela SNO: Itá, Seara e Xavantina, municípios limítrofes de Chapecó. A partir daí a área de abrangência da Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, era de 14.784,81 km².

Suas principais funções encontram-se arroladas no início da Lei nº 3.283 de sua criação, conforme se pode verificar:

Art. 2º - Incumbe à Secretaria dos Negócios do Oeste:

¹⁰ Dado populacional é oriundo do Jornal Folha d' Oeste, de 29 de outubro de 1966, p. 04.

1. efetuar o levantamento socioeconômico da região, estudar os problemas, equacionar e propor soluções, de forma a elevar o padrão de vida de sua população e promover o bem estar;
2. formular diretrizes da política de desenvolvimento da região do Oeste, com consonância com os planos estaduais e em coordenação com os organismos dos planejamentos regionais e estaduais;
3. proceder a estudos gerais destinados à organização do programa detalhados de serviços e obras necessárias ao desenvolvimento econômico e social, relacionados com o homem, o meio e a expansão econômica;
4. coordenar as iniciativas do capital público e privado que visem à instalação, ampliação ou reparcelamento das atividades econômicas, inclusive promovendo meios de fixação e atração de investimentos;
5. opinar sobre as diretrizes as políticas de investimentos do Governo do Estado, na região Oeste;
6. coordenar a ação dos órgãos administrativos estaduais com atividade na aludida região;
7. dirigir, orientar e executar obras e serviços que lhe venham a ser deferidos ou delegados por órgãos da administração pública estadual, federal ou municipal, podendo para esse fim com prévia autorização do chefe do Poder Executivo, firmar convênios, acordos, ou contratos de qualquer natureza;
8. formar grupo de trabalho para estudar as fontes de riquezas regionais e sugerir medidas para sua racional e intensiva exploração;
9. manter relações permanentes com órgãos da administração pública federal;
10. assistir as municipalidades, quando solicitada, prestando-lhes a colaboração necessária à solução dos seus problemas;
11. emitir pareceres sobre todas as reivindicações regionais, modificá-las, ampliá-las ou reformá-las, tendo em vista os interesses gerais de sua área de ação;
12. interessar-se pelo fiel cumprimento das metas administrativas adotadas para a região, acompanhar e fiscalizar a sua execução;
13. exercer as demais atividades próprias de suas finalidades¹¹.

Com a presença de várias autoridades, entre elas, o Governador do Estado Celso Ramos, os presidentes dos Tribunais de Justiça e de Contas do Estado, ex-Governador Aderbal Ramos da Silva, Prefeitos, Deputados Estaduais, Vereadores, lideranças, população de todo o Oeste Catarinense, foi oficialmente instalada em 1º de dezembro de 1963.

2.2.1 Personalidade Jurídica da SNO

Para esclarecer esta dúvida, faz-se necessário recorrer ao direito administrativo. Pelo que se pode perceber, a SNO foi criada pelo Estado de Santa Catarina por lei específica, orçamento e patrimônio próprio, com personalidade jurídica de direito público interno, serviço público descentralizado e atribuições específicas, de forma que nos parece reunir os requisitos formais de uma autarquia.

¹¹ SANTA CATARINA. Lei nº 3.283, 1963.

Um das primeiras contribuições sobre o tema e que ainda são válidas deve-se ao Italiano Santi Romano (1937, p. 84):

Autarquia é uma forma específica da capacidade de direito público, peculiar aos sujeitos auxiliares do Estado, que exercem funções públicas por um interesse próprio, que seja igualmente público, e não daqueles que exercem funções públicas na qualidade de particulares com ou sem interesse próprio.

No direito brasileiro, possivelmente a primeira definição de autarquia aparece com o Decreto-lei nº 6.016, de 22/11/1943. No seu art. 2º escreveu: “Serviço estatal descentralizado, com personalidade de direito público, explícita ou implicitamente reconhecida por lei”. Posteriormente na vigência do regime militar, edita-se o Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, também definidor do assunto.

Na doutrina encontramos o conceito talvez mais completo, mais claro, que preenche, que se aproxime com maior perfeição na nossa investigação.

Autarquias são entes administrativos autônomos, criados por lei específica, com personalidade jurídica de Direito Público interno, patrimônio próprio e atribuições estatais específicas. São *entes autônomos*, mas não são *autonomias*. Inconfundível é *autonomia* com *autarquia*: aquela legisla para si; esta administra-se a si própria, segundo as leis editadas pela entidade que a criou (MEIRELLES, 1990, p. 324).

A SNO possuía lei própria que a instituiu, patrimônio próprio, recursos humanos, orçamento, atribuição específica, personalidade jurídica pública, estrutura administrativa, concorrência pública para suas obras, controle interno de seus atos administrativos, dirigentes nomeados e exonerados pelo Governador do Estado, entre outros requisitos exigidos por lei. Diante disso, não fica difícil concluir que era uma *autarquia* com denominação de *Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste*. As autarquias podem ser Federal, Estadual ou Municipal. Um exemplo de autarquia atual, é o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

2.3 A atuação da Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste

A Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste apresentava entre outras a seguinte estrutura organizacional interna: o gabinete do Secretário, o chefe de gabinete, departamento de administração, de contabilidade, de recursos humanos, de engenharia e de compras.

Existia também e que merece destaque, embora com certa independência, uma Junta de Controle do Tribunal de Contas do Estado – TCE. Composta por um presidente funcionário do TCE e mais três pessoas, uma secretária e dois membros. Os últimos desempenhavam suas funções como relatores, ou seja, preparavam os processos e encaminhavam com seus pareceres ao presidente da junta.

A Junta de Controle reunia-se duas vezes por semana, normalmente nas terças e sextas-feiras para exame dos processos. A principal função era analisar os pagamentos feitos pela Secretaria, chamados de “empenhos”, se estavam ou não em conformidade com a legislação vigente. A forma de remuneração dos integrantes da Junta de Controle era feita através de jetons.

Atuando em vários setores e estrategicamente localizada na Região Oeste do Estado, a Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste com sede na cidade pólo Chapecó, operava suas ações com rapidez e agilidade, se comparado às ações públicas antes oriundas de Florianópolis. Voltada para os anseios e reivindicações de lideranças políticas, empresariais e comunidade em geral.

Objetivando uma nova ordem na vida regional, o Governo do Estado pretendeu com a SNO, implantar uma política de desenvolvimento socioeconômico em toda a área de sua jurisdição, passando a executar e perseguir os objetivos estabelecidos por ele.

Com recursos financeiros, material humano, equipamentos e maquinários, inicia-se o trabalho de atendimento às principais obras necessárias ao projeto de desenvolvimento regional. Percebe-se que a SNO pelo vulto, variedade e diversidade de suas obras, servia de baldrame às demais Secretarias de Estado, ante a utilização destas em relação àquela no atendimento de serviços e obras que normalmente seriam suas atribuições.

Tabela 3 – Secretários da SNO

Nome dos Secretários	Período de permanência
01- Serafim Enoss Bertaso	01/12/63 a 04/09/69
02- Plínio Arlindo De Nês	05/09/69 a 14/03/75
03- Hélio Wassum	15/03/75 a 22/07/75
04- Décio José do Lago	23/07/75 a 09/12/75
05- João Valvite Paganella	10/12/75 a 11/02/82
06- Ivan Feuerschuetzte Bertaso	12/02/82 a 12/07/82
07- Joaquim M. de Azevedo Neto	13/07/82 a 17/03/83
08- Henrique Deiss	18/03/83 a 07/03/86
09- Hélio da Silva Winckler	08/03/86 a 18/03/87
10- Neuto Fausto de Conto	19/03/87 a 18/03/88
11- Gasparino Willi Raimondi	18/03/88 a 20/03/89
12- Francisco Oresti Libardoni	20/03/89 a 27/12/89
13- Avelino Basso	27/12/89 a 15/03/91

Fonte: Folha d' Oeste e Diário da Manhã.

Conforme mencionado anteriormente, a Secretaria dos Negócios do Oeste tinha como primeiro Secretário Serafim Bertaso, que continua no cargo no Governo do então eleito Governador Ivo Silveira. O jornal **Folha d'Oeste** de 09 de fevereiro de 1966, divulgou da seguinte forma: “Ficou confirmada da mesma forma a continuidade do Eng. dr. Serafim Bertaso, à testa da Secretaria dos Negócios do Oeste, disposto a prosseguir, agora sob a administração de Ivo Silveira, na marcha redentora do Oeste Catarinense”. A decisão do Governador agradou a população Oestina que reconhecem Bertaso como “autêntico administrador”, preocupado unicamente com o desenvolvimento da região.

Estando concluída a primeira etapa de implantação definitiva da Secretaria dos Negócios do Oeste, novos encaminhamentos são elaborados no sentido de planejar novas metas para o ano seguinte.

Após um balanço realizado acerca dos primeiros trabalhos realizados pela Secretaria de Negócios do Oeste, verificaram-se resultados positivos. O Jornal a Folha d' Oeste de 12 de outubro de 1966, reproduz matéria do Jornal **Diário da Manhã** de Passo Fundo – RS, elogiando a descentralização administrativa do governo catarinense dizendo que “a iniciativa governamental experimentando a descentralização administrativa pública, colheu de imediato admiráveis frutos. [...] O Governo de Santa Catarina implantou no Oeste uma nova fase de desenvolvimento verdadeiramente impressionante e digna dos melhores aplausos”.

Percebe-se, claramente, que a mídia escrita, se dirigia à Secretaria dos Negócios do

Oeste, sempre de forma positiva.

O Primeiro Secretário a ser investido no cargo de titular da Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, foi o Engenheiro Serafin Enoss Bertaso. Permaneceu por quase seis anos no comando do órgão, no período de 01/12/63 a 04/09/69.

O titular da pasta detinha grande poder e influência na sua área de atuação, pois era o “representante legal” do governo do Estado no Oeste Catarinense. Fazia convênios com outros órgãos das esferas federal e estadual, com as prefeituras, contratava obras e as executava. Desta forma, quase todas as ações regionais por aí passavam ou tinham o aval do Secretário do Oeste.

Tinha absoluta autonomia. Eu era homem de confiança do governador. Tanto que prefeitos que fossem na capital reivindicar, o governador mandava de volta. Vai pra Secretaria que a continuidade do governo está lá.¹²

A imprensa Oestina dava destaque às atividades e ações relacionadas à Secretaria dos Negócios do Oeste:

No curso desta semana estiveram visitando a Secretaria do Oeste os srs. Sady Marinho, Prefeito de Xanxerê; Sady De Marco, de Chapecó; Nilson Chapinotto de Saudades e Albino Schoenberger de São Carlos. Entre outros assuntos de interesse de suas comunas, tomaram informações sobre o andamento do julgamento das propostas para aquisição de máquinas rodoviárias, em cuja concorrência tomam parte seus municípios (FOLHA D'OESTE, 22/06/1966, p. 4).

Nos anos 60 pouco se tinha na região em termos de infra-estrutura. As atividades eram atreladas à produção agropecuária, matéria-prima fundamental ao abastecimento e crescimento das empresas, ligadas principalmente ao ramo de produção de alimentos, à criação de suínos, à produção do milho, principal componente para alimentação de suínos e aves.

A carência de infra-estrutura comprometia a competitividade industrial do Oeste e o escoamento da produção, ficava desta forma prejudicado. Havia falta de comunicação, rodovias, escolas, energia elétrica, meios de transportes, saúde entre outros.

A partir disso, a Secretaria passa a priorizar e pulverizar ações e obras que faltavam na região, investindo no desenvolvimentismo, criando as condições básicas de infra-estrutura

¹² Entrevista gravada por Marilene Grandó Marchiori em 25/10/86 com o ex-Secretário da SNO Plínio Arlindo De Nês. Acervo CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina.

geral. Esses mecanismos da política administrativa socioeconômica provocam mudanças na região, com estradas, escolas, energia elétrica, servindo de apoio para o crescimento econômico.

1. Completada a primeira etapa de implantação definitiva da Secretaria dos Negócios do Oeste, dentro de cujo período as seguintes medidas foram efetivadas.

Como foi dito, na primeira fase de sua implantação, tivemos entre outras, a concretização das seguintes medidas prioritárias:

2. Auxílio direto às Prefeituras Municipais para equação dos mais urgentes problemas municipais, entre esses, dinheiro para construção de pontes, estradas, cadeias, hospitais, telefones, empréstimos de máquinas rodoviárias, tratores, carregadeiras, caminhões auxílios para estabelecimentos de ensino, associações rurais etc.

3. Execução de planos prioritários no ensino primário, com a construção em tempo recorde de 195 salas de aulas na região, cobrindo completamente o território regional de estabelecimentos educacionais, com a finalidade de educar e instruir à totalidade das crianças em idade escolar.

4. Extensão de linhas de transmissão de energia elétrica, praticamente para todas as latitudes regionais, a fim de assegurar a possibilidade de eletrificação à quase a totalidade das comunas [...] (FOLHA D' OESTE, 16/08/1966, p. 2).

No setor de energia elétrica, pode-se perceber na gestão de Serafim Enoss Bertaso à frente da administração da Secretaria do Oeste, a concentração das obras de infra-estrutura voltadas para o campo da energia. Possibilita-se a dinamização do processo industrial, galvanizando a captação da potencialidade econômico-regional.

Através de convênios mantidos com empresas do setor como foi o caso da CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina – ou com recursos oriundos de seu próprio orçamento, a SNO implantou linhas-tronco de energia elétrica com ramificações para atender as demandas do Oeste Catarinense. Pela quantidade de quilômetros de redes implantados, torna-se difícil não imaginar o abandono, o desleixo, a falta de investimentos do poder público para com os habitantes desta região.

Em convênio com a CELESC promoveu a construção da linha-tronco ligando a Usina Celso Ramos, na localidade de Esperinha, município de Faxinal dos Guedes a São Miguel do Oeste, cortando a região no sentido leste-oeste, numa extensão de 130 quilômetros.

Feita essa ligação, a Secretaria está promovendo a ramificação dessa linha-tronco para todos os municípios, cumprindo plano elaborado pela CELESC, o que virá assegurar o abastecimento energético da grande maioria dos municípios através da usina acima referida, e, posteriormente, pela ligação com a Usina Termoelétrica de Capivari (SOTELCA), por intermédio de Joaçaba (ÁLBUM COMEMORATIVO DO CINQUENTENÁRIO DE CHAPECÓ – Documento Histórico, 1967, p. 35-36).

A Secretaria dos Negócios do Oeste construiu ainda, cerca de 170 quilômetros de linhas de transmissão de energia com recursos próprios. Atendia, assim, as populações urbanas e rurais.

- a) Linha de Transmissão Guatambu – Coronel Freitas – Quilombo, com derivação para Itaberaba.
- b) Linha de Transmissão Guatambu – Caxambu do Sul – Dom José.
- c) Linha de Transmissão Xanxerê – Ipuacú São Domingos – Galvão – São Lourenço do Oeste, com derivação para Toldo Velho e São João (ÁLBUM COMEMORATIVO DO CINQUENTENÁRIO DE CHAPECÓ – Documento Histórico, 1967, p. 36).

Outras linhas de energia foram implantadas pela SNO, beneficiando mais municípios na área de sua abrangência. Na região do Extremo Oeste a linha São Miguel do Oeste a Dionísio Cerqueira com ramificações para Guaraciaba, São José do Cedro, Anchieta e Palma Sola.

Estudos de viabilidade técnica, para captação e aproveitamento futuro, de potenciais energéticos foram feitos em bacias hidrográficas da região no mandato de Serafim Enoss Bertaso.

No setor rodoviário, a SNO atuou e operou com a aquisição de um considerável parque de máquinas. Neste campo da infra-estrutura, para melhor atender aos anseios das comunidades, das indústrias, do comércio, implementa-se ações de vulto. Motoniveladoras, tratores, carregadeiras, caminhões basculantes, rolos compressores entre outros, são adquiridos para fazer frente à demanda regional. Segundo noticia o Jornal Folha d'Oeste, de 20 de maio de 1967: “50 novos tratores rasgarão estradas no Oeste”.

Em novembro de 1966, foram entregues às Prefeituras de Chapecó, Xanxerê, Xaxim, Saudades e Modelo, 5 Motoniveladoras Caterpillar que já se encontram prestando relevantes serviços a essas comunidades.

Em maio do corrente ano foram entregues à Prefeituras 50 Tratores de esteiras de médio e grande porte, marca “14 Oktober”, importados pela Secretaria com financiamento da Yugoslávia (ÁLBUM COMEMORATIVO DO CINQUENTENÁRIO DE CHAPECÓ – Documento Histórico, 1967, p. 38).

Ainda na gestão de Serafim Enoss Bertaso, entre outras, são abertas rodovias como a Rodovia Chapecó – Goio-Ên, com 25 quilômetros de extensão. Obra iniciada no ano de 1965 e concluída em 1966, ligando Santa Catarina ao Rio Grande do Sul. O Acesso à BR 282, com cerca de 12 quilômetros, liga a sede do Município de Chapecó à BR 282, principal rodovia

para o escoamento da produção, que corta o Estado de Santa Catarina no sentido Leste/Oeste. Com 14 quilômetros de extensão a rodovia que liga os municípios de Iporã do Oeste a Itapiranga, mais as ligações de Xaxim a São Domingos, São Miguel do Oeste – Campo Erê – São Lourenço, com mais de 100 km de extensão. Essas obras eram conveniadas muitas vezes, com as próprias prefeituras, PLAMEG ou o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, SUDESUL – Superintendência da Região Sul.

Por outro, ressalta-se também os reclamos da comunidade, que muitas vezes não eram atendidos.

UMA ESTRADA JOGADA AO ABANDONO

Uma das maiores injustiças cometida contra a economia do Oeste Catarinense, é o abandono total da rodovia que liga Mondai a Itapiranga, passando por Linha Catres e Sede Capela. É essa uma das mais antigas rodovias estaduais na região e depois da construção da Cordilheira, entre Itapiranga a Iporã foi a mesma abandonada completamente, estando, as pontes construídas em 1950, totalmente ruindo, não sendo permitido o tráfego de viaturas.

Há mais de cinco anos as autoridades municipais de Mondai vêm pleiteando a conservação dessa estrada pelo Estado, bem como a reconstrução das pontes por terem em mãos as estatísticas que provam ser esta a zona de maior produção de suínos em todo o Estado. Essa produção vem sendo escoada por carroças com enormes prejuízos, enquanto o Governo não reconhece o volume de impostos que essa mesma produção de suínos representa para os Estado.

Nossa reportagem ouviu de um agricultor da região prejudicada, registrou a frase: “O suíno não vale nada. Ninguém quer vir buscar chiqueirada porque as estradas não prestam. O jeito é ir embora para outro Estado, como muitos vizinhos já fizeram” (FOLHA D’OESTE, 08/07/1968, p. 6).

Por possíveis desentendimentos com o Governador Ivo Silveira, motivados até onde se conseguiu apurar, pelos poucos recursos repassados à pasta, o Secretário Serafim Bertaso formaliza pedido de demissão do cargo. De um percentual inicialmente de 3% do orçamento estadual, vinha recebendo menos de 1,5%. Entendia que sua permanência nas funções ultravida prolongadas desde 1963 representava prejuízos pessoais, além de impossibilitar a realização dos planos traçados. Retornaria às suas atividades privadas como engenheiro e empresário.

Serafim Bertaso, homem de brio, sentiu fugir-lhe das mãos os recursos para prosseguir trabalhando em prol do Oeste, sua terra natal, pelo menos adotiva. Iniciava sua administração, à testa da Secretaria do Oeste com 3% do orçamento do estado, à sua disposição e atingia o 5º ano de trabalho com menos de 1,5% do mesmo orçamento. [...] Justa a atitude, porque a política moderna não permite que os homens se curvem, calados e subservientes ante seus senhores, enquanto uma região sufoca a mágoa de ser o “patinho feio” estadual (FOLHA D’OESTE, 23/08/1969, p. 3).

O rol de obras nas diversas frentes mescla-se nas gestões de cada Secretário, pois muitas obras eram iniciadas em uma e concluída em outra administração, dificultando dessa forma sua individualização.

O segundo titular a assumir o cargo de Secretário da Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, foi o industrial Plínio Arlindo De Nês. Permaneceu na função por mais de 6 anos. Assumiu em 05 de setembro de 1969, indo até 14 de março de 1975. Gaúcho do município de Encantado, chegou ao Oeste Catarinense no início dos anos 40. Era presidente do grupo das Organizações Chapecó, conglomerado de empresas que atuava no ramo frigorífico, de carnes e derivados. Ocupou a quarta posição do Brasil no *ranking* de exportações, entre as empresas do ramo.

Iniciou suas atividades no final do Governo Ivo Silveira – 1966-1971 e concluiu seu encargo no Governo de Colombo Machado Salles – 1971-1975.

Dando continuidade as ações de seu antecessor, na expansão da malha viária, além da abertura e conservação, parte com mais afinco para o processo de pavimentação asfáltica de rodovias. Nota-se que muito havia sido feito, mas muitos desafios estavam por vir. A Secretaria estruturada, implementando ações e obras, impulsionava a economia, atendendo o interesse regional e do Governo, satisfazendo os objetivos culminados com a sua criação.

A parte rodoviária, por exemplo, esse acesso foi com verbas da Secretaria, com verbas da Secretaria fizemos e fizemos um belo trabalho, trabalhando vinte horas por dia e havíamos este acesso em pouco tempo, quatro meses e mais dois meses ele foi asfaltado até a porta da Secretaria também. Construímos estrada que hoje está asfaltada pra São Carlos. Construímos de São Lourenço a Bom Jesus, indo por Xanxerê. De São Miguel a Descanso. Enfim, tantas estradas que nós construímos e Romelândia, a estrada que liga São Miguel à 282 (DE NÊS, 1986).

Ainda no plano rodoviário, merece destaque a implantação de trevos e acessos nos seguintes trechos e cidades: Cunha Porã à BR-158, implantação e pavimentação daquele trevo com 580 X 25 metros; o acesso do Município de Vargeão à BR-282 com extensão de 4 km; implantação do trevo de Faxinal dos Guedes junto à BR-282; em Xanxerê, implantação da Avenida Brasília no sentido Oeste e a implantação do acesso Sul sobre o viaduto na mesma BR; pavimentação e implantação do acesso Leste, na Avenida Brasília, sentido Oeste drenagem e contrato de pavimentação em Pinhalzinho; em Nova Erechim foi construída a estrada lateral que margeia a BR-282; em Chapecó em convênio com a Prefeitura e a CODEC

– Companhia de Desenvolvimento de Chapecó foi implantado o acesso ao Aeroporto Serafim Enoss Bertaso numa extensão de 4,39 quilômetros. Acesso ao Município de Modelo com 8,92 km; acesso ao Município de Quilombo.

Sobre a construção do trevo de acesso a Cunha Porã, há o depoimento do então Secretário do Oeste João Valvite Paganella, explicando como o mesmo foi construído. Revela o Secretário, que na época era prefeito daquele município Ermelindo Rampi, PMDB – 1977-1983 e certo dia, o mesmo chegou na Secretaria e lhe disse: “ó Secretário, é o seguinte, se você fizer o acesso para Cunha Porã e asfaltar, eu assino ficha no PDS”. Paganella “eu achei até estranho mas muito interessante a proposta do Rampi, seria mais um companheiro e o desafio de fazer uma obra em favor da comunidade”. O Secretário inicialmente propôs para o prefeito, fazer o projeto, o levantamento e a implantação, pois segundo Paganella, não tinha recurso para tanto. Diante da negativa do Rampi que disse “não me serve, tem que ser asfaltada”, Paganella conversou com sua equipe de engenharia, ou mais precisamente com o engenheiro Paulo Joarez Behr, que por sua vez, contatou com os engenheiros da empreiteira que estavam construindo a BR 158, rodovia que passa nas proximidades da cidade de Cunha Porã. Fizeram um acordo: a empreiteira executava a obra, ou seja, entregava o trevo e o acesso pronto, cerca de 1 km asfaltado, em troca de horas de serviços de máquinas da Secretaria. Convertida a obra em horas, a empreiteira necessitava de um trator grande de esteiras, potente para trabalhar em um determinado “trecho” da rodovia, pois havia muita pedra e declive no relevo. Por outro lado, como é que um trator da SNO, órgão, do governo do Estado, trabalharia para uma empreiteira privada? Evidentemente, esta situação criaria embaraços e de acordo com Paganella, “nós estávamos a caminho de ir pra cadeia, mas a proposta do Rampi era extremamente tentadora”. O Secretário encontrou uma solução: “vamos pegar este trator, vamos apagar tudo o que tem de Secretaria do Oeste, de governo do Estado escrito em cima, deixa tudo amarelo né e botar trabalhar nas pedras da companhia e fizemos assim a estrada, o acesso de Cunha Porã e o homem assinou ficha”.¹³

As pontes sobre o Rio Sargento, entre as Rodovias SC-471 e a BR-282 no Município de Romelândia com 80 metros de comprimento; ainda, no mesmo município e rodovias, com 22 metros de extensão a ponte sobre o Rio Traíra. Entre Bom Jesus e São Domingos a ponte sobre o Rio Chapecó com 140 metros; na SC-469, rodovia que liga os Municípios de Saudades

¹³ PAGANELLA, João. Depoimento a Evaldo Cassol, maio de 2006.

e São Carlos, foram construídas 2 pontes sobre o Lageado Bonito com 15 metros cada. Com 125 metros de extensão ponte sobre o Rio Burro Branco nos limites dos atuais Municípios de Águas Frias e Nova Erechim; sobre o Rio Taquaruçú em Coronel Freitas 9 pontes foram construídas, em média 40 metros de comprimento por 9 metros de largura. Ainda, no mesmo município 02 pontes sobre o Rio Xaxim: uma com 41 metros de comprimento por 9 metros e largura e a outra com 41 metros de comprimento por 4,60 metros de largura. Nos município de Romelândia e Anchieta a ponte sobre o Rio Primeirinha com 15 metros de comprimento por 9 metros de largura.

Nos aeroportos de Chapecó em convênio com a Prefeitura Municipal foi feita a implantação básica, 500.000 m³ de material e 1,5 km de asfalto. Em Itapiranga implantação e revestimento primário com 1.000 metros de comprimento. São Miguel do Oeste, alargamento, ampliação e revestimento primário num total de 1.350 metros (Relatório das atividades da SNO, nos exercícios de 1978/78/80/82 e 83).

O terceiro titular a assumir a pasta como Secretário da SNO foi Hélio Wassum. Gaúcho de Carazinho nasceu em 1928. Exerceu o cargo de Prefeito eleito no Município de Dionísio Cerqueira em 1955 pela UDN. Posteriormente foi nomeado Prefeito de São Miguel do Oeste, pelo Governador Ivo Silveira. Permaneceu no comando da SNO, por um período superior a 4 meses, ou seja, de 15/03/1975 a 22/07/1975.

Com o crescimento demográfico da região fez com que houvesse por parte da Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, ações para atender a demanda no campo educacional. Para resolver ou minimizar problemas referentes à educação, a SNO construiu novos espaços e unidades escolares na região. Frente a crescente demanda, em convênio ou com recursos próprios foram implantadas entre outras as seguintes obras (ver também anexo A).

Tabela 4 – Unidades escolares construídas por município

Município	Unidade Escolar	Quantidade (salas de aula)	Área m²
Abelardo Luz	11	17	1.700,30
Águas de Chapecó	08	10	761,84
Anchieta	01	03	197,10
Caibi	04	04	341,19
Campo Erê	07	14	1.568,02
Catanduvas	01	06	704,07
Caxambu do Sul	09	12	932,79
Chapecó	42	74	7.126,21
Coronel Freitas	08	18	1.901,63
Cunha Porá	09	13	1.208,63
Descanso	05	09	362,07
Dionísio Cerqueira	09	12	1.168,29
Faxinal dos Guedes	06	07	525,55
Galvão	06	11	980,92
Guaraciaba	03	06	738,99
Guarujá do Sul	03	05	407,90
Itá	03	05	596,64
Itapiranga	09	14	810,56
Maravilha	08	20	2.592,66
Modelo	09	10	2.377,66
Mondaí	14	18	1.267,98
Nova Erechim	02	02	88,11
Palma Sola	01	01	não consta
Palmitos	15	39	4.711,39
Pinhalzinho	05	07	431,80
Ponte Serrada	01	01	76,86
Quilombo	10	17	1.393,32
Romelândia	02	03	215,90
São Carlos	08	15	940,84
São Domingos	07	08	557,09
São José do Cedro	05	08	892,71
São Lourenço do Oeste	13	24	2.718,80
São Miguel do Oeste	13	32	3.296,61
Saudades	04	04	318,69
Seara	06	11	974,44
Vargeão	03	04	568,65
Xanxerê	08	11	669,75
Xavantina	04	04	230,58
Xaxim	04	06	278,08

Fonte: Relatório das atividades da SNO nos anos de 1978/79/80/82 e 83.

Observando a tabela 4, pode-se notar um número maior de unidades escolares construídas em Chapecó, por exemplo, 42, Mondaí 14, e Palmitos 15 em detrimento de outros municípios como Anchieta e Palma Sola, com apenas uma escola construída por município. Pode atribuir-se o fato de Chapecó ter um volume maior de obras: ser município pólo e sede da SNO e ou ainda, haverem interesses políticos por trás das obras públicas.

Foram efetuadas reformas de coberturas em estabelecimentos de ensino, atingidas pelo vendaval ocorrido em 02 de julho de 1983, nas seguintes escolas e municípios:

Tabela 5 – Reformas de coberturas nos estabelecimentos de ensino

Município	Nº de unidades reformadas
Abelardo Luz	03
Caibi	03
Campo Erê	02
Caxambu do Sul	02
Chapecó	07
Coronel Freitas	01
Dionísio Cerqueira	01
Faxinal dos Guedes	01
Galvão	01
Guarujá do Sul	01
Itá	02
Itapiranga	02
Mondaí	01
Palmitos	03
Pinhalzinho	02
São Carlos	01
São Domingos	02
São Lourenço do Oeste	01
Saudades	02
Seara	01
Xanxerê	04
Xavantina	01
Xaxim	01

Fonte: Relatório das atividades da SNO no ano de 1983.

Reformas de escolas pode ser importante, pois poderá haver dividendos eleitorais a favor de quem “nas horas difíceis estende a mão”. Afinal de contas, a escola é uma espécie de “vitrine” para a comunidade, visto que é nela onde os filhos estudam.

A região oestina sofreu nos meses de maio e julho de 1983 as agruras das enchentes,

temporais e granizos. Naquela fase emergencial, a Secretaria comandou operações de assistência e orientação aos municípios atingidos por esta adversidade. Deslocou equipamentos e pessoal para auxiliar os flagelados nos primeiros socorros, bem como fez campanha para a arrecadação, transporte e distribuição de alimentos, roupas e materiais de construção aos necessitados.

Além da preocupação em assistir a população na fase difícil, um outro assunto começou a assustar as autoridades nos municípios alagados: alimentação para os desabrigados e desalojados.

O Senhor Secretário reuniu e comandou os Clubes de Serviços (Lions) da cidade de Chapecó e lançou a campanha da Solidariedade que arrecadou e distribuiu 131.300 kgs de roupas e 208.100 kgs de gêneros alimentícios. Ajudou-se não só os municípios da região, mas outros do Estado (Relatório das Atividades da SNO, 1983, p. 15).

Os municípios e comunidades mais atingidas pelas enchentes são os que se limitam com os Rios Uruguai e Chapecó. Na região, foram cerca de 13 municípios atingidos de forma mais grave: Águas de Chapecó, Caibi, Caxambu do Sul, Chapecó, Coronel Freitas, Itá, Itapiranga, Mondaí, Palmitos, Quilombo, São Carlos, Xanxerê e Xaxim. Destes, alguns decretaram estado de calamidade pública e outros, situação de emergência.

O município mais atingido nesta parte do Estado foi sem dúvida Águas de Chapecó, em cuja sede municipal passa o Rio Chapecó que deságua pouco antes no Rio Uruguai. O represamento do Rio Chapecó proporcionou o maior alagamento já visto pelos moradores da cidade. Praticamente 70 por cento da sede do município está debaixo d'água; há mil desabrigados atendidos no posto da Cooperalfa, igreja e salão paroquial. Mais de 150 casas foram completamente alagadas, algumas totalmente submersas. O Rio Chapecó subiu 18 metros e se espalhou, causando um alagamento de centenas de metros. O Rio Uruguai subiu cerca de 20 metros e alagou a costa do município. O balneário de Águas está totalmente submerso. As pontes reconstruídas com a enchente de maio, foram levadas pelas águas. O acesso rodoviário a Águas de Chapecó é quase impossível, mas pode ser feito através de Caxambu do Sul, Planalto Alegre e Chapecó. A ponte sobre o Rio Chapecó, com 203 metros de vão, não suportou a força das águas e ruiu. Apenas uma parte da amurada ainda é visível. No centro da cidade a água atinge 4 metros de profundidade (DIÁRIO DA MANHÃ, 12/06/1983, p. 5).

Na área de abrangência da SNO, foram mais de 5.000 desabrigados. Municípios com falta e problemas no abastecimento de água potável, energia elétrica, telefonia, inúmeras pontes, pontilhões e bueiros foram destruídas, sendo de maior impacto para o setor rodoviário da região a queda de duas pontes, sobre o Rio Chapecó.

[...] Duas pontes de maior importância ruíram, ambas no rio Chapecó: a ligação Águas – São Carlos e a ligação Coronel Freitas – Quilombo; a primeira com 208 metros e a segunda com 163 metros. Não citou as pequenas pontes, por considerar as duas que ruíram como de transcendental importância para o setor rodoviário do Oeste (DIÁRIO DA MANHÃ, 15/07/1983).

Com as cheias, cerca de 75% da economia regional ficou destruída. O auxílio aos flagelados veio de diversas formas: através de ações comunitárias como clubes de serviços, da iniciativa privada (madeireiros) com doação de madeira para a reconstrução de casas, ações do poder público através da liberação do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, suspensão do pagamento de dívidas com órgãos públicos como o BNH – Banco Nacional da Habitação entre outros. Para os agricultores, foram criadas uma linha de crédito de emergência e a sustação de pagamentos de dívidas bancárias. A Secretaria do Oeste, atuou na reconstrução de pontes, pontilhões, bueiros e estradas danificadas, além de auxiliar os flagelados com alimentos, remédios entre outros.

Como sabemos, a madeira que dá origem ao programa de reconstrução de casas da Cohab-Eletrosul, provém da campanha de doação dos madeireiros do Oeste, através do IBDF e da Secretaria do Oeste. Por este programa todo o madeireiro que fornece madeiras, por doação, recebeu um incentivo extraordinário igual a duas mil mudas de plantas para reflorestamento para cada metro cúbico de madeira doada (DIÁRIO DA MANHÃ, 09/09/1983).

Diante da notícia do jornal, não fica difícil imaginar que houvesse quem se beneficiasse com a desgraça alheia. Os empresários do ramo madeireiro receberam um “incentivo extraordinário” por parte do órgão público, no caso o IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, em contra-partida às suas doações.

Tabela 6 – Escolas reformadas atingidas pelas enchentes de 1983

Município	Nº de unidades reformadas
Águas de Chapecó	01
Chapecó	01
Quilombo	02
Mondai	01
São Domingos	01

Fonte: Relatório das atividades da SNO no ano de 1983.

Ainda no setor educacional, merece destaque a preocupação da Secretaria de Estado

dos Negócios do Oeste com o do ensino de Segundo Grau. O apoio na instalação do Colégio Ilma Rosa de Nês, em Chapecó, da CNEC – Companhia Nacional de Escolas da Comunidade.

O Dr. João Valvite Paganella recebeu do “Colégio Ilma Rosa de Nês” de Chapecó através de sua Diretora Sirlei Salette Miollo, agradecimento pelo interesse demonstrado junto aos órgãos estaduais, quando da tramitação do processo para a criação da Escola de 2º Grau e ao mesmo tempo, comunicam que o Curso foi aprovado conforme parecer nº 261 de 12 de dezembro de 1977 (FOLHA D’OESTE, 11/03/1978, p. 12).

Assumiram a pasta os Secretários de Estado Décio José do Lago nos períodos de 23/07/75 a 09/12/ 75 e João Valvite Paganella de 10/12/75 a 09/12/82, sendo o Secretário que mais permaneceu no cargo. Paganella, natural de Esmeralda – RS formou-se em Direito pela Universidade de Passo Fundo – UPF, foi Vereador, Vice-Prefeito de Chapecó, e em 1982 elegeu-se Deputado Federal com expressiva votação.

A Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, se fez presente também na área da saúde pública e de forma acentuada. Inúmeras obras foram realizadas desde o início de sua criação destacando-se:

Posto de Saúde de Sede Oldenburg em Palmitos; Hospital Regional de Chapecó (grande parte) e Centro de Saúde de Chapecó. O Hospital Psiquiátrico de Chapecó foi projetado com 13 pavilhões e 10.860 m² de área coberta. Hoje se encontra instalada a atual Unochapecó – Universidade Regional Comunitária de Chapecó. Ainda, os postos de saúde dos seguintes municípios: São Domingos, Palma Sola, Tunas, Itapiranga, atual Município de Tunápolis e Pinhalzinho. Hospital Regional de Xanxerê.

Através do apoio logístico da SNO, por intermédio do Ministério do Exército, a mesma solicitou ao Governo Federal a instalação da Escola Superior de Guerra na cidade de Chapecó.

A Escola Superior de Guerra – ESG, foi criada em 1949 e no regime militar, atuava na formação de lideranças afinadas com a ideologia do regime vigente. Lecionava nas mais diversas regiões do Brasil. Em Chapecó também atuou e formou inúmeras turmas de alunos.

A Secretaria do Oeste enviou ofício ao General de Exército José Fragomeni Comandante da Escola Superior de Guerra, sobre a pretensão no sentido de que seja realizado na cidade de Chapecó, um curso da Escola Superior de Guerra.

Juntou, um “dossier” contendo os dados e informes necessários, no que se refere à estrutura de apoio e possível clientela.

O mesmo pedido foi formalizado por mais de oitenta órgãos, entidades de clubes de serviços, que desejam, de fato, a realização do aludido curso e recebeu o apoio do governador Konder Reis (FOLHA D’OESTE, 11/03/1978, p. 12).

Na seara esportiva, a Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste também se fez participativa. Neste campo de atuação a Secretaria do Oeste esteve presente em praticamente 100% dos municípios de sua área de abrangência, desde a construção de quadras esportivas iluminadas a ginásios de esportes nas sedes dos municípios.

Muitas comunidades foram beneficiadas com a ação da SNO. Nas unidades escolares, construção de quadras para a prática da disciplina de educação física, futebol de salão e outras modalidades; nas comunidades do interior dos municípios, com a construção, ampliação e melhoramento de campos de futebol.

Com recursos do próprio orçamento ou em convênios com as Prefeituras, com outros órgãos e Secretarias do Governo do Estado ou Governo Federal, executaram as obras a seguir relacionadas:

Tabela 7 – Ginásios de esportes

Município	Ginásios de esportes
Caxambu do Sul	01
Chapecó	02
Coronel Freitas	01
Cunha Porã	01
Descanso	01
Dionísio Cerqueira	01
Faxinal dos Guedes	01
Guarujá do Sul	01
Maravilha	01
Mondaí	01
Nova Erechim	01
São Domingos	01
São José do Cedro	01
Saudades	01
Vargeão	01
Xavantina	01

Fonte: Relatório das atividades da SNO nos anos de 1978 a 1983.

A Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste atuou também no Poder Judiciário do Estado e na área de Segurança Pública. Através de convênios foram construídos prédios dos Fóruns das Comarcas de Chapecó, Maravilha, Palmitos, Mondaí, Seara, São Miguel do Oeste e Xaxim, moradias em Chapecó e Palmitos para o Juiz de Direito e Promotor de Justiça. Delegacias de polícia em vários municípios. Em Chapecó construiu-se o prédio de alvenaria

para a instalação do Corpo de Bombeiros e foi adquirido um carro com os equipamentos necessários para a realização do trabalho dos Bombeiros, mais um pavilhão anexo ao 2º BPM – Batalhão de Polícia Militar. Também foram construídos pavilhões da Penitenciária Agrícola de Chapecó cujo projeto previa 25 pavilhões. O Quartel Militar na cidade de São Miguel do Oeste.

Neste setor, a Secretaria procurou, também, oferecer solução a curto prazo aos problemas que de há muito se fazia sentir na região.

Em convênio com as Prefeituras Municipais foram construídos prédios de madeira padronizados para Delegacias e Cadeias Públicas em todos os municípios que não são sede da Comarca.

Foi construído moderno prédio de alvenaria para a instalação do Corpo de Bombeiros de Chapecó e adquirido todo o equipamento necessário para o combate ao fogo, inclusive um carro devidamente equipado para este mister.

Em Chapecó e Palmitos foram construídas confortáveis residências para o Juiz Direito e Promotor Público.

Em Chapecó, foi construído um Pavilhão anexo ao 2º Batalhão da Polícia Militar do Estado para alojamento de recrutas (ÁLBUM COMEMORATIVO DO CINQUENTENÁRIO DE CHAPECÓ – Documento Histórico, 1967, p. 40).

No final da década de 1970 ocorreram estiagens que assolaram o Oeste de Santa Catarina. Os principais prejudicados com a seca foram os agricultores que acabaram perdendo total ou parcialmente suas plantações como milho, soja, feijão etc. O fenômeno climático implicou ainda na falta de água para o consumo humano e para a criação de animais, suínos e aves, que eram comercializados junto às agroindústrias da região.

A Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, através de convênio com o Ministério do Interior, SUDESUL, Governo do Estado e Prefeituras, implanta na região um programa denominado de PROGAP – Programa de Açudes e Poços. Por meio do Progap, a SNO adquiriu maquinários e equipamentos, como perfuratriz entre outros necessários à implementação do programa. Inicia então, uma série de obras de perfuração e construção de açudes e poços nos municípios atingidos pela estiagem.

Nos dias 29 e 30 de setembro o Governador do Estado esteve no Oeste catarinense cumprindo grande agenda de trabalhos, [...]

Às 9 horas e 30 minutos, no anfiteatro da Secretaria do Oeste, presidiu os seguintes atos administrativos:

Assinatura de Convênio entre a Secretaria da Justiça e Prefeituras, com objetivo de cessão de auxílio destinado ao ressarcimento de despesas realizadas e pagas pelos municípios, relacionadas com os efeitos da estiagem que assolou Santa Catarina, nos termos do convênio assinado entre o Ministério do Interior, através da SUDESUL e o Governo do Estado (FOLHA D'OESTE, 07/10/1978, p. 10).

No ano de 1979 aconteceu em Itaquí – RS, o Congresso Brasileiro dos Municípios do Rio Uruguai. Neste congresso, tratou-se entre outros, assuntos relacionados às potencialidades econômicas oferecidas pela Bacia do Rio Uruguai, no sentido de aproveitamento de barragens para a geração de energia e rodohidroferrovias.

O então Secretário do Oeste João Valvite Paganella, entre outras autoridades esteve presente no evento e manteve contato pessoal com o superintendente da SUDESUL, sediada em Porto Alegre, Antonio Candido Pires. Conversando sobre a estiagem que abatia o Estado e principalmente o Oeste Catarinense, surgiu aí a possibilidade de haver convênio para resolver ou minimizar os problemas enfrentados pela população. Iniciaram-se as tratativas e os trâmites legais que culminaram com a efetivação de assinaturas do convênio do PROGAP.

Quando da viagem do governador de Santa Catarina, Jorge Konder Bornhausen, à Capital gaúcha para tratar do acordo, este em conversa reservada no aeroporto falou ao Secretário do Oeste.

Olha Paganella, gostei muito do teu trabalho e do projeto, vai me desculpar, mas não dá seca só na área de jurisdição da Secretaria do Oeste, dá em todo o Estado, de sorte que já ajustei no Ministério: a coordenação do projeto vai ficar a cargo da Secretaria da Agricultura! (PAGANELLA, 2006).

Nota-se que o que o governador Bornhausen, tendencioso ou não, articula em Brasília e o convênio que inicialmente deveria ser firmado com a Secretaria dos Negócios do Oeste, fica a cargo da Secretaria de Estado da Agricultura. Entretanto, a execução das obras foi por conta da SNO.

Cumprе mencionar que, mesmo antes do convênio com a SUDESUL, a Secretaria do Oeste havia iniciado trabalho neste sentido. Segundo Paganella (2006): “[...] A Secretaria tinha velhos tratores D4. Reformamos as máquinas e adaptamos pequenas caçambas tipo ‘scraper’, fabricadas lá em Caxias do Sul e começamos assim a fazer os primeiros aterros de açudes, depois comprei uma perfuratriz”. Para isso, convênios foram firmados:

No auditório da Secretaria do Oeste, aconteceram os atos mais importantes da visita do Ministro Mário Davi Andreazza, ao Oeste. Ali o superintendente da Sudesul, Antonio Candido Pires expôs quais seriam os convênios que seriam assinados pela Sudesul, [...]

O Segundo convênio assinado diz respeito ao programa de açudes e poços de Santa Catarina. O documento assinado determina a fixação de critérios e normas para a construção de quatro mil açudes e 670 poços em 64 municípios da região, visando suprir as propriedades rurais, especialmente as destinadas à criação de aves e suínos e à cultura de lavouras de subsistência que exijam irrigação (DIÁRIO DA MANHÃ, 10/10/1980, p. 6).

Nesse programa a Secretaria do Oeste, atende não só sua área de abrangência, mas também outras regiões do Estado como Ponte Serrada, Joaçaba, Campos Novos e Curitiba entre outros municípios, pois entendia o Governador que “não fazia seca só no Oeste”. Nota-se então neste particular, que as ações da SNO ultrapassavam a fronteira de sua jurisdição. Pode-se imaginar que outros municípios além dos da área de alcance da Secretaria, faziam parte do processo produtivo e conseqüentemente abasteciam de matéria-prima às agroindústrias. A previsão inicial de atendimento era de 85.679 pequenas e médias propriedades rurais em 64 municípios, e um período de 5 anos para implementação do programa, com início das obras previsto para fevereiro de 1981.

Não se pode olvidar pelo visto, que o programa objetiva resolver, minimizar ou prevenir futuros problemas da população, relacionados ao abastecimento de água nas propriedades rurais e comunidades. Por outro lado, como se observa na citação acima, as primeiras a serem beneficiadas são as propriedades rurais destinadas *especialmente* à criação de aves e suínos. Revela-se uma preocupação do poder público com a economia regional, no caso, baseada na agroindústria que tem como principal produto de sua matéria-prima, aves e suínos. Havendo falta de água, poderá ficar comprometida a criação e, sobretudo o abastecimento do principal produto que é aves e suínos para as indústrias.

Antonio Pires passou a enumerar a grande população de aves e suínos na região, o que indica a grande necessidade de existirem recursos disponíveis de água, mesmo em períodos de estiagem. O programa de açudes prevê que advirão como benefícios desses quatro mil poços a desedentação animal, a irrigação de lavouras e pastagens, totalizando doze mil hectares, a piscicultura que será mais uma fonte de alimentação e quem sabe no futuro, como fonte de matéria prima para o fabrico de farinha de peixe muito utilizada na alimentação de aves e suínos e ainda como base para o reflorestamento (DIÁRIO DA MANHÃ, 10/10/1980, p. 6).

Os jornais locais, enalteciam o trabalho e a atuação da SNO. No entanto, o jornal **O Estado de São Paulo** de 24/09/1972, informava que “Chapecó não quer obras do governo”. Pode parecer estranho, mas ao ler a matéria percebe-se que havia o uso da máquina administrativa para obter dividendos eleitorais. O então Secretário do Oeste, Plínio Arlindo De Nês da ARENA, ao aproximar-se o pleito eleitoral de 15 de novembro de 1972, inicia uma série de obras no município de Chapecó, como recuperação, cascalhamento, abertura de novas estradas, entre outras, sem qualquer acordo ou convênio com a municipalidade. Colocou várias máquinas do parque rodoviário da Secretaria à disposição de

lideranças/correligionários, em diversos pontos e comunidades do interior, bem como na sede do município.

[...] a) um trator em Sede Trentin, orientado pelo senhor Ernesto Dalligna; b) um trator na Linha Pequena, sob os “auspícios” de Assis de Souza Oliveira, candidato a vereador, que trabalhou anteriormente em Gramadinho e Manjolinho; c) uma motoniveladora, na Linha São Rafael e Palmital dos Fundos, ainda sob os “auspícios” do mesmo candidato; d) um trator em Serrinha, sob o “comando” de Armando Lise; e) um trator na Linha Cascavel “patrocinado” pelo candidato a vereador, senhor Elias Gallon; f) um trator em Guatambú, sob a “orientação do vereador Antonio Dal Piva; g) um trator na Linha Caravaggio “orientado” pelo candidato a vereador Enio Hen (O ESTADO DE SÃO PAULO, 24/09/1972, p. 5).

Como reação, o prefeito da época João Destri, MDB – 1970-1973 adversário político de Plínio De Nês, impetrou mandado de segurança junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no sentido de impedir a realização de tais atos, alegando em síntese, “competência privativa do município, visando com isso desmoralizar o titular da impetrante”, além de “vergonhosa corrupção eleitoral”. Segundo ainda, o chefe do Executivo municipal, as ações determinadas pelo Secretário do Oeste feriam o princípio de autonomia consagrado e proclamado nas Constituições Federal e Estadual, bem como na Lei Orgânica dos Municípios.

O estranho episódio, entretanto é justificado pela municipalidade em documento de oito páginas: a Secretaria dos Negócios do Oeste, “sempre tão mesquinha e madrasta em relação ao município de Chapecó”, estaria agora, em “vergonhosa corrupção eleitoral”, mobilizando-se em favor de candidatos da Arena à Prefeitura local. [...] “Ocorre, porém – alega a seguir que nas últimas três ou quatro semanas a impetrada surpreendentemente passou a ‘patrulhar’ as estradas municipais do interior e abrir novos caminhos vicinais, sem qualquer comunicação ou acordo com a impetrante, em flagrante desrespeito e violação ao princípio de autonomia consagrado e proclamado nas Constituições Federal e Estadual e na Lei Orgânica dos Municípios. [...] “Mas para tudo existem explicações – acentua o petição – inclusive para esta aparente generosa atitude da impetrada: é que se aproximam as eleições municipais, nas quais o partido político de S. exa. O senhor Secretário do Oeste – e ele pessoalmente, como procer político – pretende vencer a atual situação do Executivo municipal, em mãos de partido adversário, não facilitando para tanto em lançar mão de qualquer recurso, por mais espúrio que seja”. E Acrescenta: “sim, excelência, denunciemos aqui vergonhosa corrupção eleitoral, na qual se utilizam as várias máquinas do parque rodoviário da Secretaria do Oeste em serviços e obras de competência privativa do município, visando com isso desmoralizar o titular da impetrante e a situação política que representa. A prova está em cada máquina que trabalha nas rodovias do município o faz sob os ‘auspícios’ de um candidato a vereador da facção política de S. exa. o Secretário ou outro líder da localidade, que apregoam ser esta uma obra feita pela Secretaria e não pela Prefeitura, a quem incumbiria normalmente” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 24/09/1972, p. 5).

Pouco esforço se deve fazer, para perceber a intenção tanto do Secretário do Oeste,

como do Prefeito de Chapecó. Embora fossem compadres na vida real, o interesse político-partidário estava acima, pelo visto, ambos queriam vencer as eleições a qualquer custo.

2.4 O PROGAP: seu funcionamento

Uma das atividades da SNO que mais marcou foi a desenvolvida através do PROGAP – Programa de Açudes e Poços, era a seguinte: o agricultor que sofria com a falta de água em sua propriedade, comparecia até a Prefeitura de seu município e se inscrevia através de formulários. Sendo aprovada a solicitação, a Secretaria encaminhava seus funcionários para elaborar o projeto com levantamento topográfico da propriedade e se preenchia um fichário/cadastro, com vários dados do solicitante. Além dos dados pessoais, o endereço do imóvel com a distância da sede do município, se era proprietário ou arrendatário, o tipo do serviço se perfuração de poço ou construção de açude. Aparecem ainda outros serviços como, terraplanagem, esterqueira e bebedouro. O que se produzia na lavoura, milho, feijão, soja ou outros, o número de pessoas residentes na propriedade beneficiada, a área de cultivo em hectares, a quantidade e o tipo de animais existentes na propriedade. Fazia-se uma verdadeira radiografia.

Havia ainda um contrato entre as partes, contrato este de prestação de serviços, no qual figuravam de um lado o interessado e de outro a Secretaria dos Negócios do Oeste. Nas cláusulas contratuais revela-se o compromisso assumido pelas partes, ou seja, o contratante pagaria avista ou a prazo, um valor em dinheiro que poderia ser financiado por instituições financeiras ou não, colocava a disposição mão-de-obra como balizeiros, roçadores, estacas, piquetes, tintas etc. Materiais necessários para a instalação do serviço como tubos, hospedagem e alimentação aos topógrafos e operadores dos equipamentos, inclusive em dias de chuva.

A contratante obrigava-se a implantar os projetos solicitados num prazo de 90 dias a contar da assinatura do contrato, salvo, caso fortuito ou força maior, e ainda reserva-se o direito de suspender os serviços e ser indenizada, uma vez constatada qualquer ameaça a boa conservação do maquinário.

O Secretário João Valvite Paganella dos Negócios do Oeste, esteve ontem em Saudades, onde deu início ao Programa de Açudes naquele município, tendo assinado convênios com 17 proprietários rurais.

Estiveram presentes às assinaturas de convênios, o prefeito municipal de Saudades, Theobaldo Roos, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, José Almiro Mahle, o presidente da Cooperativa local, Adão Eichwald, o vice-prefeito, Romeu Lenhardt, Plínio Smiderle da CIDASC, o assessor especial da Secretaria do Oeste, Juarez Mendes e o presidente do PDS daquele município, Ari Pich (DIÁRIO DA MANHÃ, 23/10/1980).

Em resumo, o relatório das atividades da Secretaria do Oeste no exercício de 1982 demonstra, o número de poços e açudes perfurados e construídos naquele ano, o volume de terra removido e o volume de água, com equipamentos da SNO/MINTER-SUDESUL nos seguintes municípios:

Tabela 8 – Açudes construídos

AÇUDES CONSTRUÍDOS	
Caibi	02
Chapecó	24
Cunha Porã	04
Descanso	09
Dionísio Cerqueira	39
Guaraciaba	03
Mondaí	29
Palmitos	40
São Miguel do Oeste	25
Xaxim	02
Xanxerê	43
TOTAL	220

Fonte: Relatório das atividades da SNO nos anos de 1978/79/80/82 e 83

Volume de terra m ³ -	271.623,20
Volume de água m ³ -	1.055.000,22

Desta vez, analisando a tabela 8, pode-se perceber o avantajado número de açudes construídos no município de Xanxerê, totalizando 43. Por outro lado, observa-se os municípios de Caibi e Xaxim com apenas 02 açudes; quantidade bem inferior comparada com o primeiro mencionado.

Tabela 9 – Poços artesianos perfurados pela SNO

POÇOS ARTESIANOS PERFURADOS	
Águas de Chapecó	02
Campo Erê	01
Caxambu do Sul	01
Chapecó	10
Coronel Freitas	06
Descanso	04
Itapiranga	02
Palmitos	02
Quilombo	04
Seara	01
TOTAL	33

Fonte: Relatório das atividades da SNO nos anos de 1978/79/80/82 e 83.

Dos de 33 poços perfurados, 05 não apresentaram sinais de água e os 28 restantes com volume de água, num total de 3.912 metros perfurados com vazão de 392.900 litros/horas.

Houve também neste mesmo ano a atuação de empresa particular, especializada na perfuração de poços que prestou serviços à SNO, como é o caso da Hidroperfurações Damo Ltda, empresa chapecoense, que aparece no relatório, com as seguintes obras:

Tabela 10 – Poços artesianos perfurados pela Hidroperfurações Damo Ltda.

POÇOS ARTESIANOS PERFURADOS	
Chapecó	07
Pinhalzinho	02
Xaxim	04
TOTAL	13

Fonte: Relatório das atividades da SNO nos anos de 1978/79/80/82 e 83.

Nota-se então, pelas tabelas 9 e 10, que no ano de 1982 foram perfurados 46 poços artesianos e construídos 220 açudes, em diversas propriedades e comunidades dos municípios mencionados. Analisando as duas tabelas relativas aos poços construídos, mais uma vez o município mais privilegiado é Chapecó. Enquanto Seara um município que até os dias atuais possui problemas de abastecimento de água potável, foi contemplada com apenas 01 poço, Chapecó recebeu 17.

Em 1983, o atendimento e o número de obras do programa dobraram. Foram construídos nos municípios da região entre poços, açudes e esterqueiras, 705 unidades. Deste

total destacam-se 136 esterqueiras construídas – 02 no município de Abelardo Luz, 85 em Descanso, 02 em Guaraciaba, 46 em Saudades e 01 em Xaxim. Somando os anos de 82 e 83 chega-se perto da casa de 1.000 unidades construídas.

Em dezembro de 1989, pode-se ter um panorama mais próximo do número de açudes e poços feitos pela Secretaria do Oeste, que parcialmente superou o projeto inicial que era de quatro mil açudes e seiscentos e setenta poços em 64 municípios.

Nos últimos dois anos a Secretaria do Oeste construiu 957 açudes e perfurou 106 poços em convênio com as prefeituras. Desde que o PROGAP foi ativado na área de jurisdição da Pasta, que abrange até o município de Curitibanos, foram construídos 5.124 açudes e 434 poços, a contar de 1981 até o último dia de outubro desde ano (DIÁRIO DA MANHÃ, 07/12/1989, p. 12).

O PROGAP, foi um programa previsto inicialmente para 5 anos, foi renovado e permaneceu durante 10 anos, desde a sua instalação em 1981 até a extinção da Secretaria dos Negócios do Oeste.

Com a desincompatibilização do Secretário João Valvite Paganella para concorrer a uma vaga na Câmara Federal, assume o cargo de titular da Pasta, Ivan Feuerschuetzte Bertaso em 12/02/82, permanecendo na função até 12/07/82. Filho do primeiro Secretário do Oeste Serafim E. Bertaso, cursou engenharia civil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, concluindo no ano de 1964. Entre outros, ocupou o cargo de Diretor de Planejamento, Projetos e Obras da SNO na gestão de seu pai, de 1965 a 1969. Vereador por Chapecó de 1968 a 1972, sendo presidente da Câmara Municipal de Vereadores nos últimos dois anos da legislatura, vice-prefeito eleito pela ARENA em 1976 na chapa de Milton Sander.

Nas eleições de 15 de novembro de 1982, o candidato a Deputado Federal e ex-Secretário do Oeste João Valvite Paganella do PDS, elege-se com a maior votação da história de Chapecó, totalizando 73.242 votos. Foi o 3º mais votado de seu partido, ficando com a sexta colocação no Estado. Nesta eleição, das 16 vagas à Câmara Federal existentes no Estado de Santa Catarina, 8 foram preenchidas pelo PMDB e 8 pelo PDS. Para a Assembléia Legislativa, o partido do governo elegeu 21 Deputados Estaduais, enquanto o PMDB oposição, ficou com 19 parlamentares.

O Município de Chapecó contava na época com 38.886 eleitores. Encontra-se entre os 8 maiores colégios eleitorais do Estado, ficando atrás dos Municípios de Joinville com 117.430 o maior do Estado, seguido de Florianópolis, Lages, Blumenau, Criciúma, Itajaí e

Tubarão.

Segundo dados revelados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, o município de Chapecó está entre os 8 primeiros dos Estado em números de eleitores aptos a votar num total de 38 mil 886 eleitores, dados de dezembro. A correção do trimestral (janeiro/fevereiro/março) deverá elevar substancialmente esse número (DIÁRIO DA MANHÃ, 30/03/1982, p. 5).

Nota-se que os votos recebidos por Paganella, quase dobra o número de eleitores existentes em Chapecó. A expressiva votação obtida nas urnas pode ser atribuída há vários fatores: o trabalho desenvolvido na região frente à Secretaria do Oeste; a legenda partidária forte e estruturada na grande maioria dos municípios; o poder de influência do Secretário sobre as lideranças políticas regionais; ou ainda, o reconhecimento da população pelo benefício das obras públicas recebidas. “Paganella destacou o apoio das lideranças do PDS na região, caso de prefeitos e vereadores bem como da cúpula do PDS como Amin, Lenoir, Bornhausen, Córdova, Secretário do Oeste Joaquim Marques Neto e assessores da pasta” (DIÁRIO DA MANHÃ, 04 e 05/12/1982).

Nas eleições de 15 de novembro de 1986, Paganella concorre novamente a uma vaga na Câmara Federal. Neste pleito, ao contrário de quando estava à testa da SNO, obtém 27.656 votos, não sendo suficientes para a reeleição. Diante do resultado eleitoral, deixa de disputar cargos eletivos, saindo do cenário político do Oeste e do Estado de Santa Catarina.

Ivan Bertaso se desincompatibiliza para concorrer ao cargo de prefeito de Chapecó no pleito de 1982, pela legenda do PDS. Nessa eleição sai vitorioso o PMDB. Em seu lugar, assume como Secretário do Oeste em 13/07/82 seu cunhado Joaquim Marques de Azevedo Neto, gaúcho de Osório. Advogado, formou-se em direito em 1962 pela PUC de Porto Alegre. Entre outras atividades, atuou por três anos como diretor de administração da SNO. Permaneceu no cargo até 17/03/83.

Em solenidade programada para às 12 horas da próxima segunda-feira no Palácio Cruz e Souza, o governador Henrique Cordova empossa o advogado Joaquim Marques de Azevedo Netto no cargo de Secretário dos Negócios do Oeste, em substituição ao engenheiro Ivan Bertaso, que se desincompatibiliza para concorrer a uma das sub-legendas do PDS na sucessão do prefeito Milton Sander. A transmissão de cargo, marcada para a próxima quarta-feira, ocorrerá nas dependências da Secretaria do Oeste.

Nos oito meses que ficará à frente da Secretaria do Oeste, o Sr. Azevedo Netto pretende dar continuidade às obras que essa pasta vem realizando nos 37 municípios da região, **além de desenvolver ações políticas que possam ampliar a condição majoritária do PDS no oeste catarinense** (DIÁRIO DA MANHÃ, 10 e 11/07/1982).

A publicação do jornal acima sugere que as ações da Secretaria dos Negócios do Oeste estavam voltadas naquele instante, para o campo político-partidário, uma vez que o novo Secretário, atuaria no sentido de aumentar ainda mais, a condição que já era majoritária do partido, no caso o PDS, no Oeste Catarinense.

Nas eleições de 82, foi vitorioso o candidato a Governador do Estado, Esperidião Amin Helou Filho, do PDS. Assumiu em 1983 a chefia do Executivo catarinense no lugar de Henrique Córdova. Com a mudança de governo, mudou também o Secretário do Oeste, assumindo o comando da pasta em 18/03/83, Henrique Deiss, permanecendo na função até 07/03/86. Deiss, ex-prefeito do município de Mondai distante 100 km de Chapecó, é o mais jovem Secretário do Oeste, com 33 anos de idade. Fora também o mais jovem prefeito do Brasil com 25 anos de idade. Formado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Cruz Alta – RS.

Henrique Deiss enfrenta no início de seu mandato resistências da cúpula política de Chapecó, seus próprios companheiros de partido, pois queria esta, que o Secretário fosse de Chapecó, sob o argumento de ser o município pólo regional e sede da SNO. Inexitosas as tentativas neste sentido, permaneceu no posto por cerca três anos.

Pode-se atribuir ainda, as resistências da cúpula dirigente do PDS de Chapecó, à perda do mandato para PMDB, da Prefeitura de Chapecó no último pleito eleitoral. Muitos “companheiros” estavam fora dos cargos de confiança e seria necessário encaixá-los em outros órgãos públicos. A Secretaria do Oeste poderia ser um deles.

A relação de poder do chefe da pasta da Secretaria do Oeste, com as lideranças políticas e econômicas na área de sua jurisdição se manifesta em vários momentos e de diferentes formas. O Secretário detinha poder de influência e decisão na escolha de candidatos a prefeito de sua agremiação partidária, na indicação de prefeitos nas áreas de fronteira, servindo muitas vezes de magistrado nas desavenças internas entre correligionários.

Deiss deve voltar sexta feira para Chapecó, oportunidade que reunirá a imprensa para esclarecer vários assuntos, entre os quais a liberação de 150 milhões de cruzeiros de recursos do FAZ – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social para o prosseguimento de obras em prédios escolares e a liberação da lista tríplice dos nomes dos candidatos à prefeitura de São Miguel do Oeste. Segundo foi divulgado 20 nomes compunham a lista elaborada pelo diretório do PDS de São Miguel do Oeste para que o governador escolhesse um deles para a Prefeitura, Deiss, por sua vez, deveria facilitar o trabalho extraindo três nomes da lista para a apreciação de Amin. Não obstante os contatos que vinham mantendo nesse sentido Deiss teve que interromper em virtude da viagem à capital dos catarinenses (DIÁRIO DA MANHÃ, 20/04/1983).

Na vigência do Regime Militar no país, os municípios de fronteira, entre outros, eram considerados área de segurança nacional. Não havia eleição nestas comunas, por isso seus prefeitos eram nomeados pelo Governador do Estado. Na região Oeste de Santa Catarina, que faz limites com a República Argentina havia municípios nessa condição. É o caso de Guaraciaba, Descanso, Itapiranga, Dionísio Cerqueira e São Miguel do Oeste. O Secretário do Oeste poderia ser decisivo na escolha do prefeito.

No primeiro roteiro de visitas, Deiss esteve nos municípios de Coronel Freitas, Quilombo, São Lourenço do Oeste, Campo Erê, Palma Sola, Anchieta, Romelândia e Dionísio Cerqueira.

Em todos os municípios visitados, o secretário manteve importantes contatos de ordem política e administrativa, principalmente com as lideranças pedessistas, presidentes, Membros da Executiva dos Diretórios, prefeitos, bancadas do PDS Câmara de Vereadores, e também com cidadãos influentes que foram candidatos a cargos eletivos nas eleições de 15 de novembro passado.

No município de Dionísio Cerqueira, Henrique Deiss, presidiu importante reunião, oportunidade em que, lhe foi apresentada uma lista de nomes, para que um dos quais venha a suceder o Prefeito daquele município, área de segurança nacional.

Nesta ocasião estavam presentes todos os integrantes do Partido do governo, transcorrendo tudo na mais perfeita ordem.

Depois de ampla análise foi feita a votação da qual participaram todos os presentes, ficando três nomes, os mais votados: Nelson Antonio Coletti – Adelino Mangini e o Atual Prefeito Valdir Maran compondo a lista tríptica que o Secretário Deiss está levando ao Chefe do Executivo Estadual, o que possibilitará a indicação do Novo Prefeito de Dionísio Cerqueira, o que poderá ocorrer na próxima semana (DIÁRIO DA MANHÃ, 12/04/1983, p. 3).

A Secretaria do Oeste mantinha um gabinete na Capital do Estado e outro em São Miguel do Oeste. A influência do Secretário do Oeste se dava ainda inicialmente através de uma ou mais pessoas em municípios da área de sua abrangência, chamados de Delegados da Secretaria. Tomaram acento no cargo de delegado no ano de 1964/65, segundo o livro de posse de funcionários da SNO, os seguintes nomes e municípios: Sady Marinho, no Município de Xanxerê, Carlos Spaldiorj de Sousa, em São Carlos, Vilvaldo Zimmermann, de Palmitos, em Mondai comandava a Delegacia da SNO Nilo Miro Sander, em Itapiranga Walter Bruno Kochen, Nicolau Matias Malmann, em Pinhalzinho e Leonildo João Baldissera em São Miguel do Oeste.

Pessoas de inteira confiança e, sobretudo, correligionários do Secretário, nomeados por ele, faziam o elo de ligação entre o município e o Secretário do Oeste. Possivelmente as solicitações dos serviços da SNO para a população passariam por ele, assim como as articulações políticas. Normalmente, os delegados eram pessoas que exerciam, exercera ou

poderia vir a exercer cargos políticos, eletivos ou não em seus municípios. Não temos notícias se eram ou não remunerados pela Secretaria.

No Governo de Esperidião Amin, instala-se o CAP – Colegiado da Administração Pública nos municípios, que era subordinado à Subchefia da Casa Civil para Assuntos de Projetos Especiais. Sua finalidade segundo o discurso, era proporcionar a integração dos órgãos do governo com a população e a participação da comunidade na solução dos problemas, realização de obras, prestação de serviços etc. Formado por um coordenador, um secretário e os membros.

Na área de alcance da Secretaria do Oeste, a instalação e articulação destes Colegiados foram de responsabilidade do comandante da pasta da SNO.

Nesta segunda-feira, o Secretário dos Negócios do Oeste, Henrique Deiss, como representante do Governador do Estado, iniciou a formação e a instalação dos Colegiados da Administração Pública, em toda a região abrangente da secretaria oestina. Os primeiros municípios a terem seus colegiados instalados são Mondai, Caibi, Palmitos, São Carlos e Águas de Chapecó, além de Chapecó que já teve sua primeira reunião realizada e instalação prevista para amanhã (DIÁRIO DA MANHÃ, 27/09/1983).

Percebe-se que neste momento, o Colegiado passa a ser ligado diretamente ao Governador e não mais ao dirigente da Secretaria dos Negócios do Oeste, muito embora, a instalação ficou por conta deste, que apenas representou o chefe do Executivo Estadual no ato, diferentemente dos Delegados da Secretaria que estavam subordinados ao chefe do órgão regional. Parece-nos que o Governador agora centraliza para si, a rede de lideranças e correligionários da região Oeste, que vão dar suporte político às ações governamentais.

Com a saída de Henrinque Deiss da Secretaria, além de Chapecó, outros municípios da região reivindicaram o cargo, como foi o caso de Coronel Freitas que encaminhou ao Governador do Estado uma lista contendo três nomes. Entretanto, o município mais ferrenho nesta disputa foi Xanxerê, que exigia do Governador o posto. Dizia que Chapecó teria perdido o direito de indicar nomes quando perdeu as eleições municipais em 15 de novembro de 1982 para o PMDB.

Eles perderam o credenciamento no dia 15 de novembro de 1982. Quando perderam a eleição. Acho que a prova para obter a Secretaria do Oeste é ter vencido a eleição no seu município. Foi aí que perderam as credenciais. Por isso, nós lutamos com todo o direito (DIÁRIO DA MANHÃ, 08 e 09/02/1986, p. 16).

O argumento da elite política de Xanxerê, juntamente com os municípios da AMAI –

Associação dos Municípios do Alto Irani, era de que o PDS de Chapecó não teria feito seu dever de casa, pois perdeu para a oposição, PMDB, o último pleito municipal em 1982. Argüia ainda, que em todo o período de existência da Secretaria do Oeste, jamais haviam indicado nomes para trabalhar na SNO, e que a micro-região nos 24 anos de Secretaria, se quer tinha tido uma representação política no órgão.

2.5 Irregularidades na Secretaria do Oeste

O que foi possível averiguar, especialmente no final nos anos oitenta e início dos noventa, nas últimas gestões de existência da Secretaria dos Negócios do Oeste, aparecem irregularidades cometidas pelos administradores da SNO em relação a processos licitatórios, realização de despesas sem prévio empenho, falta de controle na emissão de cartas-convite, documentação comprobatória de despesas sem assinaturas, entre outras.

Isto é possível constatar através da representação feita pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, datada de 20 de agosto de 1990, ao então Governador Casildo Maldaner. O ofício nº 166/90 do gabinete da presidência daquele órgão noticia inúmeras anormalidades ocorridas na pasta.

Senhor Governador: Cumprimentando-o cordialmente, cumpro o dever de lhe comunicar que o Plenário do Tribunal de Contas do Estado, em Sessão realizada no dia 13 p.passado, decidiu REPRESENTAR a Vossa Excelência, com fundamento no art. 59, XI da Constituição Estadual, sobre as graves irregularidades e freqüentes infrações à legislação cometidas sistematicamente pela Secretaria dos Negócios do Oeste – SNO.

De há muito vem esta Corte apontando à SNO uma série de restrições em processos de licitações, de prestações de contas e de balancetes. A SNO, por sua vez, ou silencia deixando de responder inúmeras diligências do TC, ou não consegue sanar as irregularidades, persistindo em procedimentos incorretos, dentre os quais ressaltam:

- descumprimento do art. 60 da Lei 4.320/64 face à realização de despesas sem prévio empenho;
- não observância das normas básicas de licitação, particularmente quanto aos arts. 21 e 32 do Decreto-Lei 2.300/86;
- ausência de controle na emissão de cartas convite com repetição da numeração;
- inobservância da Lei Orçamentária, com classificação de despesas em dotação imprópria;
- ausência dos atos de alteração orçamentária;
- documentação comprobatória de despesa sem assinaturas;
- apresentação de notas fiscais sem data de emissão;
- atraso na contabilidade;
- descumprimento dos prazos estabelecidos nas Resoluções TC-07/83 e TC-06/89 para remessa de documentos ao TC (Representação feita pelo TCE ao Governador – Almojarifado da Secretaria da Agricultura e Abastecimento de SC).

Observa-se, pois, que poderia haver uma rede de corrupção instalada e comandada por determinados setores e pessoas de dentro da Secretaria do Oeste, objetivando ou mesmo tirando proveito do cargo que exercia, em benefício próprio ou quiçá de outrem.

É possível que nem toda a gestão dos Secretários fosse ou houvesse corrupção. Entretanto, é voz corrente entre a população que havia superfaturamento de obras, bem como preço alto na compra de produtos: combustíveis, por exemplo, além de haver canalização para este ou aquele, “companheiro” ou não partidário.

Henrique Deiss, ao assumir a pasta como Secretário do Oeste, também constatou irregularidades. Segundo ele, havia inúmeros funcionários fantasmas, cerca de 80 pessoas que recebiam salário sem trabalhar. Apareciam somente no final do mês para embolsar seus vencimentos.

[...] Lembro bem que na oportunidade, levei uma relação ao Governador, da Secretaria dos Negócios do Oeste, 80 colaboradores que simplesmente constavam na folha. Só ganhavam a remuneração e não atuavam, não trabalhavam, isso não faz o meu jeito de administrar, se você é remunerado, se você ganha um salário, você tem que trabalhar para merecer esse salário.

[...] Aí eu levei essa relação ao Governador e ele me autorizou, eu convoquei todos, quem se dispôs a trabalhar permaneceu, quem não aceitou saiu [...] (DEISS, 29/05/2006).

No período de 1974 a 1980 a receita da SNO e o crescimento da arrecadação do ICM na sua área de abrangência foi o seguinte:

Tabela 11 – Receita e incremento do ICM da SNO

Ano	Receita global Cr\$	Percentual de incremento
1974	31.347.076,11	
1975	14.720.713,04	(-) 54%
1976	31.587.194,07	(+) 114%
1977	59.106.024,66	(+) 87%
1978	70.159.533,81	(+) 18%
1979	106.455.297,00	(+) 51%
1980	268.490.543,23	(+) 151%

Fonte: Relatório das Atividades – SNO Exercício de 1980.

Tabela 12 – Arrecadação e incremento do ICM da SNO

Ano	Arrecadação ICM em Cr\$	Percentual de incremento
1974	131.289.204,76	
1975	154.338.917,63	(+) 17,55
1976	163.815.919,05	(+) 6,15
1977	278.951.819,26	(+) 70,28
1978	365.840.297,94	(+) 31,15
1979	661.792.617,49	(+) 80,89
1980	1.372.114.289,84	(+) 107,00

Fonte: Relatório das Atividades – SNO Exercício de 1980.

O que se pretende mostrar com os dois quadros comparativos, é a receita da SNO oriunda do Governo do Estado nos períodos abordados, com a arrecadação de impostos no caso, o ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias gerado pela região.

Nota-se que em todos os anos o poder público estadual, arrecada bem mais impostos do que devolve na receita orçamentária da SNO. No ano de 1975, por exemplo, a região gera ao tesouro do Estado Cr\$ 154.338.917,63 (cento e cinquenta e quatro milhões trezentos e trinta e oito mil novecentos e dezessete cruzeiros e sessenta e três centavos) de impostos e recebe em troca, Cr\$ 14.720.713,04 (quatorze milhões setecentos e vinte mil e setecentos e treze cruzeiros e quatro centavos). Soma que representa quase onze vezes menos do que o valor arrecadado.

2.6 Reorganização da Secretaria do Oeste

A reorganização promovida pelo Governador Antônio Carlos Konder Reis, se deu para agilização da fixação dos valores dos cargos e empregos, através da promulgação dos decretos baixados. Foi a primeira Secretaria de Estado que tem aprovado seus estatutos de classificação e reorganização. Nesta questão, o Secretário do Oeste João Valvite Paganella enfatizou:

Considero isto como a mais importante conquista da minha gestão à testa da Secretaria, porquanto quando assumi, em dezembro de 75, a Secretaria estava para ser transformada em companhia. O senhor Governador nomeou uma comissão para promover a transformação e pelo trabalho e esforço que desempenhamos e acima de tudo pelo prestígio com que me dotou o Senhor Governador, nós temos hoje afastado o espectro da transformação e extinção, que, sem discutir o mérito, não consulta o interesse, a maioria das lideranças da região, e além disso nós temos hoje a Secretaria sendo em primeiro lugar reorganizada em todo Estado de Santa Catarina (REVISTA “CHAPECÓ 77”, p. 43).

Acrescentou ainda o Secretário, que essa conquista soma-se ao grande número de obras executadas pela Secretaria do Oeste em toda região em ação permanente.

Vimos isso e no próximo capítulo, veremos como ocorreu o processo de esvaziamento, resistência e extinção da Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste.

3 O FIM DE UMA EXPERIÊNCIA: O PROCESSO DE EXTINÇÃO DA SNO

Instalada em 1º de dezembro de 1963 no governo Celso Ramos, a Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste passa por um processo gradativo, lento de esvaziamento e extinção. Na primeira gestão, sendo a do engenheiro Serafin Enoss Bertaso, no Governo Ivo Silveira, aparecem indícios no sentido de esvaziamento da autarquia.

3.1 O processo de esvaziamento

Com uma redução considerável, por parte do Estado, no percentual do orçamento, menos da metade do que vinha recebendo, 1,5% que resulta numa redução dos investimentos em obras e serviços prestados pelo órgão em relação às reivindicações das comunidades. Com esta diminuição do volume dos recursos públicos neutraliza a ação e o poder do chefe da pasta.

[...] Então não tem desenvolvimento mais a finalidade que tinha, porque todos os governadores depois que saíam da Secretaria, eu fui do Governador Machado Salles, a primeira impressão, a primeira determinação era extinguir a Secretaria. Como não era possível dada a pressão política, então começaram, a esvaziar a Secretaria. Não deixar as máquinas aqui. As grandes máquinas que eu comprei, escribos, tratores de sessenta polegadas que eu deixei na Secretaria, no primeiro ano, já levaram tudo embora. Então houve um esvaziamento progressivo, lento mas progressivo, com Jorge Bornhausen, depois Amin, então todos eles foram esvaziando de uma maneira tal que hoje nós temos um quadro de funcionários (DE NÊS, 1986).

Entre outros momentos, aparecem manifestações, atos e fatos no sentido de extinguir a SNO. No Governo de Antonio Carlos Konder Reis (1975-1979) é mais contundente a intenção do poder central em suprimir o órgão, chegando a ponto de editar uma lei.

Através da lei nº 5.089 de 30 de abril de 1975, o Governo do Estado chegou a consumir o fato materializando, portanto a extinção. Menciona em seu art. 186 que a Secretaria do Oeste só seria mantida enquanto não fosse implantada a CODOESTE – Companhia de Desenvolvimento do Oeste. Esta companhia seria uma empresa de economia mista, com atribuições mais ou menos semelhantes às da SNO, vinculada à Secretaria de

Indústria e Comércio.

Segundo se comentava na época, o Governador Konder Reis havia elaborado estudos no sentido de viabilidade ou não da Secretaria do Oeste, e a conclusão era que a mesma não estaria atendendo as expectativas da população e, por conseguinte, do governo. Outro fator para tomada de decisão por parte da administração estadual, era de que a Secretaria do Oeste atendia com mais afinco os interesses do Município de Chapecó, em detrimento dos demais de sua jurisdição.

O Governador nomeou três pessoas para promover a extinção da Secretaria do Oeste: o Secretário da Indústria e Comércio, Sebastião Neto Campos, o Secretário de Governo, Albino Zeni e o Secretário do Oeste, João Valvite Paganella.

Após reunião com lideranças ocorrida em Chapecó e com a presença de Sebastião Neto Campos, no sentido de fazer exposição de motivos acerca da companhia e que segundo Paganella o seu colega era lá do Sul do estado e “mal e mal” conhecia o Oeste. Neste encontro, Neto Campos acabou não convencendo ninguém.

Diante da situação, Paganella articula um movimento chamado de Manifesto do Oeste. Declarava em síntese, confiança e apoio ao Governador. Paralelo a isso percorreu os municípios da região colhendo apoio de lideranças políticas, empresariais inclusive recebeu apoio de prefeitos da oposição – MDB. Konder Reis, acabou por recuar na sua investida.

Sim, exatamente, só do Oeste – o Governador Konder Reis pelo que me informou e se noticiava na época havia feito um estudo, um levantamento na região acerca da ação e da transformação da Secretaria – havia uma idéia generalizada, ou uma crítica no sentido de que a Secretaria do Oeste só atendia Chapecó.

[...] na realidade, no fundo mesmo era mais uma briga regional, parece que a Secretaria vinha sendo bastante esvaziada; ela não conseguia atender a enorme e crescente demanda de serviços que vinha de todo o Oeste. Esse era o grande dilema, era o grande problema. Então o novo Governo estimava que essa companhia pudesse dar respostas à essas necessidades, que pudesse buscar novos recursos de empréstimos, de financiamentos, essa coisa toda, e com isso desenvolver melhor a região (PAGANELLA, 2006).

Revela-se a disputa pelo poder, entre as lideranças políticas de Chapecó e as de outros municípios da área de abrangência da Secretaria do Oeste. Pode-se notar através do rol de obras feitas em Chapecó pela pasta, que é consideravelmente maior do que as desenvolvidas em outros municípios. É possível que sendo Chapecó o pólo econômico, demográfico da região e sede do órgão, atraísse para si maiores investimentos e serviços da SNO.

A Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, pelo menos nos discursos, era por

excelência a presença, a representação do poder central, no caso o Governo do Estado, no Oeste Catarinense. Portanto, deveria se fazer presente através de ações governamentais em favor da população.

As manifestações, os atos, e os fatos no processo de extinção e esvaziamento da Secretaria do Oeste aparecem mais, em um governo e menos ou até praticamente desaparecem em outros. Agora, elas podem se dar, por exemplo, no sucateamento do parque de máquinas. Uma vez sucateado o maquinário, se não recuperados ou substituído por equipamentos novos limita, neutraliza, reduz, dificulta e até pára o trabalho prestado à comunidade.

A nomeação de Secretários pelo governo para chefiar a pasta que não fossem de Chapecó, como é o caso do Hélio Wassum de São Miguel do Oeste, Herinque Deiss de Mondai, Hélio da Silva Winckler de Xanxerê, entre outros, embora de confiança do Governador, mas com menos afinidade com Chapecó, poderia neutralizar, magoar lideranças políticas da maior cidade do Oeste. Embora a Secretaria fosse do Oeste e não de Chapecó, sem o poder nas mãos, sem a máquina, poder-se-ia comprometer, sobretudo os próximos resultados eleitorais. Poderia ser esta, mais uma estratégia do Governo do Estado no sentido de ir esvaziando a pasta.

Sabe-se, porém que as lideranças do Oeste e especialmente Chapecó e as lideranças do Litoral, mais precisamente da Ilha de Santa Catarina, como vimos, “nunca morreram de amores entre si”. Ocorre possivelmente este fenômeno, pelo fato de que há interesses comuns ou não, entre as lideranças do Litoral e as lideranças do Oeste catarinense. Nesta seara da disputa de poder, não é raro os partidos políticos e suas lideranças nas convenções ou nos bastidores, como normalmente ocorre nas eleições ao governo do Estado, o Oeste sempre tenta colocar o candidato a vice na chapa majoritária.

Independente de siglas partidárias e de governantes que assumiram o poder estadual, de uma ou de outra forma, com maior ou menor grau de intensidade, pode-se perceber a vontade, o desejo de esvaziar, quando não de extinguir totalmente a pasta.

As obras, ações e convênios do Governo do Estado, feitos diretamente com os municípios através das Secretarias Estaduais e seus órgãos, vinculadas em Florianópolis são exemplos característicos, peculiares do processo de esvaziamento da autarquia. Dessa forma deixa a Secretaria do Oeste de ser a *longa manus* do poder estadual na região, para se tornar um instrumento inoperante, com pouca serventia para a população.

[...] Enquanto Bertaso abria estradas ao custo de 20 mil cruzeiros ao quilômetro, o DER abria concorrência para obras idênticas, dando o teto máximo de 200 mil cruzeiros novos ao quilômetro. O Estado preferia gastar dez vezes mais para realizar a mesma obra do que prestigiar a Secretaria que foi criada para sustentar o equilíbrio político-eleitoral do Estado e evitar que essa área fosse pertencer a outro estado ou território, ou de se criar aqui, um pequeno Vietnã eleitoral (FOLHA D'OESTE, 23/08/1969, p. 3).

Ainda na vigência da Lei 5.089/75 no primeiro Governo de Esperidião Amin (1983-1986) na gestão do Secretário Hélio da Silva Winckler, aos poucos avisados, nota-se uma certa amenização no intuito de suprimir a pasta. Como vimos anteriormente, a oscilação dos vários governos na tentativa de esvaziar ou extinguir, aparece ora com mais intensidade, ora com menos e em alguns momentos dá a impressão que desaparece totalmente. É um movimento interessante de vai e vem.

No primeiro despacho com o governador Esperidião Amin, ontem de manhã no Palácio da Agrônômica, o Secretário Hélio Winckler, afirmou que o PDS no Oeste do estado, está “unido e que por ocasião de sua posse todos os líderes do partido estiveram presentes”, acrescentando que, após sanear as dívidas da Secretaria, que hoje estão em torno de Cz\$ 15 milhões, será reativada a Fábrica de Tubos e Lajotas, paralisadas há mais de 60 dias.

Durante a reunião com o Governador, Hélio Winckler discutiu a situação financeira da Secretaria, que segundo ele “é difícil”, e o andamento das obras dos novos fóruns de Mondai e Seara. Disse que após a reunião no Palácio da Agrônômica, se encontrou com o Secretário da Fazenda, Nelson Madalena para saber da possibilidade da liberação de recursos financeiros.

[...] O Secretário do Oeste assinalou que na mesma reunião ficou decidido que a partir de agora todos os convênios firmados com as 40 prefeituras serão executados através da Secretaria do Oeste e não mais como era feito [...] (DIÁRIO DA MANHÃ, 06/03/1986).

Embora possa representar de certa forma, um maior prestígio do governo em relação a SNO em utilizar a partir desse momento a Secretaria do Oeste, para firmar convênios com a pasta e não diretamente com as prefeituras. A situação financeira da pasta não é nada favorável, é difícil, pois apresenta um déficit de 15 milhões de cruzados novos. Percebe-se que o governo dá com uma mão e tira com a outra.

Ainda no primeiro mandato do Governo Amin, o fortalecimento da rede de influência do poder, se dá através do CAP – Colegiado da Administração Pública. Formado nos municípios, em regra, por pessoas de confiança do Governador, objetivando segundo o discurso do governo, maior integração, participação dos órgãos governamentais, seus dirigentes e lideranças locais, na busca de diagnosticar, solucionar problemas e reivindicações

da comunidade, através de obras e serviços prestados pelo poder público estadual.

O novo órgão comunitário, instituído no Governo Amin o CAP, com área de abrangência em âmbito municipal, era composto pelos chefes dos órgãos e entidades com representação no município. Formado por um coordenador, um secretário e os membros.

[...] Com uma administração estadual subordinada à Subchefia da Casa Civil para Assuntos de Projetos Especiais, o Colegiado da Administração Pública tem como finalidade propiciar maior integração dos órgãos do governo e este como o povo, visando unicamente beneficiar a pessoa humana (DIÁRIO DA MANHÃ, 27/10/1983).

Na área de abrangência da Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, coube ao Secretário desta, a instalação desses colegiados. Não se pode negar neste aspecto, a influência logística do titular da pasta oestina na formação do CAP.

Por outro lado, deve-se levar em conta que o dito colegiado estava subordinado diretamente a Subchefia da Casa Civil para Assuntos de Projetos Especiais e não ao Secretário do Oeste. Revela-se, pois, uma maneira de centralizar o poder e a influência nas mãos do Executivo estadual. Ficando este, com o bônus de mandar e aquele com o ônus de instalar.

Nas eleições de 1986 ao governo do estado, sai vitorioso da disputa o candidato do PMDB, Pedro Ivo Campos. Mesmo antes de assumir o cargo já se comentava em extinguir a Secretaria dos Negócios do Oeste, pois havia se construído um discurso de que o órgão era um cabide de empregos e prometia Pedro Ivo, quando em campanha, fazer um Governo austero.

3.2 A resistência

As lideranças políticas e empresariais do Oeste, especialmente os peemedebistas, começam um movimento de resistência no sentido da não extinção da pasta. O Governador por sua vez negava a intenção de acabar com a Secretaria.

Ainda no período de campanha do pleito eleitoral de 86, circulavam boatos no sentido de que lideranças do próprio PMDB, algumas eram favoráveis a extinção. Indagado pela imprensa local, o candidato Pedro Ivo Campos negou que tivesse dito que iria extinguir a Secretaria do Oeste.

[...] eu jamais disse que iria extinguir a Secretaria do Oeste. O que ela precisa é ser repensada, pois não deve ser um instrumento de ação meramente política já que se transformou desde a sua criação, num grande e enorme cabide de empregos, um instrumento de ação politiqueria e é por isso que acho que não tem razão de existir um instrumento desse fundamento e sim algo que faça com que o Oeste possa ter condições de alcançar o seu desenvolvimento e ser atendida as suas reivindicações (DIÁRIO DA MANHÃ, 02 e 03/08/1986).

Difícilmente um candidato de sã consciência em época de campanha eleitoral, teria coragem de manifestar publicamente o desejo de acabar com a pasta, pois poderia perder votos e até aliados. O oestino Casildo Maldaner, Vice-Governador eleito na chapa de Pedro Ivo, argumentou que quem decide o futuro da Secretaria do Oeste são os próprios oestinos.

Uma das lideranças do PMDB, contrária a extinção da SNO, foi o então Prefeito de Chapecó, Ledônio Migliorini, que em vários momentos se manifestou nesse sentido, ainda fazendo contato com o Governador na tentativa de sensibilizá-lo.

Pedro Ivo Campos nomeia uma comissão do Litoral para efetuar estudos sobre a situação do órgão regional. As lideranças reagem, dizendo que não poderiam aceitar pacificamente tal circunstância.

A preocupação existe, porque vêm sendo efetuados estudos por uma equipe especialmente designada por Pedro Ivo sobre a situação do órgão regional. O prefeito chapecoense diz que “não podemos aceitar pacificamente, esta informação”. Este posicionamento foi tomado em reunião recente entre as lideranças do PMDB do Oeste, onde, por unanimidade, todos se manifestaram pela sua continuidade e “continuaremos lutando para que isso venha realmente acontecer – uma Secretaria do Oeste agilizada, fortalecida - para que ela cumpra com as finalidades que originaram sua criação” (DIÁRIO DA MANHÃ, 12/02/1987).

Havia outras lideranças peemedebistas que lutavam também a favor da manutenção da Secretaria do Oeste, como é o caso dos Deputados Estaduais da região, Nelson Locatelli, de Chapecó, Dércio Augusto Knopp, de Maravilha e Gasparino Willi Raiomondi, do Município de Campo Erê. Estes estavam em contato direto com o Governador eleito Pedro Ivo Campos, fazendo pressão contrária a idéia da extinção.

As lideranças de oposição também em vários momentos se manifestaram contra a extinção da pasta. Os Vereadores Nelson Gallina, Aldi Berdian, de Chapecó, o Deputado Estadual, Hugo Mathias Biehl, todos do PDS engajaram-se no movimento, ocupando tribunas e espaços nos jornais declarando apoio e argumentado a favor da manutenção da SNO.

O vereador e líder do PMDB na Câmara Municipal de Chapecó, Ilário José Dalcin

Lago, em pronunciamento feito na tribuna da Câmara e inconformado com os rumores da suposta extinção, voltou-se contra o governo de então e o futuro governo de seu próprio partido. Alegava o governo que não tinha verbas para as obras mais urgentes do Oeste, como o asfaltamento da rodovia Chapecó-Seara, enquanto que tinha recursos para construir uma terceira ponte em Florianópolis, ligando a Ilha ao Continente.

O Líder peemedebista na Câmara, disse que “a nossa região é o sustentáculo do Estado e isso não vem sendo reconhecido. O Oeste não recebe praticamente nada em troca pelo que produz e tem que ser aplicado aqui o que se produz aqui”.

Ilário Lago foi mais longe ainda, referindo-se a extinção da SNO anunciada pelos meios de comunicação. “Só falta o desmembramento geográfico porque o desmembramento político já existe”.

Finalmente, Ilário Lago acentuou que “o nosso sucesso administrativo está sendo carreado para fazer obras somente em outras regiões do Estado. E nós vamos levantar o brado. Acordo Oeste se não o nosso sono nos relegará ao esquecimento” (DIÁRIO DA MANHÃ, 18/02/1987).

O líder empresarial e político, Plínio Arlindo De Nês, presidente do grupo das Organizações Chapecó, empresa do ramo frigorífico no abate e industrialização de aves e suínos e o segundo Secretário do Oeste (1969-1975), atribui e lamenta a falta de prestígio das novas lideranças dos agora 40 municípios da área de abrangência da SNO, em não conseguir manter o órgão.

O ex-secretário do Oeste diz que é lamentável que as novas lideranças vão deixar extinguir a maior conquista das lideranças daquela época, sentenciando “acho que as novas lideranças estão falhando lamentavelmente. Portanto, não se pode nem pensar, diante do resultado que teve o partido do PMDB na votação para Pedro Ivo Campos, quando agora 40 municípios não têm prestígio para manter a SNO de uma forma atuante, com maior suprimento de verbas para atender as necessidades e casos emergenciais pelo poder público, já que o Oeste está tão longe da capital e dificilmente terá atendimento nestas circunstâncias” (DIÁRIO DA MANHÃ, 19/02/1987).

O empresário no ramo de relojoaria e peemedebista Dorval Cansian, também se manifestou a favor da manutenção da SNO. Argumentou que a Secretaria do Oeste trouxe empregos e desenvolvimento à região, beneficiando o Estado, pois sendo a região o celeiro de Santa Catarina em termos de produção de alimentos e, por conseguinte, no recolhimento de impostos aos cofres do tesouro estadual, deveria não extinguir a pasta e sim ampliar sua atuação inclusive criando uma Secretaria da Agricultura dentro do próprio órgão.

A Secretaria foi criada com vistas, a distância entre a capital do Estado Florianópolis e o Oeste, onde mostrou-se eficiente ao longo do caminho, proporcionando não apenas empregos, mas desenvolvimento com muito mais rapidez do que seria caso, estivesse centralizada na capital.

Quanto às declarações de que a Secretaria do Oeste, já teria cumprido seu papel de aproximar a Capital e Oeste, Cansian afirma que “este papel foi cumprido apenas em parte” devendo ter recebido mais apoio dos governos que se seguiram à sua implantação e hoje, com mais verbas.

Referindo-se ao já famoso comentário “cabide de empregos” que define a atual Secretaria, Cansian disse que trouxe empregos e mais do isto, desenvolvimento para todos os setores que abrange os 40 municípios, onde o entrosamento entre Prefeituras do Oeste facilita a expansão maior da região beneficiando os cofres do Estado.

[...] Cansian sugere ainda, que a Secretaria crie uma Secretaria da Agricultura, dentro do próprio órgão, o que possibilitará a vinda de maiores recursos, que seriam destinados especificamente para a agricultura, dando a atenção devida e apoio, pois “aqui é que se encontram as maiores produções agrícolas, além da suinocultura e da avicultura que teriam seu desenvolvimento acelerado e com recursos repassados” (DIÁRIO DA MANHÃ, 20/02/87).

O Diretório Municipal do PMDB de Chapecó, através de sua Executiva tornou público o seu descontentamento com o Governo de Pedro Ivo Campos/Casildo Maldaner, em extinguir a Secretaria do Oeste e se propuseram em renunciar coletivamente caso esta situação se torne realidade.

Alegavam as lideranças do diretório do partido, que a equipe de planejamento do novo governo carecia de conhecimentos acerca da importância da Secretaria para a região, além das conseqüências e prejuízos eleitorais que possivelmente trariam para o partido, caso viesse à confirmação do Governador em acabar com o órgão.

No processo de resistência, o Diretório Municipal do PMDB de Chapecó, cogitava ainda a idéia de articulação no sentido de convocar os prefeitos peemedebistas da região Oeste, para debaterem assuntos relacionados a possível movimento acerca da criação do Estado do Iguazu.

Ontem mesmo, à tarde, o caso motivou uma reunião da Executiva do PMDB, durante a qual foram devidamente apreciadas as conseqüências políticas, na eventualidade e confirmar-se a decisão do governo eleito. E ficou decidido que o PMDB de Chapecó enviará um emissário a Florianópolis com a missão de transmitir a Pedro Ivo Campos e a sua equipe de planejamento a desconformidade da Executiva com a possível extinção da Secretaria do Oeste. Aham os membros do partido que os técnicos que planejam o novo governo desconhecem completamente a importância da Secretaria na região, mesmo com suas dificuldades de recursos. E não ficou só nisto o posicionamento dos dirigentes peemedebistas chapecoenses. Vai mais longe, configurando aspectos de crise, ou seja, a Executiva está disposta a renunciar coletivamente, se se concretizar o propósito de Pedro Ivo. Há inclusive a intenção de convocar uma reunião de todos os prefeitos do Oeste, eleitos pelo PMDB a fim de serem debatidos aspectos relacionados à criação do Estado do Iguazu (DIÁRIO DA MANHÃ, 13/02/1987).

Com uma folha de pagamento menor que as prefeituras de Itapiranga, Campo Erê e São Miguel do Oeste, segundo alegavam as lideranças políticas regionais e defensoras da pasta, não poderia ser a SNO um cabide de empregos se comparada às outras Secretarias centralizadas na Capital. Dos quase 400 funcionários existentes cerca de 80% deles encontravam-se no setor de obras, ou seja, trabalhando.

Outro argumento, era de que se distribuído os funcionários existentes pelos 40 municípios da área de abrangência, restaria menos de 10 servidores por município, custando pouco para os cofres do Estado. Dessa forma seria a SNO a Secretaria mais barata para o tesouro estadual em relação às demais.

A Associação dos Funcionários da Secretaria do Oeste – AFUSOESTE, também através de assembleia da categoria, manifestou a sua não concordância com a extinção do órgão. Formalizou documento ao Governador eleito, no sentido de sua preocupação além de outras, com o futuro dos 396 trabalhadores da autarquia.

A Secretaria do Oeste afirma Sander, nunca foi um cabide de empregos, especialmente se comparar com as demais Secretarias existentes em Florianópolis. Com mais de 80 por cento de seus funcionários no setor de obras e com salário médio de 3 mil cruzados/mês [...].

[...] uma folha de pagamento de apenas Cz\$ 1.257.000,00 (Hum milhão duzentos e cinqüenta e sete mil cruzados), totalizando 396 funcionários, incluindo aí os inativos e aposentados e atendendo 40 municípios, portanto, menos de 10 funcionários por município. Ora, acrescenta Milton Sander, a Secretaria do Oeste é para os cofres dos estado, a Secretaria mais barata e com menor número de funcionários. Só a título de comparação, a folha de pagamento da Secretaria do Oeste é menor que as das prefeituras de Itapiranga, Campo Erê e São Miguel do Oeste [...].

A verdade é que alguns técnicos e políticos do litoral nunca gostaram da Secretaria do Oeste e agora com a mudança de governo, aproveitam a “onda” para extingui-la, numa análise teórica, distanciada da realidade da gente do Oeste.

O pior de tudo é que alguns políticos do PMDB do Oeste para bajularem o futuro Governador e na expectativa de obterem alguma vantagem futura, estão pedindo a extinção da Secretaria, numa atitude de dupla traição, há também os que se omitem, ficam em cima do muro, como é o caso do Vice-Governador eleito Casildo Maldaner (DIÁRIO DA MANHÃ, 07 e 08/03/1987).

Milton Sander foi consultor jurídico da Secretaria dos Negócios do Oeste, na gestão de Plínio Arlindo de Nês e ex-prefeito de Chapecó. Nota-se, portanto, que tanto as lideranças do PDS como as do PMDB da região poderiam estar fazendo jogo duplo, ou seja, dependendo da situação eram a favor ou contra a permanência do órgão.

Outras formas de resistências se manifestaram na região, na tentativa de impedir a extinção por parte do governo da SNO. Cogitaram-se inclusive ações judiciais como, mandado de segurança, ação popular e interpelação judicial contra o Governador Pedro Ivo Campos.

Uma denúncia do Deputado Estadual do PMDB de Chapecó, Nelson Locatelli, declarando que o governo não havia incluído recursos na proposta orçamentária para o exercício de 1988, aumenta ainda mais o clima de tensão por parte da comunidade.

Esclarecia o parlamentar governista, que entre outras medidas tomadas, como o fechamento do escritório de representação da Secretaria na Capital e a transferência do PROGAP para a Secretaria da Agricultura pela administração do estado, era sem dúvida o atestado de óbito da Secretaria do Oeste.

Quatro medidas atacaram frontalmente a permanência do organismo. Locatelli denunciou que os escritórios da Secretaria localizados em São Miguel do Oeste está sendo transferido à Cidasc; o escritório de representação da Secretaria na Capital do estado foi fechado e o Progap – Programa de Poços e Açudes de Chapecó, está sendo transferido para a Secretaria da Agricultura, [...].

Outra denúncia (extra oficial) do deputado esclarece que a Secretaria do Oeste está sendo excluída da Proposta Orçamentária do Governo do estado para o exercício de 88, “o que é terrível para o Oeste” (DIÁRIO DA MANHÃ, 26/06/87, p. 6).

Uma das armas usadas pelas lideranças do Oeste Catarinense, na tentativa de manutenção da Secretaria do Oeste, pode-se atribuir ao movimento em favor da criação do Estado do Iguazu. Em vários momentos surgem manifestações de lideranças em conjunto ou isoladamente querendo a instalação da nova unidade federativa.

O que chama a atenção é que o movimento é mais forte, exatamente quando há ações ou fatos por parte do governo do estado em extinguir ou mesmo diminuir ações da Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste.

Embora a unanimidade não se fizesse presente, quando estivessem em jogo os interesses da elite regional, o movimento atingia quase que a totalidade das lideranças.

Representantes da Sociedade para o Desenvolvimento e Emancipação do Estado do Iguazu, encontram-se em Brasília, pleiteando a aceitação pelos constituintes do projeto que cria a nova unidade da federação.

Edi Siliprandi um dos principais mentores que há mais de uma década vem lutando por esta conquista está em Brasília presidindo esta comissão.

Diante desta mobilização o líder regional do movimento Heitor Pasqualotto de Chapecó, concedeu entrevista à imprensa ontem relatando que além do processo em prol da criação, foi levado também um levantamento geral efetuado pela Universidade Federal de Santa Catarina, documentos estes que foram apresentados a deputados que manifestaram seu apoio.

[...] No entanto, os componentes da Sociedade estão cientes de que encontrarão muitas forças contrárias a idéia, principalmente em Santa Catarina, cuja base de arrecadação é o Oeste e ele simplesmente desapareceria para o novo Estado.

Baseado em outros estados em condições menos favoráveis que o do Iguazu, o líder regional salientou que o Estado do Iguazu é uma realidade (DIÁRIO DA MANHÃ, 02/06/87, p. 8).

Desde a instalação do Governo Pedro Ivo Campos, em 15 de março de 1987 que o movimento de lideranças oestinas vinha se manifestando. Alguns momentos com mais intensidade, outros com menos.

Com o novo governo assume a pasta do Oeste, Neuto Fausto de Conto, em 19 de março de 1987 e permanece no cargo até 18/03/88. Neuto é de São Miguel do Oeste e não muito afinado com a permanência do órgão. Acumulou duas Secretarias: a Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Irrigação e a SNO.

O novo Secretário comparecia em Chapecó esporadicamente para despachar e cuidar do processo de desativação da Secretaria do Oeste.

Apesar das tentativas de extinção por parte do governo Pedro Ivo Campos, em pouco mais de seis meses de mandato a Secretaria do Oeste dá sinais de permanência, pois anunciam a construção de 27 salas de aula, com projetos e execução das obras elaboradas pela SNO em vários assentamentos de colonos sem-terra nos municípios da região Oeste.

As novas escolas serão construídas dentro das agro-vilas projetadas pelo INCRA e o Pacote conta com novo projeto, de 84,80 m² por unidade, elaborado pela Secretaria do Oeste.

Nos cinco assentamentos de Abelardo Luz serão construídas 13 salas, em São José do Cedro 6 salas, em São Miguel do Oeste 2 salas, em Ponte Serrada 2 salas e uma sala nos municípios de Irani e Chapecó (DIÁRIO DA MANHÃ, 15 e 16/08/87).

No mês de setembro de 1987, a Secretaria do Oeste assina mais três convênios para construção de 28 salas de aula e demais dependências nos municípios da área de abrangência da SNO, beneficiando os municípios de Águas de Chapecó, Caibi, Chapecó, Dionísio Cerqueira, Itá, Mondaí, Pinhalzinho, São José do Cedro, São Miguel do Oeste, Xanxerê e Xaxim.

Segundo publicação do jornal **Diário da Manhã** de 3 e 4 de outubro de 1987, a inclusão de Cz\$ 111.000.000,00 (cento e onze milhões de cruzados) no Orçamento do Estado para o exercício de 1988 à disposição da Secretaria do Oeste, parece aliviar um pouco os ânimos dos peemedebistas da região. Embora outras lideranças da oposição, como o Deputado Estadual do PDS, Hugo Biehl, continuam defendendo a criação do Estado do Iguçu.

Biehl argumenta que a proposta da criação do Estado do Iguçu contempla a descentralização do poder das decisões, e que não se trata de separatismo e sim de interiorização e a regionalização do poder e ainda seria “a vontade do povo do Oeste”.

Com base em estudos elaborados pela Universidade Federal de Santa Maria (RS), o deputado citou algumas das potencialidades para o Estado do Iguazu. Entre elas, a extensão territorial (68.692 Km²); população de três milhões de habitantes; 122 municípios, dos quais 62 no Paraná e 59 de SC; que dariam ao novo Estado a 20ª posição em tamanho e a 14ª população do país. A região produz 50 por cento da energia elétrica do país. Possui o maior parque frigorífico da América Latina e o 4º parque hoteleiro do país. Entretanto, esta é uma região que reclama da estrutura política que concentra o poder na Região Litorânea disse Biehl (DIÁRIO DA MANHÃ, 06/10/1987).

Além da execução de obras a Secretaria do Oeste na gestão do Secretário Neuto de Conto, recuperou o parque de máquinas e veículos. Investiu o montante de mais de 18 milhões de cruzados no conserto de máquinas e equipamentos, de forma que continuou exercendo suas atividades.

Em novembro de 1987 possuía a Secretaria do Oeste, cerca de 45 máquinas pesadas, destas, 25 em convênio com a SUDESUL e outros 77 veículos de sua propriedade. Contava ainda com oficina mecânica própria, desenvolvendo serviços de chapeação, pintura, lubrificação, mecânicos de máquinas pesadas e leves além de outros serviços.

Devido às resistências, as ameaças, as pressões ou não, a verdade é que a Secretaria dos Negócios do Oeste continuou existindo no governo do PMDB. Em 18/03/88 assumiu o cargo de Secretário Gasparino Willi Raimodi, Deputado Estadual e ex-prefeito de Campo Erê, permanecendo no posto até 20/03/89.

Raimondi reativa o escritório de representação da Secretaria do Oeste na Capital e nomeia sua filha e genro para assumir cargos. A oposição denuncia o nepotismo e o titular da pasta tem problemas. O Governador Pedro Ivo Campos, decide pela exoneração de ambos.

Na gestão de Gasparino Raimondi foram construídos mais de 50 poços artesianos e mais de 800 açudes, além de outras obras nos municípios da área de abrangência da SNO.

Ao deixar o cargo, Raimondi teceu críticas ao Governo do Estado pelo pouco investimento financeiro feito junto a SNO e a precária situação em que se encontrava quando assumiu a pasta.

Entretantes, o ex-titular criticou que não teve a felicidade de receber “se quer um esforço para melhorar o equipamento, para ajudar a melhorar à vida dos nossos funcionários” acentuando que no final do ano passado a Secretaria não tinha nem dinheiro para pagar a viagem de um engenheiro e de um técnico. “Não tinham condições de pagar as diárias”.

Lembrou ainda que no passado a SNO comemorou o seu Jubileu de Prata. A propósito conversou com o Governador para promover uma festa que marcaram os 25 anos. Porém disse Raimondi, o Governador do Estado não dispunha de recursos.

Indagou “por que não investir um pouco nessa gente que tem calo na mão?”.

[...] lembro que as condições de locomoção eram precárias, considerando que o carro mais novo da SNO é de 1985, enquanto que outras secretarias recebiam recursos, além de serem reequipadas (DIÁRIO DA MANHÃ, 18/03/1989, p. 16).

Em 20/03/89 assume novo Secretario do Oeste; desta vez ocupa a pasta o empresário peemedebista e ex-Deputado Federal por duas legislaturas Francisco Oresti Libardoni, de São Lourenço do Oeste. Ficou no cargo até 27/12/89.

Como o falecimento do Governador Pedro Ivo Campos por motivos de doenças, assume no início de 1990 como Governador do Estado seu vice, o oestino catarinense Casildo Maldaner.

Em 29 de dezembro de 1989 toma posse como titular da Secretaria dos Negócios do Oeste, Avelino Basso. Natural de Guaporé – RS fixou residência aos sete anos de idade no Município de Caxambu do Sul. Filho de agricultores, além de outros cargos públicos exercidos, foi vereador eleito pelo PMDB em 1976 e depois Prefeito do município, onde cumpriu mandato de 1983 a 1988. Basso permaneceu no cargo até 15/03/89.

Nas eleições de 15 de novembro de 1990, sai vitorioso da disputa o candidato ao Governo do Estado pelo PFL Wilson Pedro Kleinübing.

Mesmo antes de assumir o Governo do Estado, Kleinübing em entrevista coletiva à imprensa, confirma a extinção da Secretaria dos Negócios do Oeste e contra-ataca os defensores do Estado do Iguazu, dizendo que as manifestações a favor da nova unidade federativa não passariam de projetos pessoais e quem estivesse envolvido seria pessoa com pouco afazer, ociosa, desocupada.

Diante de colocações sobre o ressurgimento do movimento pró-Estado do Iguazu, com a extinção da SNO, Kleinübing foi taxativo: “Essa história de criar Estado não é tão fácil assim”. E emendou: “Tem gente que quer fazer política com isso, se projetar pessoalmente”. O novo mandatário estadual foi ainda mais contundente nas suas colocações enfatizando que “é capaz de aparecer um desocupado que não tem o que fazer na vida e quer criar novos Estados. Pra que? Para gastar mais ainda o dinheiro do povo?”. E acusou: “Este cara que levantar esta bandeira de criar estado, é porque quer gastar o dinheiro do povo, sem ter o que fazer” (DIÁRIO DA MANHÃ, 27/12/90, p. 12).

Pode revelar-se através das palavras do futuro Governador, uma preocupação com adeptos ao movimento do Estado do Iguaçu e ao mesmo tempo construindo um discurso de desqualificação de lideranças regionais voltadas a este movimento.

3.3 A extinção

Em que pese algumas lideranças do Oeste, principalmente do PMDB terem manifestado suas inconformidades com a extinção do órgão, ao assumir o comando do Governo de Santa Catarina, Vilson Kleinübing extingue, entre outros órgãos ligados ao Governo do Estado a Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste.

O Governador nomeia Romeu Lenhardt, ex-Prefeito do Município de Saudades como Coordenador da Coordenadoria da Agricultura do Oeste, órgão subordinado ao Secretário da Agricultura e que passou a funcionar no lugar da SNO em 18 de março de 1991.

Romeu tratou de transferir o patrimônio da extinta pasta a outros órgãos do Estado, bem como a relocação dos funcionários da casa a outros departamentos e secretarias do Governo do Estado.

Após quase três décadas de atuação e inserção na vida regional oestina, com argumentos por parte do governo e os rumores do discurso da elite econômica regional, que a SNO, já havia cumprido seu papel de aproximar o Oeste com a Capital e desbravá-lo, chega ao fim à era da única Secretaria de Estado descentralizada da Capital que se tem notícias.

Embora o processo de desativação tenha iniciado em março de 1991, o ato oficial burocrático da extinção da SNO por parte do Governo do Estado, só ocorreu efetivamente através do Decreto nº 2.405 de 21 de agosto de 1992.

Por coincidência ou não, o ato oficial do governo, ocorreu quando em 1992 as lideranças pró-Estado do Iguaçu, não conseguiram incluir na pauta do Congresso Nacional, projeto de lei para a criação da nova unidade federativa.

O movimento do Estado do Iguaçu tem início do final dos anos 50, com maior influência no Estado do Paraná. A primeira reunião de repercussão ocorreu em 1962 no Município de Pato Branco naquele Estado, tendo como principal liderança Edi Siliprandi, natural do Rio Grande do Sul, advogado e que elegeu-se Deputado Federal com mandato de 1990 a 1994 pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT, do Paraná, com a bandeira do

movimento pró-Iguaçu.

A primeira manifestação pela criação do “estado do Iguaçu”, ocorreu em 1962, em Pato Branco, num período em que a região esboçava uma economia, que mais tarde se integraria aos seus respectivos Estados. Diante de um grande potencial, tanto material quanto humano, a região passou a exigir dos governos estaduais a infraestrutura básica para o seu desenvolvimento e, ao mesmo tempo, que um seguimento da elite local, lutasse pela autonomia político-administrativa (OLIVEIRA, 1999, p. 45).

No final dos anos 80 e início dos noventa, segundo Alfredo Lang¹⁴, advogado e empresário do ramo de hotelaria e comunicação de Chapecó, um dos líderes do movimento do Estado do Iguaçu no Oeste de Santa Catarina, é que o movimento teve seu ápice.

Em 1992 quando o movimento chegou no ponto alto, cerca de 80 lideranças tanto do Oeste catarinense quanto da parte interessada do Paraná, a favor da criação da nova unidade federativa “acamparam-se” em Brasília para incluírem na pauta do Congresso Nacional, requerimento para apreciação da matéria a favor do plebiscito, em regime de urgência urgentíssima relativo ao Estado do Iguaçu.

Ainda segundo Lang, que ficou vinte e dois dias em Brasília no trabalho de articulação, dos 257 votos parlamentares necessários para aprovação do requerimento feito pelo Deputado Siliprandi, obtiveram cerca de 113 votos favoráveis, de maneira que se quer conseguiram aprovar o pedido de votação em regime de urgência urgentíssima.

As pressões tanto do Governo do Paraná como o de Santa Catarina foram determinantes nesse processo. Segundo Lang “O Wilson Kleinübing, Governador de Santa Catarina, mandou um batalhão de choque e figurava inclusive um Deputado Estadual de nossa região Joaquim Coelho Lemos, que foi lá muito bem mandado”. Tendo em vista que o texto constitucional era dúbio, não esclarecia se o plebiscito seria votado na parte emancipada ou em toda a área envolvida. Desta forma, caso os líderes do movimento conseguissem aprovar o pedido, a tropa de choque do Governador catarinense criaria um impasse jurídico, baseado na ambígua interpretação do texto constitucional.

Nesse particular, ainda de acordo com Lang, houve o voto contrário da Deputada Federal do Partido dos Trabalhadores – PT, Luci Choinacki, eleita pela região Oeste, mesmo com uma carta do Bispo Dom José Gomes de Chapecó, em poder das lideranças favoráveis ao

¹⁴ LANG, Alfredo. Depoimento a Evaldo Cassol, março de 2007.

movimento, onde solicitava o apoio da deputada.

Diante desses acontecimentos conclui-se que, o movimento ocorrido em Brasília no final de 1992, pró-criação do Estado do Iguaçu e que não obteve êxito, coincide com o Decreto efetivo da extinção da Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, por parte do Governador catarinense, ocorrido em 21 de agosto de 1992. A esta altura, o poder estadual já tinha garantias de que os líderes iguaçuanos estavam derrotados e que o argumento a favor do Estado do Iguaçu quando da extinção da SNO já teria ido “água abaixo”.

Pode-se atribuir ainda, a extinção da Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, o desinteresse da alta elite econômica e política local pela permanência do órgão, visto que a SNO já havia lhes proporcionado o que interessava, infraestrutura, por exemplo. As agroindústrias neste momento encontravam-se em outro patamar, outros desafios e não mais aqueles estruturais: como estradas, energia elétrica etc. que outrora fora fundamental para sua expansão e seu crescimento.

O que as pessoas lembram, quando se fala ou é mencionado o assunto Secretaria do Oeste? Pessoas de vários segmentos sociais e profissões, que viveram o período de vigência da SNO, funcionários públicos, comerciantes, bancários, profissionais liberais, políticos, demonstram os mais variados tipos de sentimentos e a imagem que ficou da Secretaria, que vão desde corrupção à nostalgia.

De acordo com Vlademir Antonio Sonda, 44 anos de idade, advogado de Coronel Freitas, município da área de abrangência “A imagem que ficou da Secretaria do Oeste é de saudades, pois a mesma representava um elevado número de municípios distantes da Capital, esquecidos pelo Governo e que esse comandante, no caso o Secretário, bem representava e apresentava resultados, eliminando desperdícios do dinheiro público, pois concentrava aqui na região uma estrutura de máquinas e equipamentos e detinha poder de mando. Boas lembranças”.

Edinei Moraes de Carvalho, funcionário aposentado da Secretaria do Oeste, ocupou na maioria de seu tempo de serviço o cargo de chefe de gabinete do Secretário, disse “Houve um papel fundamental no desenvolvimento da Região; ela desenvolveu 80%. Maior alavanca, indiscutivelmente foi a SNO”.

No mesmo sentido, a ex-funcionária Elaine Berger, trabalhou no departamento de recursos humanos por um período de 10 anos, de 1981 a 1991 “Representou o

desenvolvimento de toda a região. Eu ajudei praticamente a fechar as portas. Foi muito dolorida a extinção da Secretaria, porque o governo se preocupou só com o patrimônio”.

Gentil Alves da Silva, 62 anos, aposentado, trabalhou 26 anos como chefe geral de equipe/obras e era responsável pela construção de estradas e pontes. Permaneceu na SNO de 1965 a 1991, praticamente toda a existência do órgão “Só estava fazendo o bem. Fazia obras para a comunidade. Foi uma pena a extinção da SNO. Se tivesse ficado ela estava ajudando. Agora, só precisava injetar dinheiro”.

Outro depoimento foi de Antoninho da Maia Pavão, 46 anos, trabalhou como motorista da pasta durante 10 anos “A extinção da Secretaria foi uma perda muito grande quanto bem ela fazia pra região...”.

Para Gilberto Grossl, 59 anos, advogado, militante do PMDB “representava a extensão do Governo do Estado no Oeste”. Já para seu colega Ricardo Rolim de Moura do município de Águas Frias “Para nós que somos do interior, falar em Secretaria do Oeste naquela época, é como falar em Governo do Estado hoje”.

Por outro lado, o bancário aposentado de 79 anos Jonas Pompeu da Silva, nascido e criado em Chapecó foi categórico: “Ela não cumpriu o seu papel. Foi um cabide de empregos pra um grupo de meia dúzia”.

O comerciante na época, do ramo de combustíveis, Luis Dorigoni, 60 anos, natural de Chapecó, assim se pronunciou: “Deixou muita gente rica; era um cabide de emprego para quem era do partido. Chegavam num posto de gasolina e pediam uma nota fiscal de por exemplo 30.000 litros e davam uma comissão de 10% para o dono. Colocavam na nota: cascalhamento de estrada Chapecó-Seara”.

Constata-se nos depoimentos acima, pessoas de lados opostos, alguns nostálgicos, outros nem tanto; alguns destacando a importância para a região e, outros ainda, externando sua indignação com o empreguismo público e a corrupção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feita esta análise, o que tem ficado evidente na questão da implantação, vigência e extinção da SNO, é a dotação de infra-estrutura para a região Oeste de Santa Catarina e a neutralização de lideranças pró-emancipação do Estado do Iguazu, inicialmente no Governo Celso Ramos e depois nos que o sucederam.

No início da década de 1960, mais especificamente em 62, surge forte movimento emancipacionista do Iguazu, liderado por políticos locais: profissionais liberais, pequenos empresários, entre outros, abrangendo as regiões Oeste catarinense, Sudoeste e Oeste do Paraná. Baseado principalmente no discurso do “abandono” e no “pouco retorno dos impostos” em forma de obras, por parte dos governos de Santa Catarina e do Paraná.

No Oeste de Santa Catarina, o Governo Celso Ramos, trata de acelerar suas ações em reação ao movimento e aos reclamos da sociedade em relação à falta de ações do poder estadual e implanta a Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, como forma de neutralizar as lideranças pró-Iguazu.

Com novo perfil político-administrativo, descentralizado, inédito no País, sendo portanto, Secretaria localizada fora e distante da Capital do Estado, objetiva o novo Governo “integrar”, “aproximar” a região Oeste ao Litoral do Estado, dotando aquela de uma infra-estrutura, capaz de consolidar o crescimento econômico regional e principalmente o agro-industrial.

O movimento a favor da emancipação do Estado do Iguazu, ressurgiu no final dos anos 80 e início dos 90, principalmente no Oeste, quando se falava em extinguir a SNO. Embora aparentemente forte, não consegue emplacar, possivelmente pela neutralização e acomodação de parte das lideranças do Oeste, em virtude das ações promovidas pela SNO e o pouco apoio da elite econômica agro-industrial de Chapecó e região, bem como as resistências dos governos dos respectivos Estados envolvidos, uma vez que o discurso era que mais um Estado na Federação, implicaria em mais gastos públicos: deputados, senadores, etc. De forma que o movimento foi sufocado em 1992.

A extinção efetiva da SNO, em que pese a luta e resistências de lideranças políticas e algumas lideranças empresariais, ocorreu ao nosso ver em função de que a alta elite

econômica de Chapecó e região, de fato não mais detinham interesse na sua permanência, uma vez que, segundo eles a Secretaria do Oeste “já havia cumprido seu papel” que era entre outros, dotar a região de infra-estrutura.

Portanto, pode-se afirmar que a Secretaria do Oeste, serviu de *longa manus* para o Estado, na região Oeste e para desempenhar dois papéis: dotar e sanear a região da carência de infra-estrutura como energia elétrica, estradas, escolas, etc., fomentando assim o desenvolvimento e crescimento econômico regional e ao mesmo tempo agrada, sufoca, abafa, neutraliza a elite agro-industrial no sentido de não fazerem parte do movimento pró-Iguaçu. Como vimos o primeiro Secretário do Oeste foi Serafin Enoss Bertaso, que havia sido Prefeito de Chapecó, nomeado pelo Governador do Território Federal do Iguaçu. O segundo Secretário do Oeste, foi Plínio Arlindo De Nês, influente empresário e político no Oeste e no Estado de Santa Catarina. De forma que astutos foram as lideranças da Capital do Estado, dotaram a região de infra-estrutura e não perderam a região Oeste, considerada “o celeiro do Estado”.

Por outro lado ainda, é importante salientar as limitações das fontes pesquisadas, uma vez que a documentação da SNO encontra-se num total estado de abandono. Acredito que a partir do momento que toda esta documentação estiver organizada, poderão surgir e facilitar novos trabalhos de pesquisa. Espero ter contribuído e ajudado a historiografia regional com este primeiro trabalho sobre a Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste.

REFERÊNCIAS

A NOTÍCIA, Joinville, 18 de setembro de 1943.

A NOTÍCIA, Joinville, 26 de setembro de 1943.

ABREU, Alcides. **Rememória do governador Celso Ramos: Santa Catarina (1961-1966)**. Florianópolis: Gráfica Vicenzi Ltda., 1997. (1997: Centenário do Nascimento de Celso Ramos)

ALBA, Rosa Salete. **Espaço urbano**. Chapecó: Argos, 2002. 184 p. (Debates)

ÁLBUM COMEMORATIVO DO CINQUENTENÁRIO DE CHAPECÓ – Documento Histórico – 1967. (Humberto De Toni, Odilon Serramo e Heitor Pasqualotto).

BELLANI, Eli Maria. **Madeira, balsas e balseiros no Rio Uruguai: o processo de colonização do Velho Município de Chapecó (1917/1950)**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1991. (Dissertação de Pós-Graduação em História)

BELATO, Dinarte. **Os camponeses integrados**.(Dissertação de Mestrado) Campinas Unicamp, maio de 1985.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Secretaria da Educação e Cultura, 1968.

_____. **História de Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis: Secretaria de Educação, 1970.

CAMARGO, João Oliver. **Nerje – Laranjeiras do Sul: raízes da nossa terra: a história época e contemporânea**. Curitiba: Vicentina, 1999.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK-JQ**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 459 p. (Estudos brasileiros, v. 14)

CARREIRÃO Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina: 1945 – 1979**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1990. 152 p.

CENTRO de Memória do Oeste de Santa Catarina (org.). **A voz de Chapecó: artigos de Antonio Selistre de Campos – 1939 a 1952**. Chapecó: Argos, 2004. 259 p. (Documento; 4)

CRETELLA JUNIOR, José. **Dicionário de direito administrativo**. 3. ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

DEISS, Henrique. **Entrevista concedida a Evaldo Cassol**. Chapecó, 29 mai. 2006.

D'EÇA, Othon. ... **Aos espanhóis confinantes**. 2. ed. Florianópolis: FCC – Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992. 156 p.

FRAGNANI, Cléa Savi. **Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste: um estudo exploratório do direcionamento dos recursos humanos durante o processo de liquidação – 1991**. Chapecó: Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, 1995. (Relatório de Pesquisa)

GAZETA DO POVO. **Significativo passo na marcha para Oeste**: a propósito da criação dos cinco novos territórios federais, fala o presidente do Conselho Nacional de Geografia. Curitiba, 15/09/1943.

HASS, Mônica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense**: um estudo de poder local (1945-1965). Chapecó: Grifos, 1997. 339 p. (Debates).

HEINSFELD, Adelar. A região: algumas considerações. In: HEINSFELD, Adelar (org.). **A região em perspectiva**: diferentes faces da história catarinense. Joabaça: Unoesc, 2001.

IBGE. Censo Industrial – 1960 a 1980.

_____. Coleção de Monografias. n. 379 – Chapecó-SC. Conselho Nacional de Estatística, 1967.

LIBERALI, Ricardo Vergílio. **Território Federal do Iguaçu**: a página esquecida de nossa historiografia regional. Chapecó: Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, 2000. (Monografia de Pós-Graduação em História Regional)

LOPES, Sérgio. **O Território Federal do Iguaçu no contexto da nacionalização de fronteiras e da “marcha para Oeste” do Governo Vargas**. Niterói: Universidade Federal Fluminense – UFF/Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2002. (Dissertação de Mestrado em História)

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MEIRELLES, Veralice Celidonio Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 15. ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 1990.

MEIRINHO, Jali; JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. **Nomes que ajudaram a fazer Santa Catarina**. (biografias) V. 1. Florianópolis: EDEME, 1972.

O ESTADO DE SÃO PAULO de 24 de setembro de 1972.

OLIVEIRA, Licério de. **“Estado do Iguaçu”**: o regionalismo em questão. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1999. (Dissertação de Mestrado).

_____. Território do Iguassu: a interiorização do poder central. In: HASS, Monica (org.). **Partidos, eleições e voto: o comportamento político e eleitoral em Santa Catarina**. Chapecó: Argos, 2003. 252 p. (Debates).

PAGANELLA, Joao Valvite. **Entrevista concedida a Evaldo Cassol**. Balneário Camboriú, 21 mai. 2006.

PAIM, Elison Antonio. **Industrialização e educação**. Chapecó: Argos, 2003. 71 p. (Oeste Catarinense. Paradidáticos).

PEREIRA, Torres. **Chapecó vista por um forasteiro**. 4. ed. Chapecó: Gráfica Cometa, 2001. 100 p.

RELATÓRIO feito pelo Governador do Território Federal do Iguacu, João Garcez do Nascimento, em abril de 1944.

RENK, Arlene. **Migrações: de ontem e de hoje**. Chapecó: Grifos, 1999. 88 p. (Oeste Catarinense. Paradidáticos)

REVISTA “CHAPECÓ 77”. Chapecó – SC: Editora Antares S., ago. 1977.

RIBAS, Avio Bitencourt. Não queremos voltar. **A Voz de Chapecó**. Chapecó, SC, 28/07/1946.

ROMANO, Santi. **Curso de Direito Administrativo**. 3. ed. 1937.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. Diretoria de Geografia e Cartografia. **Consolidação das divisões intermunicipais de Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC, 2004.

SOUZA, M. O Território: sobre o espaço, poder e autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, M. et al. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.

SPESSATTO, Mary Bortolanza. **Linguagem e colonização**. Chapecó: Argos, 2003. 123 p. (Oeste Catarinense. Paradidáticos)

TESTA, Vilson Marcos. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense**. Proposta para discussão. Florianópolis: Epagri, 1996.

TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. **Toiro passante IV: tempo de república getuliana**. Curitiba: Works Informática, 1991.

UCZAI, Pedro (org.). **Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo**. Chapecó: Argos, 2002. 329 p.

WACHOWICZ, Ruy Chsitovan. Obrages, Mensus e Colonos. In: **História do Oeste paranaense**. Curitiba: Vicentina, 1982.

_____. **Paraná, Sudeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

WERLANG, Alceu Antonio. **A colonização do Oeste Catarinense**. Chapecó: Argos, 2002. 86 p. (Oeste Catarinense. Paradidáticos)

VIANA, Oliveira. **Ensaio inédito**. Campinas, SP: Unicamp, 1991.

ANEXOS

ANEXO A

Município	Unidade Escolar	Quantidade/salas de aula	Área m²
Abelardo Luz	EB. Anacleto Damiani	03 ampliação/auditório	437,31m ²
	EI. Formigas	01 mais dependência	76,86
	EI. Coxilha Rica	01 mais dependência	76,86
	EI. Bela Vista	01 mais dependência	88,11
	EI. Fazenda Quadros	01 mais dependência	76,86
	EI Linha União	01 mais dependência	76,86
	EI. Santo Inácio	01 mais dependência	76,86
	EB. Alegre do Marco	04 mais dependência	574,02
	EI. Linha Araçá	01 mais dependência	76,86
	EE-RR. Passo das Antas	02 mais dependência	139,70
	EB. Celestino J. Nascimento	Reforma geral	-
Águas de Chapecó	EB Aurora Schell Loureiro	02 ampliação	139,04
	EI. Águas Frias	01 mais dependência	88,11
	EI. Linha Cascatinha	02 mais dependência	139,04
	EI. Quarta Secção Policial	01 mais dependência	88,11
	EI. Linha Gramados	01 mais dependência	76,86
	EI. Juarez Távora	01 mais dependência	76,86
	EI. Três Barras	01 mais dependência	76,86
	EI. Porto Ferreira	01 mais dependência	76,86
Anchieta	EB. Osni Paulio da Silva	03 ampliação	197,10
Caíbi	EI. Linha Fátima	01 mais dependência	88,11
	EI. Linha São José	01 mais dependência	88,11
	EI. Sertão Alegre	01 mais dependência	88,11
	EI. Linha das Pedras	01 mais dependência	76,86
Campo Erê	EI. Linha Nossa Sra. Aparecida	01 mais dependência	-
	EI. Fazenda Primavera	01 mais dependência	88,11
	EI. Santa Terezinha	01 mais dependência	88,11
	EB. Santa Terezinha	04 mais dependência	574,02
	EB. Raul Pompéia	03 ampliação mais depend.	530,92
	EI. Burro Branco II (São Donato)	03 ampliação mais depend.	210,00
	EI. Nova Floresta	01 mais dependência	76,86
Catanduvas	EB. Vitória Roman	06 mais dependência	705,07
Caxambu do Sul	EI. Sanga Melancia	01 mais dependência	88,11
	EB. Fábio E. de Mattos	02 ampliação	139,04
	EI. Linha Laranjeiras	01 mais dependência	88,11
	EB. José Beviláqua	02 ampliação mais depend.	170,39
	EI. Engenho Velho	01 mais dependência	76,86
	EI. Barra do Gavião	02 mais dependência	139,70
	EI. Linha Taquarinha	01 mais dependência	76,86
	EI. Linha Pompeu	01 mais dependência	76,86
	EI. Tope da Serra	01 mais dependência	76,86

Chapecó	EI. Linha Marcon	01 mais dependência	
	EB. Alto da Serra	01 mais dependência	
	EI. Tope da Serra	01 mais dependência	88,11
	EB. Cordilheira Alta	02 ampliação	139,04
	EB José Mota Pires	02 ampliação	139,04
	EI. Campina do Gregório	01 mais dependência	88,11
	EI. São Roque	01 mais dependência	88,11
	EI. Barra do Camboim	01 mais dependência	88,11
	EB. Bairro Efapi	04 mais dependência	574,02
	EI. Goio-Ên	01 mais dependência	88,11
	EB. Lara Ribas	02 ampliação	103,64
	EI. Bela Vista	01 mais dependência	88,11
	EI. Águas Amarelas	01 mais dependência	88,11
	EI. Linha Pinheiro	01 mais dependência	88,11
	EI. Linha Campinas	01 ampliação	50,93
	EE-RR Ascendina Dias	02 mais dependência	164,96
	EI. Lageado Pião	01 mais dependência	88,11
	EI. Foz do Iguaçu	01 mais dependência	76,81
	EI. Linha Chapecó	01 mais dependência	76,86
	EB. Feliciano do Amaral	04 mais dependências	574,02
	EB. Irene Sotonoga	02 ampliação	130,00
	EI. Lageado Pinheiro	01 mais dependência	76,86
	EI. Linha Bento	01 mais dependência	76,86
	EB. Antonio Morandini	01 e área coberta	100,00
	EI. Faxinal dos Rosas	01 mais dependência	76,86
	EI. Rodeio Bonito	01 mais dependência	76,86
	EI. Fazenda Zandavalli	Reforma	-
	EI. Barra do Cedro L ^a Caravagio	01 mais dependência	76,86
	EI. Linha Ipiranga	01 mais dependência	76,86
	EB. Jardim América – Chapecó	08 mais dependências	837,50
	EB. Lara Ribas	03 ampliação/pintura geral	273,20
	EB. Irene Stonoga	03 ampliação mais depend.	363,25
	EI. Passo dos Ferreiras	01 mais dependência	76,86
	EI. Marechal Bormann	01 reconstrução em madeira	50,00
	EB. São Francisco	04 mais dependências	574,02
	EI. Linha Campinas	02 ampliação mais depend.	434,50
	EB. Zélia Scharff	03 ampliação mais sanitários	316,65
	EB. Jacob Gisi	04 ampliação	260,30
	EB. Alto da Serra	02 mais dependências	442,74
	EI. Cabeceira da Divisa	01	50,00
EI. Linha Produção	01 mais dependência	76,86	
EI. Lageado Veríssimo	01 mais dependência	76,86	
Coronel Freitas	EE.RR Quadro Adolfo Konder	03 mais dependência	
	EI. Sete de Setembro	04 mais dependência	574,02 m ²
	EI. Barrinhas	01 mais dependência	88,11
	EB Tarumanzinho	04 mais dependência	574,02
	EI. Santa Fé	01 mais dependência	76,86
	EB. Pedro Paques	03 ampliação mais depend.	434,90
	EI. Linha Favaretto	01 mais dependência	76,86
	EI. Linha Abelardo Luz	01 mais dependência	76,86
Cunha Porã	EI. Dom Pedro II	01 mais dependência	
	EI. Alto Biguá	01 mais dependência	88,11
	EI. Ernesto Bertaso	01 mais dependência	88,11
	EI. Km 23 Norte	01 mais dependência	88,11

	EI. Linha Glória	01 mais dependência	76,86
	EI. Fernando Ferrari	01 mais dependência	76,86
	EB. Professor Balbino Martins	04 mais dependências	574,02
	EI. Linha Sertão	01 mais dependência	76,86
	EI. Linha More	02 mais dependência	139,70
Descanso	EB. Itajubá	02 ampliação mais reforma	
	EI. Linha Alegre	01 mais dependência	88,11
	EB. Everardo Becheuser	02 banheiros	-
	EE-RR Km 40	01 mais reforma	76,86
	EB. Santa Helena	03 mais dependências	197,10
Dionísio Cerqueira	EI. Linha Campinho	01 mais dependência	-
	EI. Linha Toldo	01 mais dependência	88,11
	EI. Linha Lageado	01 mais dependência	88,11
	EB. Jorge Lacerda	04 mais dependência	574,02
	EI. Linha Tucano	01 mais dependência	88,11
	EI. Vila Marina	01 mais dependência	88,11
	EI. Irineu Bornhausen	01 mais dependência	88,11
	EI. Separação	01 mais dependência	76,86
	EI. Linha Araras	01 mais dependência	76,86
Faxinal dos Guedes	EI. Sede Ribeiro	01 mais dependência	88,11
	EI. Esperinha	01 mais dependência	76,86
	EI. Barra Grande	01 mais dependência	76,86
	EB. Salustiano A. Cabreira	02 ampliação	130,00
	EI. Passo do Irani	01 mais dependência	76,86
	EI. Alto Urupema	01 mais dependência	76,86
Galvão	EI. Linha Sede Turíbio	01 mais dependência	76,86
	EI. Serra do Tigre	01 mais dependência	76,86
	EI. Linha Nova	01 mais dependência	76,86
	EB. Osni de Medeiros Régis	05 mais sanitários	533,78
	EI. Alto Rio Martins	01 mais dependência	76,86
	EI. Linha Ipiranga	02 mais dependência	139,70
Guaraciaba	EI. Barra da Traíra	01 mais dependência	88,11
	EI. Castelo Branco	04 mais dependência	574,02
	EI. Daltro Filho	01 mais dependência	76,86
Guarujá do Sul	EI. São Francisco	02 mais dependência	139,04
	EB. Profª Elza M. de Moura	02 ampliação mais bibliot.	192,00
	EI. Beato Roque	01 mais dependência	76,86
Itá	EE-RR. Francisco M. Bageston	02 mais dependência	139,04 m ²
	EB. Francisco M. Bageston	02 ampliação mais depend.	392,00
	EB. Profª Neusa B. L. Marques	01 ampliação	65,60
Itapiranga	EB. Ludgero Wiggers	02 ampliação	139,04
	EI. Linha Cotovelo	01 mais dependência	
	EI. Peperi-Guaçu	02 mais dependência	139,04
	EI. Ervalzinho	02 mais dependência	139,04
	EI. Linha Beleza	01 mais dependência	88,11
	EI. São Ludgero	01 mais dependência	88,11
	EE-RR Min. Luiz Galotti	02 mais dependência	139,70
	EI. Linha Medianeira	01 mais dependência	76,86
	EI. São Pedro	02 mais dependência	139,70

Maravilha	EI. Cabeceira do Rio	01 mais dependência	88,11
	EB. Jorge Lacerda	04 mais dependência	574,02
	EI. Pio XII	01 mais dependência	76,86
	EI. Victor Meirelles	01 mais dependência	76,86
	EB. Tigrinhos	03 ampliação mais depend.	575,91
	EB. Nossa Senhora da Salete	08 mais dependências	1.047,18
	EI. José Bonifácio	01 mais dependência	76,86
	EI. Duque de Caxias	01 mais dependência	76,86
Modelo	EI. Lajeado Uru	01 mais dependência	
	EB. La Salle	05 mais dependência	639,46
	EI. Santa Lúcia	01 mais dependência	88,11
	EI. Linha Sartori	01 mais dependência	88,11
	EI. Linha Baesso	01 mais dependência	88,11
	EB. Hélio Wassum	04 mais dependência	574,02
	EB. Celso Ramos	02 ampliação	248,97
	EB. Professor Silvio Romero	04 mais dependências	574,02
	EI. Vista Alegre	01 mais dependência	76,86
Mondaí	EI. Linha Esperança	01 mais dependência	
	EI. Cabeceira do Taquaruçu	01 mais dependência	88,11
	EI. Linha Piraju	01 mais dependência	88,11
	EI. Linha Jataí	01 mais dependência	88,11
	EI. Itacuruçu	01 mais dependência	88,11
	EI. Linha Antas	01 mais dependência	76,86
	EE-RR Padre Manoel da Nóbrega	02 mais dependência	139,04
	EI. Flor da Serra	01 mais dependência	76,86
	EI. Linha Mondaí	01 mais dependência	76,86
	EI. Linha Jacutinga	01 mais dependência	76,86
	EI. Sanga Forte	01 mais dependência	76,86
	EB. Delminda Silveira	03 ampliação	197,10
	EB. Eulina Marcelina	02 ampliação	129,60
	EB. Genoveva Dalla Costa	01 ampliação	65,50
Nova Erechim	EI. Volta Bonita	01 mais dependência	
	EI. Linha Guabiroba	01 mais dependência	88,11
Palma Sola	EI. Linha Presidente Vargas	01 mais dependência	
Palmitos	EI. Capela da Gruta	01 mais dependência	
	EI. Linha Central	01 mais dependência	88,11
	EI. Linha Cachoeira	02 mais dependência	139,04
	EI. Pedro Triches	02 mais dependência	139,04
	EI. Diamantina	01 mais dependência	88,11
	EI. Ponte de Pedra	01 mais dependência	88,11
	EI. São Gotardo	01 mais dependência	88,11
	EI. Cascalho	01 mais dependência	88,11
	EB. Jorge Lacerda	04 mais dependências	574,02
	EB. Felisberto de Carvalho	13 mais dependências	2.276,66
	EI. Santa Maria Goretti	01 mais dependência	76,86
	EI. Linha Tecchio	02 mais dependência	139,70
	EI. Barra Grande Divisa	01 mais dependência	76,86
	EI. Linha Seis de Setembro	01 mais dependência	76,86
	EB. Princesa Isabel	07 mais dependência	771,80

Pinhalzinho	EI. Linha Machado	01 mais dependência	
	EI. Pio X	02 mais dependência	139,04
	EB. Vendelino Junges	02 ampliação	139,04
	EI. Linha Tiradentes	01 mais dependência	76,86
	EI. Linha Galiazzi	01 mais dependência	76,86
Ponte Serrada	EI. Linha Gabiroba	01 mais dependência	76,86
Quilombo	EB. São Thiago	05 mais dependência	632,46 m ²
	EI. Santa Terezinha	01 mais dependência	76,86
	EI. Vila Flor	01 mais dependência	76,86
	EI. Lageado Garcia	02 mais dependência	139,70
	EI. São José	01 mais dependência	76,86
	EB. Rui Barbosa	02 ampliação mais depend.	160,00
	EI. Vista Alegre	01 mais dependência	76,86
	EI. Linha Zamignan	01 mais dependência	76,86
	EI. Lageado Fortaleza	01 mais dependência	76,86
Romelândia	EI. Sede Ouro	02 mais dependência	139,04
	EI. Primeirinha	01 mais dependência	76,86
São Carlos	EB. Mario V. dos Santos	02 mais dependência	
	EI. Baixo Aguihas	01 mais dependência	88,11
	EI. Linha Coati	02 mais dependência	139,02
	EI. Lageado Tombos	01 mais dependência	88,11
	EE-RR Irmão Nereu Maria	02 mais dependência	139,04
	EI. Pratas	02 mais dependência	139,70
	EI. Linha Jacutinga	01 mais dependência	76,86
	Colégio Cardeal Arcoverde	04 ampliação	270,00
São Domingos	EI. Quebra Queixo	01 mais dependência	88,11 m ²
	EI. Lourenço	01 mais dependência	88,11
	EI. Polvarinho	01 mais dependência	88,11
	EI. Encruzilhada	02 mais dependência	139,04
	EB João Moreira	Reforma	-
	EI. Nossa Senhora do Caravágio	01 mais dependência	76,86
	EI. Serraria Manfrói	01 mais dependência	76,86
	São José do Cedro	EI. Santa Terezinha	01 mais dependência
EI. Esquina Derrubada		01 mais dependência	76,86
EI. Km 26		01 mais dependência	76,86
EB. Serafim Bertaso		04 mais dependência	574,02
EI. Vista Alta		01 mais dependência	76,86
São Lourenço do Oeste	EB. São Valentin	04 mais dependência	574,02
	EB. São Sebastião	04 mais dependência	574,02
	EI. Rio Taquari	01 mais dependência	76,86
	EB. Frederico Wastner	04 mais dependências	574,02
	EI. Linha Jacutinga	01 mais dependência	76,86
	EI. Rio Amazonas	01 mais dependência	76,86
	EI. Bela Vista	01 mais dependência	76,86
	EI. Rio Feliciano	01 mais dependência	76,86
	EI. Santo Antonio	01 mais dependência	76,86
	EI. Legeado Grande	01 mais dependência	76,86
	EI. Santo Agostinho	01 mais dependência	76,86
	EI. São Caetano	02 mais dependência	139,70
	EI. Lageado Antunes	02 mais dependência	242,16

São Miguel do Oeste	EI. São Pedro	01 mais dependência	
	EI. Santa Rita	01 mais dependência	
	EB. Vila Militar	06 mais dependências	705,70
	EI. Getúlio Vargas	01 mais dependência	88,11
	EI. Jorge Lacerda	01 mais dependência	88,11
	EB. Adolfo Silveira	01 ampliação	51,35
	EI. Santo Antônio	01 mais dependência	88,11
	EI. Barra do Guamerim	01 mais dependência	88,11
	EB. São Miguel	10 mais dependências	1.262,28
	EI. Novo Encantado	01 mais dependência	76,86
	EI. São Sebastião	04 mais dependências	574,02
	EI. Bela Vista das Flores	01 mais dependência	76,86
	EB. Hélio Wassum	03 ampliação mais depend.	197,10
Saudades	EI. Santo Afonso	01 mais dependência	88,11
	EI. Linha Coxilha	01 mais dependência	76,86
	EI. Linha Tigre	01 mais dependência	76,86
	EI. Linha Solteiro	01 mais dependência	76,86
Seara	EI. Encruzilhada Santa Cruz	01 mais dependência	
	EI. São Rafael do Pinhal	03 mais dependência	437,31 m ²
	EI. Vidal Ramos	01 mais dependência	88,11
	EI. Linha São Paulo	01 mais dependência	76,86
	EB. Batista Paludo	02 ampliação	130,00
	EB. Nova Teotônia	03 ampliação	242,16
Vargeão	EI. Três Irmãos	01 mais dependência	76,86
	EI. Ressaca Baixa	01 mais dependência	76,86
	EI. Irineu Bornhausen	02 mais dependência	414,93
Xanxerê	EB. Granja Sant'Ana	02 ampliação	
	EB. Hélio L. Puerta	02 ampliação mais dep.	139,02
	EI. Arroio Grande	01 mais dependência	88,11
	EI. Linha Tiradentes	01 mais dependência	88,11
	EI. Alto Chapecozinho	01 mais dependência	88,11
	EI. Passo Trancado	01 mais dependência	88,11
	EI. Linha Magistralli	02 mais dependência	101,43
	EI. Linha Nova	01 mais dependência	76,86
Xavantina	EB. Luiz J. B. Trindade	Reforma	
	EI. Pinhal Preto	01 mais dependência	76,86
	EI. Linha Medianeira	01 mais dependência	76,86
	EI. Linha Sete de Setembro	01 mais dependência	76,86
Xaxim	EI. Anita Garibaldi	01 sala mais dependência	
	EB. Pio XII	02 ampliação	139,04
	EI. Rui Barbosa II	02 mais dependência	139,04
	EB. Senador Vidal Ramos	Reforma da área coberta	

ANEXO B

Composição dos municípios da área de abrangência da SNO e suas desmembrações:

	Município	Desmembrado de	Lei que criou	Data instalação	Área (km²)
01	Abelardo Luz	Xanxerê	348 – 21/06/1958	27/07/1958	955,37
02	Águas de Chapecó	Chapecó	866 – 14/12/1962	26/01/1963	139,13
03	Águas Frias	Coronel Freitas e União do Oeste	8.477 – 12/12/1991	01/01/1993	75,16
04	Anchieta	Guaraciaba	876 – 29/03/1963	10/04/1963	228,58
05	Arvoredo	Seara	8.524 – 09/01/1992	01/01/1993	90,71*
06	Bandeirante	Descanso, Belmonte e S. Miguel do Oeste	9.924 – 29/09/1995	01/01/1997	146,26
07	Barra Bonita	S.Miguel do Oeste, Romelândia, Anchieta e Guaraciaba	10.052 – 29/09/1995 Anexações – 11.011 – 21/12/1998	01/01/1997	93,47
08	Belmonte	Descanso	8.527 – 09/01/1992	01/01/1993	93,60
09	Bom Jesus	Xanxerê e Ouro Verde	9.891 – 19/07/1995	01/01/1997	63,55
10	Bom Jesus do Oeste	Modelo, Campo Erê e Maravilha	9.893 – 19/07/1995	01/01/1997	67,90
11	Caibi	Palmitos	1.016 – 29/03/1965	06/06/1965	171,71
12	Campo Erê	Chapecó	348 – 21/06/1958	27/07/1958	478,73
13	Caxambu do Sul	Chapecó	866 – 14/12/1962	23/01/1963	140,58
14	Chapecó	Acordo de limites PR/SC: Povoado Passo Bormann	1.147 – 25/08/1917	14/11/1917	624,31
15	Cordilheira Alta	Chapecó	8.557 – 30/03/1992 Alterado pela lei 8.557 de 14/08/1992 Anexações – 9.858 – 12/06/1995	01/01/1993	83,77
16	Coronel Freitas	Chapecó	763 – 06/10/1961 Anexações – 9.855 – 12/06/1995	22/12/1961	234,16
17	Coronel Martins	São Domingos	8.551 – 30/03/1992 Alterado pela lei 8.894 de 14/12/1992	01/01/1993	107,41
18	Cunha Porã	Palmitos	348 – 21/06/1958	20/07/1958	220,29
19	Cunhataí	São Carlos e Saudades	9.920 – 29/09/1995	01/01/1997	54,51
20	Descanso	Mondai	254 – 12/09/1956	16/12/1956	285,57
21	Dionísio Cerqueira	Chapecó	133 – 30/12/1953	14/03/1954	377,70
22	Entre Rios	Marema	9.892 – 19/07/1995	01/01/1997	105,17
23	Faxinal dos Guedes	Xanxerê	348 – 21/06/1958 Anexações – 10.586 – 11/11/1997	26/07/1958	339,64
24	Flor do Sertão	Maravilha	9.922 – 29/09/1995	01/01/1997	58,71
25	Formosa do Sul	Quilombo	8.522 – 09/01/1992	01/01/1993	99,58
26	Galvão	Xaxim	864 – 14/12/1962	07/04/1963	121,90
27	Guaraciaba	S. Miguel do Oeste	733 – 20/07/1961 Desmembramento – 11.011 – 21/12/1998	01/10/1961	330,65
28	Guarujá do Sul	Dionísio Cerqueira	787 – 18/12/1961	30/12/1961	100,55

29	Guatambu	Chapecó e Cax. Do Sul	8.482 – 12/12/1991	01/01/1993	204,76
30	Iporã do Oeste	Mondai	1.098 – 04/01/1988 Anexações – 9.942 – 20/10/1995	01/06/1989	202,37
31	Ipuacu	Abelardo Luz, Xanxerê e Marema	8.531 – 09/01/1992 Alterado pela lei 8.561 de 30/03/1992 Desmembramento – 9.856 – 12/06/1995	01/03/1993	261,39
32	Iraceminha	Cunha Porã	7.577 – 26/04/1989	01/01/1990	164,38
33	Irati	Quilombo	8.528 – 09/01/1992 Desmembramento – 9.867 – 17/07/1995	01/03/1993	69,80
34	Itá	Seara	268 – 13/11/1956	13/12/1956	165,76*
35	Itapiranga	Chapecó	133 – 30/12/1953	15/11/1954	280,12
36	Jardinópolis	União do Oeste	8.546 – 20/03/1992	01/01/1993	68,10
37	Jupia	Galvão	9.890 – 19/07/1995	01/01/1997	91,71
38	Lajeado Grande	Xaxim	8.478 – 12/12/1991	01/01/1993	65,93
39	Maravilha	Palmitos	348 – 21/06/1958	22/07/1958	169,45
40	Marema	Xaxim	1.112 – 11/06/1988 Desmembramento – 9.855 – 12/06/1995	01/06/1989	103,62
41	Modelo	São Carlos	780 – 07/12/1961	30/12/1961	92,72
42	Mondai	Chapecó	133 – 30/12/1953 Desmembramento – 9.942 – 20/10/1995	27/02/1954	200,98
43	Nova Erechim	Saudades	994 – 04/12/1964	28/12/1964	64,40
44	Nova Itaberaba	Chapecó	8.354 – 26/09/1991	01/01/1993	137,58
45	Novo Horizonte	S. Lourenço do Oeste	8.530 – 09/01/1992	01/01/1993	151,67
46	Ouro Verde	Abelardo Luz	8.529 – 09/01/1992	01/01/1993	189,27
47	Paio	Ita	9.862 – 04/07/1995 Alterado pela lei 10.023 – 26/12/1995	01/01/1997	85,76*
48	Palma Sola	Dionísio Cerqueira	787 – 18/12/1961	30/12/1961	331,78
49	Palmitos	Chapecó	133 – 30/12/1953	02/03/1954	350,69
50	Paraíso	S. Miguel do Oeste	8.532 – 09/01/1992	01/01/1993	178,61
51	Pinhalzinho	São Carlos	780 – 07/12/1961	30/12/1961	128,30
52	Planalto Alegre	Caxambu do Sul	8.476 – 12/12/1991	01/01/1993	62,63
53	Princesa	São José do Cedro	9.923 – 29/09/1995	01/01/1997	86,22
54	Quilombo	Chapecó	763 – 06/10/1961	29/12/1961	279,28
55	Riqueza	Mondai	8.479 – 12/12/1991	01/01/1993	190,28
56	Romelândia	S. Miguel do Oeste	941 – 09/12/1963	11/01/1964	223,75
57	Saltinho	Campo Erê	9.894 – 19/07/1995	01/01/1997	156,53
58	Santa Helena	Descanso	8.526 – 09/01/1992 Alterado pela lei 8.565 de 15/04/1992	01/01/1993	80,98
59	Santa Terezinha do Progresso	Campo Erê	9.895 – 19/07/1995	01/01/1997	119,00
60	Santiago do Sul	Quilombo	9.535 – 16/04/1994	01/01/1997	73,56
61	São Bernardino	Campo Erê e S. Lourenço do Oeste	9.889 de 19/07/1995	01/01/1997	144,96
62	São Carlos	Chapecó	133 – 30/12/1953	21/02/1954	158,99
63	São Domingos	Xaxim	864 – 14/12/1962	07/04/1963	383,65

64	São João do Oeste	Itapiranga e Mondai	8.475 – 12/12/1991 Alterado pela lei 8.816 de 06/10/1992	01/01/1993	163,65
65	São José do Cedro	Dionísio Cerqueira	348 – 21/06/1958	27/07/1958	279,58
66	São Lourenço do Oeste	Chapecó	348 – 21/06/1958	26/07/1958	369,48
67	São Miguel da Boa Vista	Maravilha	8.523 – 09/01/1992	01/01/1993	71,92
68	São Miguel do Oeste	Chapecó	133 – 30/12/1953	15/02/1954	234,40
69	Saudades	São Carlos	780 – 07/12/1961	30/12/1961	205,55
70	Seara	Concórdia	133 – 30/12/1953	03/04/1954	312,54*
71	Serra Alta	Modelo	7.582 – 26/04/1989	01/01/1990	90,44
72	Sul Brasil	Modelo	8.353 – 26/09/1991	01/01/1993	112,70
73	Tigrinhos	Maravilha	9.921 – 29/09/1995	01/01/1997	57,44
74	Tunápolis	Itapiranga	7.583 – 26/04/1989 Alterado pela lei 7.649 de 28/06/1989	01/01/1990	132,91
75	União do Oeste	Coronel Freitas	1.104 – 04/01/1988	01/06/1989	93,06
76	Vargeão	Faxinal dos Guedes	954 de 16/03/1964	21/04/1964	166,45
77	Xanxerê	Chapecó	133 – 30/12/1953	27/02/1954	377,55
78	Xavantina	Seara	945 – 13/12/1963	02/02/1964	215,07*
79	Xaxim	Chapecó	133 – 30/12/1953	22/02/1954	294,72
	Total				14.784,81

Fonte: SANTA CATARINA, 2004.

* Municípios que a partir de 15 de março de 1971, passaram a fazer parte da área de abrangência da SNO.